

Universidade Federal do Pará
Instituto de Letras e Comunicação
Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia

Avelina Oliveira de Castro

“CRIAS DO ABUSO NA AMAZÔNIA”

Os (ab)usos discursivos da imprensa paraense na cobertura de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes

Belém-PA
2014

Avelina Oliveira de Castro

“CRIAS DO ABUSO NA AMAZÔNIA”

Os (ab)usos discursivos da imprensa paraense na cobertura de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação. Área de Concentração: Comunicação. Linha de Pesquisa: Estratégias de Comunicação Midiática na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Netília Silva dos Anjos Seixas

Belém-PA
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Castro, Avelina Oliveira de.

“Crias do abuso na Amazônia”: os (ab)usos discursivos da imprensa paraense na cobertura de casos de violência sexual contra crianças e adolescente/ Avelina Oliveira de Castro. - 2014

150 f.: il.; 30 cm

Orientadora: Netília Silva dos Anjos Seixas

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, 2014.

1. Violência sexual. 2. Imprensa paraense. 3. História. 4. Discurso. 5. Amazônia. I. Seixas, Netília Silva dos Anjos, *orient.* II. Universidade Federal do Pará. III. Título.

CDD 22. ed. 302.23

Avelina Oliveira de Castro

“CRIAS DO ABUSO NA AMAZÔNIA”

Os (ab)usos discursivos da imprensa paraense na cobertura de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Pará, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, Mestrado em Ciências da Comunicação, para a Defesa de Dissertação.

RESULTADO: () APROVADO () REPROVADO

Data: 10/03/2014.



Prof. Dra. Netília Silva dos Anjos Seixas – Orientadora (UFPA)



Prof. Dr. Nilton Milanez – Examinador externo (UESB)



Prof. Dra. Ivânia dos Santos Neves – Examinadora interna (UFPA)

Belém-PA
2014

*Dedico essa dissertação à **minha filha Júlia**,
minha “cria” de amor maior e minha melhor
criação. E a todas as meninas e meninos, “crias”
da Amazônia, vítimas de abuso e exploração
sexual, meu mais profundo respeito e sincero
compromisso com a construção de um mundo
melhor para se viver.*

MUITO OBRIGADA!

Fazer uma dissertação de mestrado é uma tarefa – e desafio – que requer muito investimento de estudos e de energia, um mergulho dentro de nós mesmos... Mas essa tarefa não seria possível, não fosse a orientação, o debate de ideias, os ensinamentos, aconselhamentos, apoios e torcida, tão importantes para tornar a nossa caminhada mais leve e doce...

Os meus agradecimentos vão, portanto, para muitas pessoas. Mas inicio agradecendo a Deus porque foi a fé que me manteve firme nos momentos de (des)ordem no trajeto do mestrado.

À minha filha, meu amor maior, minha amiga e parceira de jornada nessa vida. O meu muito obrigada pelo apoio e compreensão em relação às minhas ausências durante os estudos dos quais ela é fonte inspiradora... minha “cria” de muito amor!

A meus pais e amores, Enoia e Eurico, exemplos de amor, coragem e perseverança, que me ensinaram desde sempre que a vida só vale a pena se for vivida intensamente e que a realização de sonhos é conquistada com muito trabalho e dedicação! Meu amor eterno a vocês!

A meus amados irmãos Marizete, Petronio, Evaldo, Emerson e minha “cunhada-irmã” Fernanda, com os quais tenho a sorte de partilhar da mesma família. Muito obrigada pelo apoio!

A meus sobrinhos Letícia, Paulo, Lucas, Davi, Matheus, Antonio, Caio, Sofia (afilhada), Aurora (afilhada) e Julinha, “crias” de amor de meus irmãos, minha prima Neta e de Regina. Amo muito todos vocês!

À professora Alda Costa pela generosidade com que me ajudou e apoiou na construção do pré-projeto que me permitiu iniciar a aventura de fazer mestrado.

À minha orientadora Netília Silva dos Anjos Seixas, cujo encontro me possibilitou muitos estudos, debates de ideias, aconselhamentos, ensinamentos e risadas. Essas, por sinal, estarão sempre em minha memória porque expressam a alegria com que conduz a sua missão, não de “orienta(dor)”, mas de “orienta(amor)”.

Aos professores Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Ivânia Neves pelos ensinamentos – e conversas de corredores – sobre os postulados de Michel Foucault, que nortearam as análises dessa dissertação.

À coordenadora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Maria Ataíde Malcher, – a quem admiro –, pelo apoio e por ter sempre acreditado em mim.

Aos professores Fábio Castro, Regina Lima e Manuel Dutra que - cada um a seu modo - contribuíram com muitas reflexões para minha análise.

Ao poeta e professor João de Jesus Paes Loureiro, pela atenção prestada e por, gentilmente, ter me enviado o “Poema dos direitos da criança”, agregando sensibilidade e beleza a essa dissertação.

À Rosaly Brito, que me possibilitou o “encontro” com a pesquisa da professora Angélica Maués sobre as “crias” de família na Amazônia, conceito que acabou nomeando e que agregou muito às análises dessa dissertação. Obrigada às duas professoras!

À professora Kátia Mendonça, de quem tive a honra de ser aluna e poder partilhar de seu amplo conhecimento teórico – doçura e generosidade – no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS).

À professora Vânia Torres pela participação em minha banca de qualificação e pelas orientações dadas, que muito me ajudaram na composição desta pesquisa.

A Edmilson Rodrigues, meu professor na caminhada da vida, pelo apoio, sugestões e conversas orientadas que agregaram, entre outras coisas, poesia a essa dissertação.

Aos queridos que me deram, generosamente, apoio técnico, em especial Adilson Santos, responsável pela capa desta dissertação e que foi incansável no apoio técnico que prestou para trazer qualidade gráfica às imagens. À Geisa Dias pela ajuda imensurável na organização da dissertação. Também agradeço, aqui, Aldenor Júnior, parceiro de trabalho; Vítor, da Biblioteca Pública Arthur Viana; Valdo, de *O Liberal*, e Daniela Barion, do *Diário do Pará*, que me possibilitaram o acesso aos jornais que utilizei para análise. E estendo também meus agradecimentos às secretárias do PPGCOM e os funcionários do setor de xerox do Instituto de Letras e Comunicação (ILC).

A Arnaldo Jordy, pela prontidão com que me atendeu e me disponibilizou o relatório final da CPI da Pedofilia da ALEPA, da qual foi relator.

A Beto, pelo apoio, e aos meus amigos – família que a gente escolhe – e que estiveram ao meu lado ao longo dessa jornada. No meio dessa turma, meu agradecimento especial à minha “amiga-irmã” Shirley Penaforte, pelo apoio de todas as horas. Também agradeço aos meus amados amigos Dirceu Maués, Yvana Crizanto, Sales Fontenelle e Trisha Guimarães, cuja existência e convivência tornam a minha caminhada mais leve e doce. Agradecimento sincero também a Elielton Amador, que partilhou muitos estudos, cafés, cachaças e conversas

ao longo desse trajeto. À Thiane Neves pelo apoio e pelas inúmeras ajudas que prestou para me ajudar com o “academicês” e a todos os companheiros da turma 2012, Ednaldo, Alinne, Diogo, Daniele e Lúcio. Foi muito bom dividir esse momento tão rico com todos vocês!

À estimada equipe de trabalho da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), pelo apoio e compreensão de sempre.

A todos os autores que foram citados e cujos estudos contribuíram para a realização deste trabalho.

E a todos que, porventura não tenham sido citados, aqui, - por conta de minha memória ter sido bastante demandada nos últimos dias de escrita desta dissertação -, mas que apoiaram, torceram e vibraram com a realização desse sonho, o meu muito obrigada!

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado problematiza como os jornais paraenses, *O Liberal* e *Diário do Pará*, dois dos mais importantes periódicos da Amazônia na atualidade, produzem discursos sobre casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Tomamos, como suporte de pesquisa, notícias publicadas nas páginas policiais e em diversas editoriais, ao longo da trajetória dos dois jornais, além de enunciados jornalísticos produzidos durante a vigência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), entre 2008 e 2010. Para tornar possível a análise discursiva sobre essa complexa temática, adotamos como metodologia a Análise do Discurso (AD) de vertente francesa, especialmente os postulados de Michel Foucault sobre discurso, história e poder, a fim de efetuarmos as leituras do *corpus* selecionado. Para aprofundarmos a nossa análise, fizemos um trabalho arqueológico da história da imprensa paraense para observarmos a atualização de redes de memória e as relações de poder que atravessam os discursos dos jornais sobre a temática, pois na microfísica de poder midiático amazônico ambos travam uma “guerra discursiva” registrada de forma peculiar em suas páginas. Assim, fizemos uma aproximação dos estudos da análise do discurso com os do jornalismo, por meio de teóricos do campo da Comunicação, como Nelson Traquina. Além disso, nossa pesquisa considerou nas análises as peculiaridades da Amazônia, região ao norte do país que sofre diversos apagamentos discursivos midiáticos nacionais ao longo da história e onde também observamos, em meio a sua diversidade, a prática cultural das “crias”, realidade que nossos estudos mostraram como secular e que até hoje retira crianças de cidades do interior para morar e estudar na capital. Essa e outras dinâmicas que envolvem o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes nos levaram à percepção de uma série de (ab)usos discursivos sobre o tema na imprensa paraense.

PALAVRAS-CHAVE: Violência sexual. Imprensa paraense. História. Discurso. Amazônia.

ABSTRACT

This Master's Dissertation questions on how the journals of Pará, *O Liberal* e *Diário do Pará*, two of the most important of their kind at the Amazon at present, produce speeches about cases of sexual violence against childrens and teenagers. We took, as research support, reports published at the Police pages and in various spaces of the journals, over their path, besides journalistic sentences produced during the validity of the Parliamentary Commission of Investigation (PCI) of the Legislative Assembly of Pará, between 2008 and 2010. To make possible the discursive analysis about this complex issue, we adopted as a methodology the Analysis of Speech, specially the theories of the French author Michel Foucault about speech, history and power. In order to make the selected *corpus* read. To deepen our analysis, we made an archaeological work of the history of the press of Pará to watch the update of the memories web and the relations of power that go through the journals' speech about the issue, because at the microphysics of media power of Amazon both are in a "discursive war" registered in a peculiar way on their pages. So, we made an approachement of the analysis of speech with the journalism's studies, using theorists of the Communication area, as Nelson Traquina. Besides that our research considered the analysis of peculiarities of Amazon, region located at the North of Brazil that suffers many national media discursives erasements through the history and where we also observed, in the middle of it's variability, the cultural practice of "calves", which our studies showed as secular practice that until the present days takes children from interior cities to live and study at the capital cities. This and other dynamics about the sexual abuse and exploration of children and teenagers made we realize series of discursive (ab)uses about the issues at the press of Pará.

KEY-WORDS: Sexual violence. Press of Pará. History. Speech. Amazon.

Sonho com o intelectual destruidor das evidências e das universalidades, que localiza e indica nas inércias e coações do presente os pontos fracos, as brechas, as linhas de força; que sem cessar se desloca, não sabe exatamente onde estará ou o que pensará amanhã, por estar muito atento ao presente; que contribui no lugar em que está, de passagem, a colocar a questão da revolução, se ela vale a pena e qual (quero dizer qual revolução e qual pena). Que fique claro que os únicos que podem responder são os que aceitam arriscar a vida para fazê-la.

Michel Foucault

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figuras 1 - O Liberal, 05 nov. 1966, p. 5..... | 24 |
| Figura 2 – O Liberal, 12 dez. 1966, p. 5..... | 25 |
| Figura 3 – O Liberal, 02 mai. 1958, p. 1 (capa)..... | 36 |
| Figura 4 – O Liberal, 22 mai. 1958, p. 5..... | 41 |
| Figura 5 - Diário do Pará, 16 nov. 2009, Polícia, p.10..... | 41 |
| Figura 6 - Diário do Pará, 06 mar. 2009, p. A4..... | 45 |
| Figura 7 - Mapa do Arquipélago do Marajó (Pará)..... | 50 |
| Figura 8 – O Liberal, 15 nov. 1946, capa..... | 54 |
| Figura 9 - Diário do Pará, 22 ago. 1982, capa..... | 54 |
| Figura 10 - O Liberal, 16 fev. 2013, p.1, capa..... | 59 |
| Figura 11 - Diário do Pará, 17 fev. 2013, p. A3..... | 59 |
| Figura 12 - O Liberal, 31, mar. 2009, Polícia, p. 5..... | 69 |
| Figura 13 - Diário do Pará, 16, nov. 2009, Polícia, p.5..... | 70 |
| Figura 14 - Diário do Pará, 28, mai. 2009, Política p. A3..... | 71 |
| Figura 15 - Diário do Pará, 27, ago. 1982, p. 3..... | 73 |
| Figura 16 - Revista Estudos Avançados, vol 24, ed. 69, p. 267..... | 79 |
| Figura 17 - Capa de livro, editora Brasileira | 82 |
| Figura 18 - O Liberal, 06 mai. 1958, p. 8..... | 86 |
| Figura 19 - Diário do Pará, 13 nov. 2009, p. 4..... | 88 |
| Figura 20 - O liberal, 22 mai. 1958, p. 6 | 89 |
| Figura 21 - Cena do filme “Don Juan de Marco”, 1994..... | 90 |
| Figura 22 - O Liberal, 29 mai. 1958, p. 4..... | 94 |
| Figura 23 - Diário do Pará, 13, dez. 2008, p. A3..... | 104 |
| Figura 24 - O Liberal, 16, dez. 2008, p. 9..... | 109 |
| Figura 25 - Diário do Pará, 16, dez. 2008, p. A4..... | 111 |
| Figura 26 - Diário do Pará, 17, dez. 2008, p. A3..... | 112 |
| Figura 27 - O Liberal, 17, dez.2008, p. 9..... | 113 |
| Figura 28 - Diário do Pará, 18, dez. 2008, p. A3..... | 114 |
| Figura 29 - O Liberal, 18 dez. 2008, p. 12..... | 117 |
| Figura 30 - Diário do Pará, 20, dez. 2008, p. A3..... | 118 |

| | |
|--|-----|
| Figura 31 - Diário do Pará, 23, dez. 2008, p. A3..... | 119 |
| Figura 32 - Diário do Pará, 24, dez. 2008, p. A3..... | 121 |
| Figura 33 - O Liberal, 7, mar. 2009, p. 2..... | 123 |
| Figura 34 - O Liberal, 10, mar. 2009, p. 1..... | 125 |
| Figura 35 - Diário do Pará, 10, mar. 2009, p. A4..... | 130 |
| Figura 36 - O Liberal, 07, mar. 2009, capa..... | 132 |
| Figura 37 - Diário do Pará, 07, mar. 2009, p.A4..... | 132 |
| Figura 38 - Mulheres usando burca..... | 133 |
| Figura 39 - Diário do Pará, 26, mar. 2009, p. A4..... | 134 |
| Figura 40 – Batman | 134 |
| Figura 41 - Ilustração do quadrinho “Tex”, Editora Vecchi..... | 135 |
| Figura 42 - O Liberal, 17, Nov. 1958, capa..... | 136 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| PERCURSOS E ENCONTROS..... | 15 |
| CAPÍTULO 1 - CRIANÇA E ADOLESCENTE NA AMAZÔNIA: história e discurso..... | 21 |
| 1.1 O SURGIMENTO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E OS (AB)USOS DISCURSIVOS NA IMPRENSA PARAENSE..... | 22 |
| 1.2 A HISTÓRIA DA CRIANÇA NO BRASIL E A PEDOFILIA..... | 31 |
| 1.3 O ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES..... | 34 |
| 1.4 O ECA E O RECONHECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO “SUJEITOS DE DIREITOS”..... | 38 |
| 1.5 AS “CRIAS” NA AMAZÔNIA | 42 |
| 1.6 A CPI DA PEDOFILIA NO PARÁ | 48 |
| 1.7 HISTÓRIA E “GUERRA DISCURSIVA” DE O LIBERAL E DIÁRIO DO PARÁ..... | 52 |
| CAPÍTULO 2 - ERA UMA VEZ... entre lobos, “célebres” e “infames”..... | 61 |
| 2.1 HISTÓRIA E JORNALISMO..... | 61 |
| 2.2 A HISTÓRIA DO PRESENTE DE “CÉLEBRES” E “INFAMES”..... | 68 |
| 2.3 ERA UMA VEZ... UM LOBO MAU..... | 77 |
| 2.4 SEDUÇÃO E CRIME NAS PÁGINAS DOS JORNAIS..... | 83 |
| 2.5 REGULARIDADES E DISPERSÕES NAS PÁGINAS DOS JORNAIS PARAENSES..... | 93 |
| CAPÍTULO 3 - “A DOR DA GENTE NÃO SAI NO JORNAL” : discursos, imagens e práticas..... | 97 |
| 3.1 O DISCURSO POLÍTICO E SEUS ATRAVESSAMENTOS NA IMPRENSA PARAENSE..... | 97 |
| 3.2 OS APAGAMENTOS E DESLOCAMENTOS DISCURSIVOS NA COBERTURA DA CPI DA PEDOFILIA..... | 103 |
| 3.3 ESTRATÉGIAS NA “GUERRA DISCURSIVA”: SABERES E PODERES..... | 106 |
| 3.4 O LIBERAL X DIÁRIO DO PARÁ..... | 111 |

| | |
|--|------------|
| 3.5 O DISCURSO DOS “CÉLEBRES”: VOZES E ESTRATÉGIAS..... | 122 |
| 3.6 INTERICONICIDADE: DISCURSO E CORPO NAS PÁGINAS DE O LIBERAL E DIÁRIO DO PARÁ..... | 131 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 138 |
| REFERÊNCIAS..... | 143 |

PERCURSOS E ENCONTROS

Antes de iniciarmos a apresentação de nossa Dissertação de Mestrado,¹ consideramos necessário resgatar um pouco do percurso e os vários encontros que nos possibilitaram chegar até as análises e resultados que aqui apresentamos. A partir dos postulados de Michel Foucault – principal referencial teórico de nossa pesquisa – entendemos que o “eu” é, na verdade, um “nós”, em função dos muitos atravessamentos que nos constituem como sujeito. Além disso, também temos consciência de que, em função da complexidade e esforço, a pesquisa acadêmica é sempre resultado de uma ação coletiva. No entanto, por tratar, neste momento, de trajetória profissional, peço licença para narrar esses caminhos em primeira pessoa.

O meu percurso profissional como jornalista já soma 21 anos e atingiu a “maioridade” após passar por vários atravessamentos com a temática da infância e adolescência, especialmente na execução de pautas que envolviam casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Ao longo dessa história, que se iniciou ainda no primeiro ano do curso de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, da Universidade Federal do Pará (UFPA), em nível de estágio,² esse assunto e outros abarcados pelos direitos humanos sempre pautaram minha “militância jornalística”.

Já atuando como repórter profissional registrada e, após ter passado por várias editorias em jornais impressos,³ trabalhei por cerca de oito anos na editoria de “Polícia”, onde foi possível verificar que era grande o fluxo de matérias sobre casos de violação de direitos de crianças e adolescentes e que, não raro, esses assuntos estampavam as capas dos jornais paraenses. A crueldade desses crimes e, sobretudo, a forma com que os casos costumam ser abordados pela mídia sempre me causaram muitas inquietações.

O processo de aproximação com a temática se intensificou ainda mais, no período de 2008 a 2010, quando tive a honra de receber – junto com uma equipe de reportagem – três

¹ A Dissertação integra os estudos do projeto de pesquisa “A trajetória da imprensa no Pará”, apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), edital Universal MCT/CNPq nº 14/2012. O projeto é desenvolvido na Faculdade de Comunicação e no Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da UFPA.

² O início da graduação se deu em 1992 e já nesse mesmo ano tive contato com a profissão a partir de um estágio no programa Academia Amazônica, do Departamento de Comunicação (DECOM), da Universidade Federal do Pará (UFPA). De lá pra cá, essa experiência profissional foi ininterrupta.

³ Atuei como repórter e editora, por três anos, no extinto jornal *A Província do Pará* e como repórter por 11 anos nos jornais *O Liberal* e *Amazônia*. Há 3 anos sou jornalista concursada da Fundação de Telecomunicações do Estado do Pará (FUNTELPA), estando vinculada ao Portal Cultura, além de atividades de assessoria de imprensa.

títulos do Prêmio Tim Lopes de Investigação Jornalística.⁴ Mais do que um reconhecimento do trabalho jornalístico sobre a temática, essas premiações proveram encontros de formação e debates sobre a questão da infância e adolescência, pois as entidades organizadoras da premiação possuem uma preocupação muito grande em qualificar a cobertura da imprensa sobre casos de violação de direitos da criança e do adolescente.

A experiência, além de ter resultado em uma certa “especialização” e engajamento com a defesa dos direitos humanos desse segmento social, possibilitou a mim um exercício de investigação jornalística muito rico em aprendizado. Dos três títulos recebidos, destaco a experiência realizada em 2008, quando percorri – junto com minha equipe -, cinco capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Fortaleza), investigando e recolhendo depoimentos os mais diversos sobre casos de adolescentes paraenses do sexo masculino que estavam sendo traficados para os grandes centros do país para fins de exploração sexual. Ao percorrer a rota de tráfico humano feita pelos meninos paraenses, minha sensibilidade, atenção e preocupação com essa problemática só aumentou.

Esse momento profissional pode ser considerado uma espécie de "divisor de águas" para um olhar jornalístico mais apurado sobre casos de violação de direitos de crianças e adolescentes. No entanto, minhas inquietações continuavam e eu queria mais: queria investigar os casos “do outro lado do balcão”, no campo acadêmico, a partir de referenciais teóricos que me permitissem sair da empiria de fazer a cobertura desses acontecimentos para analisar de forma aprofundada a cobertura da imprensa sobre esses casos.

Por essa razão, três anos depois (2011), quando participei da seleção para o Mestrado do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da UFPA,⁵ no qual obtive posterior aprovação, não consegui imaginar outro tema para pesquisar que não fosse o que referi nessas considerações iniciais. Já no Mestrado, tive o meu primeiro encontro com a pessoa que viria a contribuir sobremaneira para a construção desta dissertação: minha orientadora Netília Silva dos Anjos Seixas, que me possibilitou muitos estudos, debates de ideias e aprendizados, que amadureceram e que resultaram em várias modificações posteriores no *corpus* de análise até chegar ao resultado que chegou.

⁴ O Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo é uma realização da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e da Childhood Brasil (Instituto WCF). A iniciativa conta com o apoio do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). Em 2008, recebi dois títulos, na categoria “Temática Especial” – que na ocasião propunha investigações sobre “Tráfico Humano de crianças e adolescentes” – e “Mídia Alternativa” e, em 2010, “Menção Honrosa”.

⁵ Anteprojeto selecionado na linha de pesquisa Estratégias de Comunicação Midiáticas na Amazônia.

Ainda no Mestrado tive outros importantes encontros com professores que se somaram aos da minha orientadora, em meu processo de escolhas teórico-metodológicas e dos caminhos a trilhar para a construção dessa dissertação. Refiro-me a Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Ivânia Neves, que em seus brilhantes cursos e conversas de corredores contribuíram, em muito, para meu aprendizado e prática de análise dos discursos.

Não poderia deixar de ressaltar também que foi a professora Rosário Gregolin quem me apresentou os estudos de Michel Foucault, com quem tive o maior e mais determinante encontro desse percurso acadêmico, pois os estudos de seus postulados – somados aos ensinamentos dos professores ora citados – permitiram-me chegar ao formato de dissertação que passo a apresentar a partir de agora, quando retomo a narrativa na terceira pessoa, por entender que, aqui, inicia-se a pesquisa e análise acadêmica que, como referi no início desta apresentação, é fruto de uma ação coletiva.

A Dissertação que ora apresentamos e que tem como título “Crias do abuso na Amazônia”: os (ab)usos discursivos da imprensa paraense na cobertura de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes” tem como objetivo analisar os enunciados jornalísticos dos jornais paraenses *O Liberal* e *Diário do Pará*, de diferentes períodos, para perceber como tem sido feita a cobertura de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

O título faz referência às “crias”, conceito que define as crianças e adolescentes que são trazidas do interior do estado para morar e estudar em casas de famílias alheias em Belém (MOTTA-MAUÉS, 2008). Essa realidade de circulação de crianças e adolescentes na Amazônia é secular e resulta em vários abusos, que começam com a exploração do trabalho infantil e, em muitos casos, essas “crias” são abusadas sexualmente. Além disso, como vimos em nossas análises, a cobertura jornalística de casos de violência sexual ocorridos nessas circunstâncias faz (ab)usos discursivos que produzem apagamentos e outros (ab)usos estratégicos que não reconhecem essas crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Nossos estudos nos mostram que os crimes de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes estão envoltos em uma enorme complexidade e que há vários *modus operandi*. Sabemos, portanto, que nem todos os casos são praticados contra “crias”, no sentido atribuído pela antropóloga Angélica Maués (2008). No entanto, ao colocarmos como título principal de nossa Dissertação “Crias do abuso na Amazônia”, queremos demarcar que esses (ab)usos são construídos, são criados, e, como tal, podemos também dizer que são “crias” histórico-discursivas, resultado de atravessamentos históricos, culturais, sociais e também midiáticos.

Sabemos que a violência sexual contra crianças e adolescentes não acontece somente na região, porém centramos nossa pesquisa na análise discursiva das peculiaridades dessa questão na Amazônia. Por isso, em nosso primeiro capítulo, além de abordarmos esse processo de circulação e adoção de crianças e adolescentes, conhecida na região amazônica como “crias”, também destacamos que nossa análise tem como lugar de fala a Amazônia, região do lado de cima do mapa do Brasil, marcada pela prática de abusos sexuais contra um sem-número de meninas e meninos, conforme evidenciado em nossa análise dos discursos jornalísticos.

Entendemos que é importante marcar esse lugar de fala na Amazônia, porque, aqui, os sujeitos são invisibilizados, discursivamente, para o resto do país (DUTRA, 2005, p. 15), já que a região é sempre mostrada nos discursos da mídia nacional em uma “polarização instituída por práticas discursivas que estabelecem uma lógica dicotômica que dá visibilidade aos recursos naturais e, no mesmo processo, promove a invisibilidade humana”.

Ainda no primeiro capítulo, analisamos como a infância e a adolescência foram reconhecidas como categoria e fase de desenvolvimento da vida, a partir dos postulados de Ariés (2011), Freud (1996), Foucault (2011), além de autores brasileiros que analisam como esse reconhecimento – e construção identitária – ocorreu no Brasil. Para explicitarmos melhor esse cenário, trazemos estudos de autores e especialistas sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, a questão da pedofilia e do incesto e a regulamentação jurídica de reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente, como sujeitos de direitos.

Finalizamos nosso primeiro capítulo com o trabalho arqueológico que fizemos da história da imprensa no Pará, com especial destaque para as relações de poder existentes entre *O Liberal* e *Diário do Pará*, dois dos mais importantes periódicos da Amazônia na atualidade. Mais do que uma apresentação do cenário da imprensa paraense, mostramos a “guerra discursiva” entre os dois impressos, uma disputa por poder, que atravessa a produção discursiva dos dois jornais, o que ficará melhor evidenciado nas análises do terceiro capítulo. Portanto, trazer uma pequena parte da história dos dois jornais é importante para uma melhor compreensão da microfísica de poder midiático na Amazônia e seus atravessamentos discursivos.

Além de fazermos a contextualização da infância e adolescência na história mundial e do Brasil e de mostrarmos suas peculiaridades na Amazônia, os aspectos jurídicos do tema e o cenário midiático de nossa análise, também mostramos e analisamos enunciados jornalísticos sobre as discussões que estão sendo apresentadas no primeiro capítulo.

Já o segundo capítulo, que poderíamos chamar de “teórico-metodológico”, traz os conceitos e a metodologia da Análise do Discurso (AD) de vertente francesa que estamos adotando para nossas análises e faz uma aproximação desta com os estudos do jornalismo. Para isso, fazemos a análise de uma série de enunciados jornalísticos a partir dos postulados de Michel Foucault (2011) – nosso referencial teórico principal – e de estudos do jornalismo, com especial destaque para Nelson Traquina (2005).

Essa aproximação foi, antes de tudo, um desafio, o que nos permitiu observar a produção discursiva jornalística a partir das noções de história, discurso, redes de memória, formações discursivas (FOUCAULT, 2005), mas também a partir da análise das práticas do jornalismo, dos valores-notícia e de tudo que envolve o “jornalês” (TRAQUINA, 2005). É nesse momento da dissertação que pudemos apreender dos enunciados sobre violência sexual escritos nos jornais paraenses que eles estão inscritos em uma rede de memória na qual estão outros enunciados, dentre eles o conto de fadas “Chapeuzinho Vermelho”.

O terceiro e último capítulo traz a análise dos enunciados jornalísticos produzidos durante a vigência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), de 2008 a 2010. Retomamos, aqui, a história dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará* e a “guerra discursiva” entre eles para observarmos os atravessamentos que produziram efeitos de sentido – de forma antagônica – pelos dois periódicos.

Também trazemos no terceiro capítulo a análise de imagens que compuseram os discursos dos dois impressos paraenses durante a CPI da Pedofilia da ALEPA. A partir do conceito de intericonicidade (COURTINE, 2011), observamos que as fotografias publicadas pela imprensa paraense nos remetiam a uma série de outras que corroboravam para a construção da imagem – e subjetivação – de vítimas e testemunhas que depuseram à Comissão.

Ao final do trabalho, apresentamos nossas considerações finais sobre a análise que revelou uma série de (ab)usos discursivos da imprensa paraense. Entre elas, uso de expressões estigmatizadas como “Menor” para adolescentes vítimas de violência sexual e dos termos “Tarado” e “Anormal” – com o objetivo de criminalizar e transformar em “monstros” os acusados do cometimento do crime –, quando esses são pessoas comuns, “infames”, também foi observado em nossa pesquisa. Já aos “célebres” da sociedade paraense recebem tratamento jornalístico diferenciado, como vimos em nossa análise dos enunciados jornalísticos do período da CPI da Pedofilia. E nas últimas páginas dessa Dissertação trazemos as referências bibliográficas com os autores e referenciais teóricos que usamos em nossas análises.

Por fim, destacamos que o conceito antropológico de “crias” trazido para nossos estudos – onde já observamos outros efeitos de sentido discursivo – possui uma “carga pesada”, pois está associado à exploração, a abuso, seja ele de trabalho infantil, de abuso sexual ou até mesmo de subjugação e humilhação. No entanto, entendemos também que a produção desta Dissertação também pode ser vista como uma “cria”, na medida em que a preparação e gestação se deram ao longo de quase dois anos de intensos estudos e comprometimento com a produção de uma pesquisa que não fosse produtora de mais um “abuso” (espero ter conseguido!). Mas de fazermos uma análise que contribua, em alguma medida, para uma melhor compreensão da produção discursiva da imprensa amazônica – em especial a paraense – sobre a temática e, conseqüentemente, para a reflexão e a construção de um mundo melhor.

CAPÍTULO 1

CRIANÇA E ADOLESCENTE NA AMAZÔNIA: história e discurso

Primeiro Princípio:
 Todas as crianças são iguais perante a vida.
 As crianças terão
 a garantia total de seus direitos sem exceção
 de raça, credo, cor e sexo
 ou classe social.
 Pois, a criança, além de ser menor
 é o homem em estado de poesia.
João de Jesus Paes Loureiro⁶

A proposta deste primeiro capítulo é apresentar o tema do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e a complexidade que o envolve. Nesse sentido, lançamos nosso olhar sobre aspectos histórico, cultural e jurídico, e iniciamos, aqui, a nossa análise de como a imprensa paraense vem construindo os discursos sobre essa questão ao longo da história. Destacamos também que o cenário dos acontecimentos discursivos é a Amazônia, região com singularidades históricas, políticas e culturais que atravessam os discursos midiáticos e que, portanto, mereceram nossa atenção durante a análise.

E para aprofundarmos nossa análise, resolvermos fazer um trabalho arqueológico de levantamento da história de *O Liberal* e *Diário do Pará*. Além de serem dois dos mais importantes jornais da Amazônia, os dois periódicos travam uma verdadeira “guerra discursiva” em suas páginas. As motivações para o duelo estariam para além da questão mercadológica, pois refletem antes de tudo “relações de poder” (FOUCAULT, 2012, p. 41), uma vez que “a historicidade que nos domina e nos determina é belicosa, e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido”.

Além disso, a mídia é “um poderoso dispositivo de produção de identidade” (NAVARRO-BARBOSA, 2003, p. 113), pois “no discurso jornalístico, o lugar midiático articula-se também com o saber e o poder”. E com base nessas reflexões, nos lançamos também na análise dessas relações de poder para compreendermos melhor a produção discursiva da imprensa na Amazônia, em especial no Pará.

⁶ João de Jesus Paes Loureiro é poeta da Amazônia. Nasceu no município de Abaetetuba no Pará, é autor de vários livros com foco na poética amazônica e é também professor aposentado voluntário do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). O trecho da epígrafe deste – e dos demais capítulos – foi extraído do “Poema dos Direitos da Criança” que, segundo informações do próprio autor, foram publicados em cartaz alusivo ao Dia das Crianças, produzido pelo Banco do Estado do Pará (Banpará), em 1986.

Segundo o pesquisador Manuel Dutra (2001, p.2), a Amazônia é uma região que sofre alguns “apagamentos discursivos” pela mídia, com seu povo ficando na “invisibilidade”. De acordo com o autor (2001), a Amazônia tem sido pautada na mídia a partir de noções pré-construídas, repetindo estereótipos historicamente fabricados e atualizados, discursivamente, com formas sedutoras, por meio de imagens e falas que reportam antigas visões, de modo especial aquelas que retratam a Amazônia como um lugar paradisíaco, exótico e, paradoxalmente, ao mesmo tempo, inóspito.

1.1 – O SURGIMENTO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E OS (AB)USOS DISCURSIVOS NA IMPRENSA PARAENSE

Antes de entrarmos propriamente na questão do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, é necessário falarmos sobre o surgimento da infância, enquanto categoria, e o seu reconhecimento como uma etapa de desenvolvimento da vida humana, já que nem sempre, na história da sociedade universal, essa fase mais tenra da vida humana teve seu reconhecimento social.

Segundo o historiador francês Philippe Ariès em sua obra “História Social da Criança e da Família”, durante muitos séculos as sociedades não reconheciam a infância como uma “idade da vida” (ARIÈS, 2011, p. 143), pois o sentido que vigorou por muito tempo foi o de uma espécie de “adulterização” da vida humana, na qual a criança era vista como um “adulto pequeno”. Para explicar melhor o assunto, o autor (2011) destaca que a família é uma construção social e o que a faz existir é um sentimento compartilhado pelos indivíduos.

O sentimento da família, que emerge assim nos séculos XVI-XVII, é inseparável do sentimento da infância. O interesse pela infância (...) não é senão uma forma, uma expressão particular desse sentimento mais geral, o sentimento da família (ARIÈS, 2011, p. 143).

A análise de Ariès (2011) toma como referência a iconografia de diversas obras de arte para mostrar que, até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. Uma das obras analisadas pelo historiador francês é “O Evangelho de Oto III”, cujo tema é a cena do Evangelho em que Jesus pede que deixe ir a Ele as criancinhas. Porém, segundo o autor, a cena representada na tela não condiz com a imagem que se tem, hoje, de criança.

O miniaturista agrupou em torno de Jesus oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância: eles foram simplesmente reproduzidos numa escala menor. Apenas seu tamanho os distingue dos adultos (ARIÈS, 2011, p.17).

Para Ariès (2011), portanto, não se trata, no caso citado, de uma questão de “incompetência” ou mesmo de “falta de habilidade” do artista em retratar crianças, mas ao fato de que não haveria lugar para a infância naquele mundo (ARIÈS, 2011, p. 17). A valorização da família na sociedade ocidental, segundo o autor, acontece, simultaneamente, ao desenvolvimento da classe burguesa e de seus valores, a partir do século XVI. No entanto, construído ao longo de séculos, não há como afirmar que exista um marco histórico que sinalize a consagração do conceito de *infância*. Os estudos de Ariès (2011) apontam que esse conceito era desconhecido na Idade Média e que a sua descoberta, embora tenha tido início no século XIII, só no final do século XVI e ao longo do XVII a história da arte e da iconografia revelaram a presença de sinais significativos da infância, embora ela só tenha sido fortalecida no século XIX.

A idéia de *adolescência* também é considerada historicamente recente, do século XVIII, pois, antes disso, assim que a criança deixava de depender da mãe ou da ama já passava a integrar o grupo dos adultos.

Não se possuía a ideia do que hoje chamamos de adolescência, e essa ideia demoraria a se formar. Já a pressentimos no século XVIII, com duas personagens, uma literária, Querubim, e a outra social, o conscrito (...) O primeiro adolescente moderno típico foi o Siegfried de Wagner: a música de Siegfried pela primeira vez exprimiu a mistura de pureza (provisória), de força física, de naturismo, de espontaneidade e de alegria de viver que faria do adolescente o herói do nosso século XX, o século da adolescência (ARIÈS, 2011, p. 14).

Ariès (2011) nos revela, portanto, que no século XVIII começa-se a perceber os primeiros sinais de reconhecimento da existência da adolescência, mas foi no século XX que, de fato, ela se consolidou como uma fase de desenvolvimento da vida. Os estudos do autor também o levam a crer que cada século teve uma idade privilegiada (ARIÈS, 2011, p. 16). A juventude seria a idade da vida privilegiada pelo século XVII, a infância seria a do século XIX e a adolescência a do XX.

Nesse sentido, observamos que o jornal *O Liberal*,⁷ o mais antigo em funcionamento no Pará – criado em meados do século XX, mais precisamente no dia 15 de novembro de 1946 –, trouxe em suas páginas, no início de sua trajetória, enunciados jornalísticos que dão a ver a infância e a adolescência ainda não sendo reconhecidas como categorias, com suas imagens sendo construídas, discursivamente, de uma forma adulterada (Figura 1).

Figura 1:



O Liberal, 05 nov. 1966, p. 5.
Foto: Avelina Oliveira de Castro
Fonte: Biblioteca Arthur Vianna

A foto foi publicada na coluna social intitulada “Sociedade”, da jornalista Vera Cardoso, com a seguinte legenda abaixo: “O broto Elza Santos é juventude no esplendor de seus 15 anos”. O enunciado informou, claramente, a idade da menina retratada (15 anos), e que está enquadrada na faixa etária e de desenvolvimento conhecida, atualmente, como adolescência. No entanto, o texto jornalístico a inscreve no “mundo

⁷ Utilizamos enunciados do início da trajetória de *O Liberal* porque seu surgimento é bem anterior às discussões e lutas dos movimentos sociais pelos direitos das crianças e adolescentes. Já o Diário do Pará surgiu em 1982, poucos anos antes da promulgação da Constituição Federal (1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Ambos os dispositivos legais reconheceram direitos e alteraram o ordenamento jurídico em relação a esse segmento social que passou a ser amparado, legalmente, como “sujeitos de direitos”, conforme pode ser constatado nesse primeiro capítulo de nossa dissertação.

adulto”, ao dizer que ela “é juventude”. Além disso, o uso do termo “broto”, atribuído à adolescente, destaca a sua beleza e a coloca no *status* de “adulta”, adjetivo bastante usado na década de 1960 para se referir às mulheres jovens e bonitas.

A cantora Celly Campello,⁸ um dos ícones da Jovem Guarda, fez bastante sucesso, na década de 1960, com a música “Broto Legal”, que fazia remissão aos jovens. O termo era usado para designar tanto mulheres quanto homens e foi bastante utilizado nesse período para fazer referência à fase de juventude e à beleza das pessoas.

Outra imagem que selecionamos para análise e que reforça e atualiza esse sentido de “adultização” da infância, referido por Ariès (2001), foi observada por nós em um enunciado jornalístico de *O Liberal*, publicado em meados do século XX (Figura 2), na Amazônia, mais precisamente, no Pará.

Figura 2:



O Liberal, 12 dez. 1966, p. 5.
Foto: Avelina Oliveira de Castro.
Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

O jornal paraense colocou em destaque em sua coluna social, a foto de uma menina, na praia, vestindo biquíni e fazendo uma pose que é, costumeiramente, feita

⁸ Celly Campello foi a primeira cantora brasileira a obter sucesso mercadológico cantando rock no Brasil. A cantora também fez sucesso com as músicas “Broto certinho”, “Estúpido cupido” e “Banho de lua”. Mais informações em: <http://som13.com.br/celly-campello/biografia>. Acesso em: 02 jan. 2014. A música “Broto legal pode ser ouvida em: <http://www.youtube.com/watch?v=vTkJs3kj3PM>. Acesso em: 02 jan. 2014.

pelas mulheres (adultas), o que produziu um efeito de sentido de sensualidade. A legenda da foto ressalta esse sentido ao dizer: “Luíza de Fátima Sabóia é um brotinho que promete sucesso em nossa sociedade”. Muito embora o texto faça remissão ao futuro da menina, ao dizer que ela “promete” sucesso, já antecipa no enunciado imagético um olhar “adutilizado” em relação à criança. Mais uma vez, percebemos o uso do termo “brotinho” no enunciado textual, inscrevendo a imagem da menina no “mundo adulto”, conforme já destacamos na imagem anterior.

Destacamos, ainda, que as figuras 1 e 2 foram publicadas em coluna social de *O Liberal*, um espaço jornalístico tradicionalmente destinado a textos e imagens sobre acontecimentos da classe social mais abastada da sociedade. Ambas as imagens dão a ver a criança como se adulta fosse, mas também com um certo grau de erotismo (Figura 2), que nos leva a questionar se havia uma aceitação social em relação a essa construção discursiva.

De acordo com os estudos de Ariès (2011), durante muito tempo não houve separações etárias e até mesmo nas escolas os indivíduos desse período da vida estavam misturados na mesma sala de aula. Além da demora no reconhecimento social da infância e da adolescência como “idade da vida”, a separação entre as duas fases de desenvolvimento também foi tardia. Ariès (2011, p. 123) destaca que a infância teve duração curta por muito tempo e que “passados os cinco ou sete primeiros anos, a criança se fundia sem transição com os adultos: esse sentimento de uma infância curta persistiu ainda por muito tempo nas classes populares”.

Até o século XVIII, ao menos, muito dessa mentalidade sobreviveu na vida e nos hábitos escolares. Vimos como a divisão em classes separadas e regulares foi tardia, como as idades continuavam misturadas dentro de cada classe, freqüentada ao mesmo tempo por crianças de 10 a 13 anos e adolescentes de 15 a 20 (ARIÈS, 2011, p. 124).

O autor faz referência à educação severa e que, com fins de disciplinar, impunha castigos físicos às crianças. De acordo com Ariès (2011, p. 117), o sistema disciplinador da infância, endurecido a partir do século XV e que se estendeu até o século XVII, tinha “três características principais: a vigilância constante, a delação erigida em princípio de governo e em instituição e a aplicação de castigos corporais”, sendo que a delação sempre tinha como objetivo o favorecimento de informações ao superior hierárquico.

Ariès (2011, p. 32) também destaca que a partir do século XVII as crianças, pelo menos as de famílias burguesa ou nobre, também passaram a usar trajes diferentes dos adultos, o que não acontecia até então. De acordo com o historiador francês, a mudança de trajes revela uma nova preocupação – desconhecida da Idade Média – que era a de isolar as crianças, de separá-las do “mundo dos adultos”, como que por uma espécie de uniforme (ARIÈS, 2011, p. 36).

No entanto, como já observamos anteriormente, essa separação da criança do mundo do adulto é relativamente nova, em tempos históricos, sobretudo no que diz respeito à questão da sexualidade. Atualmente, uma das leis não escritas de nossa moral contemporânea exige que diante das crianças os adultos não falem de assuntos sexuais. Ariès (2011, p. 75), no entanto, mostra em sua pesquisa como a sociedade caminhou, ao longo dos séculos, de uma relação de verdadeiro “despudor” à “inocência” em relação à forma de ver a infância.

Sobre isso o autor (2011) destaca que, Jean Heroard, médico do rei da França Henrique IV,⁹ anotava no diário os fatos corriqueiros da vida do jovem Luís XIII¹⁰ e relata detalhes de muita liberdade com que se tratavam as crianças, a grosseria das brincadeiras e a indecência dos gestos cuja publicidade não chocava ninguém, à época, pois tudo aquilo era visto como se fosse natural.

Luís XIII ainda não tem um ano: “Ele dá gargalhadas quando sua ama lhe sacode o pênis com a ponta dos dedos”. Brincadeira encantadora, que a criança não demora a dominar (...)

Luís XIII tem um ano: “Muito alegre”, anota Heroard, “ele manda que todos lhe beijem o pênis”. Ele tem certeza que todos se divertem com isso (ARIÈS, 2011, p. 75).

O historiador francês ressalta que atitudes como as do futuro rei da França, à época, Luís XIII, seriam reprovadas pela moral contemporânea, assim como também por uma série de aparatos jurídicos de proteção às crianças e adolescentes. No entanto, Ariès (2011, p. 78) chama a atenção para o fato de que “a atitude diante da sexualidade,

⁹ Henrique IV (1553-1610), cujo reinado começou em 1589, era rei de Navarra e tornou-se o primeiro monarca francês pertencente à família Bourbon. Foi um dos reis mais populares de França, conhecido como “Henrique IV, o grande”. Em 2008, sua cabeça foi encontrada e sua autenticidade foi comprovada, conforme informado em estudo publicado no “British Medical Journal”. Mais informações em: <http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=46482&op=all>. Acessado em: 12, jan. 2014.

¹⁰ Monarca francês (1610-1643), chamado o *Justo*, foi rei da França entre 1610 e 1643; nasceu em Fontainebleau, a 27 de setembro de 1601, filho de Henrique IV, primeiro da dinastia Bourbon, e de Maria de Médicis, a qual, durante a sua menoridade (1610-1617), governou a França como regente. Informações retiradas de: <http://estoriasdahistoria12.blogspot.com.br>. Acessado em: 12, jan. 2014.

e sem dúvida a própria sexualidade, variam de acordo com o meio, e, por conseguinte, segundo as épocas e as mentalidades”, pois os contatos físicos descritos por Heroard em seu diário pareceriam “beirar a anomalia sexual” e ninguém ousaria praticá-los publicamente na atualidade.

Michel Foucault (2011), principal referencial teórico de nossa pesquisa, ao falar dos jogos de interdições discursivas que permitem que algo seja dito e que outra fala seja silenciada, em determinado período histórico, destaca a sexualidade e a política como os campos onde essa “grade” de interdição é mais forte.

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder (FOUCAULT, 2011, p. 9-10).

Foucault (2011) destaca, com isso, que há uma forte relação de poder atravessando a sexualidade e disciplinando-a, discursivamente, determinando aquilo que pode e não pode ser dito em determinada época. A sexualidade na infância, por exemplo, é um assunto que durante séculos foi tratado abertamente, como vimos nos estudos de Ariès (2011, p. 75), com as crianças envolvidas com o assunto de forma direta e até íntima com os adultos, sem interditos. Mas, em outros momentos, foi destacado um aspecto de inocência da infância e que deveria ser protegido e, por isso, separado do mundo adulto.

Em “História da Sexualidade (Volume 1 – A vontade de saber)”, Foucault (1988, p. 9), destaca que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza nas práticas ligadas à sexualidade, pois não havia um segredo, “as palavras eram ditas sem reticência excessiva e as coisas, sem demasiado disfarce, tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade”, muito diferente do século XIX, quando a sexualidade mudou-se para “dentro de casa”.

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar,

reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos (FOUCAULT, 1988, p. 9-10).

De acordo com Foucault (1988, p. 10-11), durante dois séculos (XIX e XX), a história da sexualidade devia ser lida como uma espécie de crônica da repressão, pois os lugares de tolerância para falar sobre o assunto teriam ficado limitados ao *rendez-vous* e à casa de saúde, pois “fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo”. O autor explica que o que não é regulado para uma determinada geração, como as crianças, “não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio”.

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo; boa razão para interdita-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. Isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim, marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas (FOUCAULT, 1988, p. 10).

O autor ressalta que o que ele chama de “Idade da Repressão” inicia no século XVII, “após centenas de anos de arejamento e de expressão livre”, e que o seu surgimento coincide com o desenvolvimento do capitalismo, fazendo parte da ordem burguesa (FOUCAULT, 1988, p. 11). De acordo com o filósofo francês (1988, p. 11), o sexo é reprimido com tanto rigor por ser considerado incompatível com uma colocação no trabalho, já que em uma época em que se explora fortemente a força do trabalho, não poderia ser tolerado que a classe trabalhadora fosse “dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles, reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se”.

O psicanalista Sigmund Freud atentou para o desenvolvimento da sexualidade na infância, rompendo com a visão “pueril” que faz parte do senso comum de que a “pulsão sexual” está ausente na infância e que só é despertada na puberdade (FREUD, 1996, p.163). O autor questiona uma espécie de “amnésia” atribuída por muitos autores ao período da infância, encobrendo a memória até os seis ou oito anos de vida, justamente o período em que se dá a sexualidade na infância.

Nenhum autor, ao que eu saiba, reconheceu com clareza a normatividade da pulsão sexual na infância, e, nos escritos já numerosos sobre o desenvolvimento infantil, o capítulo sobre o “Desenvolvimento Sexual” costuma ser omitido (...). Refiro-me à singular *amnésia* que, na maioria das pessoas (mas não em todas!), encobre os primeiros anos da infância (...). Ora, temos razões para crer que em nenhuma outra época da vida a capacidade de recepção e reprodução é maior do que justamente nos anos da infância (FREUD, 1996, p. 163-164).

O questionamento de Freud (1996, p. 183) sobre a *amnésia* atribuída por alguns autores aos primeiros anos da infância deve-se ao fato de que os estudos do autor mostram que “a vida sexual da criança chega a sua primeira florescência entre os três e os cinco anos”. Para o autor (1996), o entendimento desse período da infância e suas especificidades, sobretudo a sexualidade, é fundamental para a compreensão do desenvolvimento psicológico do ser humano nos anos posteriores da vida.

A partir dos estudos de Freud sobre sexo de adultos com crianças – o que na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) foi chamado de “Pedofilia” –, observamos que para o autor trata-se de um “desvio com respeito ao objeto sexual”. Freud (1996, p. 128) define *objeto sexual* como sendo “a pessoa de quem provém a atração sexual”. E ao falar sobre esse tipo de desvio, o autor (1996, p. 140) também se refere a tal prática como um abuso sexual.

Ao falar sobre sexo com “pessoas sexualmente imaturas” (crianças) e também sexo com animais, Freud (1996, p. 140) explica que não é possível atribuir essas “aberrações graves da pulsão sexual” à loucura. Segundo suas pesquisas mostram, não há quaisquer diferenças entre a pulsão sexual de loucos e de sadios.

Os casos em que se escolhem pessoas sexualmente imaturas (crianças) como objetos sexuais são desde logo encarados como aberrações esporádicas. Só excepcionalmente as crianças são objetos sexuais exclusivos; em geral, passam a desempenhar esse papel quando um indivíduo covarde ou impotente presta-se a usá-las como substituto, ou quando uma pulsão urgente (impreterível) não pode apropriar-se, no momento, de nenhum objeto mais adequado (...). Assim, com a mais insólita freqüência encontra-se o abuso sexual contra as crianças entre os professores e as pessoas que cuidam de crianças, simplesmente porque a eles se oferece a melhor oportunidade para isso (FREUD, 1996, p. 140).

De acordo com Freud, a diferença entre o comportamento de loucos e sádios em relação à pulsão sexual está na intensidade, pois os primeiros exibem tal aberração em grau intensificado ou até mesmo fazem da prática sexual com crianças sua única forma de prazer sexual, em substituição a satisfação sexual normal..

1.2 – A HISTÓRIA DA CRIANÇA NO BRASIL E A PEDOFILIA

A historiadora Mary del Priore organizou o livro "História da criança no Brasil", em 1996, e a obra tornou-se referência para quem pesquisa e trata de questões relativas à violência sexual contra crianças. Dentre os artigos reunidos na publicação, destacamos o assinado pelo antropólogo brasileiro Luiz Mott, intitulado "Pedofilia e pederastia no Brasil antigo". De acordo com Mott, dentre os interditos mais repelidos pela ideologia ocidental contemporânea estão a *pedofilia* - relação sexual de adulto com criança pré-púbere - e a *pederastia* - relação sexual de adulto com adolescente.

Segundo Mott (1996, p. 44), a difusão das noções de que sexo é sinônimo de pecado e a de que a sexualidade destina-se exclusivamente à reprodução da espécie e que, portanto, deve ser praticado dentro do casamento são valores de nossa civilização judaico-cristã. Ambas as noções resultaram no que ele chama de "dessexualização" da infância e adolescência, conferindo a esses segmentos sociais uma aura de pureza, de inocência. O antropólogo brasileiro, em pesquisa intitulada "Moralidade e sexualidade no Brasil Colonial", também faz referência à visão que se tinha de infância ao longo da história e destaca que a sexualidade na infância já teve até um caráter pedagógico.

Em outras sociedades, como na Grécia Antiga, a relação sexual entre adultos e jovens fazia parte do próprio processo pedagógico (...). O que para muitos é chocante, cruel e considerado grave desrespeito à inocência infanto-juvenil, noutras sociedades é conduta normal, método pedagógico ou ritual de iniciação no mundo adulto (MOTT, 1996, p. 45).

Em sua pesquisa, Mott (1996) analisa diversos relatos de pedófilos que foram denunciados no Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. O trabalho mostra que, já naquela época, ficava demonstrado o quanto a denúncia de um único caso encorajava mais vítimas a também fazerem denúncias (MOTT, 1996, p. 47). Segundo o antropólogo, consta em documentação analisada pelo autor no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal:

Em todos os casos denunciados foi observada a mesma regularidade: um dos meninos reclama em casa o assédio do mestre, o pai leva o menor ao Tribunal do Santo Ofício e os inquisidores registram a denúncia. No dia em que os inquisidores registraram a denúncia e nos dias seguintes, espontaneamente ou por convocação, os demais alunos do nefando professor prestam queixa (MOTT, 1996, p. 47).

Outro fato destacado por Mott é que, além dos interditos, os casos de pedofilia e pederastia envolvem também uma moralidade repressora, já que em outros campos de vivência social, os tratamentos e entendimentos sobre a maturidade das meninas e meninos possuem olhares diferenciados.

Na obra editada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1999, intitulada "Inocência em Perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet", o psiquiatra especializado em pedofilia, Patrice Dunaigre assina o artigo "O ato pedófilo na história da sexualidade humana" e explica também, assim como Mott, que a questão da pedofilia assombra a humanidade ao longo dos tempos.

A pedofilia é atualmente um assunto que está em moda, pois a mídia nos lembra incessantemente do problema. Essa moda, até recentemente confinada às obscuras salas de certos círculos restritos onde era tratada de maneira cautelosa, embora exagerada, invadiu as ruas (...). O fantasma que assombra sociedades desde os tempos imemoráveis saiu da toca (DUNAIGRE, 1999, p. 9).

Ao ampliar a discussão sobre o tema, Dunaigre (1999) assinala que a proibição do incesto (sexo entre pessoas com grau de parentesco) é um princípio sobre o qual a identidade da criança é construída. Ou seja, em tempos passados, “a proibição de relações sexuais entre pessoas com uma estreita consangüinidade forma a identidade da criança dentro de uma estrutura rigorosamente codificada”, representando, por assim dizer, o começo de um direito de “status social” específico da criança (Dunaigre, 1999, p. 10).

A proibição do incesto não é tanto uma lei biológica, nem reflete um elemento necessário na organização de determinada sociedade, mas sim a necessidade de uma regra que leve a natureza (condição em que a morte e as relações sexuais não são evocadas) em direção à ordem da cultura (condição em que se pode falar sobre morte e sexualidade) (DUNAIGRE, 1999, p. 10).

Ao destacar esses regramentos da sociedade em relação ao sexo, Dunaigre (1999, p. 11) destaca também que o casamento monogâmico e a família nuclear

consangüínea, típicos das sociedades ocidentais, “desenvolveram sistemas próprios para regular a dupla questão de sexualidade e sociedade”.

Além disso, Dunaigre (1999) também destaca o silêncio que gira em torno do tema *pedofilia* e também o fato já destacado por outros autores da visão de criança como um objeto. O especialista faz um alerta sobre o fato do silêncio manter o estereótipo da criança como uma criatura inconsequente, irresponsável, um mero "objeto de poder ou desejo", uma superfície unidimensional sobre a qual pode ser projetado todo tipo de fantasias (DUNAIGRE, 1999, p. 13). Nesse sentido, a reflexão sobre essa questão chega à mídia, que estaria atuando como um reforçador desse estereótipo, da visão da criança como um objeto.

Basta atentar para o tom usado pela mídia nas coberturas sobre abuso sexual de crianças, nas quais as acusações são dirigidas não só contra o agressor adulto (neste caso, o pedófilo), mas também contra os "guardiães", que são recriminados por incapacidade ou impotência, e contra as "autoridades", acusadas de incompetência, negligência ou até duplicidade. A vítima, por sua vez, fica reduzida inteiramente a objeto do ato cometido (DUNAIGRE, 1999, p. 13).

O autor (1999) também ressalta que a Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada em 1990 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e ratificada por 187 países. É um documento abrangente, de cumprimento obrigatório pelos países signatários, como é o caso do Brasil, e que garante todos os direitos da criança: civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Dunaigre (1999), no entanto, chama a atenção para a falta de garantia desses direitos e diz que o silêncio é o principal fator que leva ao descumprimento do dispositivo legal.

Eu gostaria de enfatizar que a pedofilia encontrou guarida nos muros do silêncio construídos por estruturas sociais confrontadas com a violência sexual contra crianças. Isto é verdade no que se refere aos maus-tratos, em seu sentido mais amplo (...). O mesmo se aplica ao aspecto desumano de certos preceitos e condutas que afetam o corpo da criança. Sem esquecer as situações em que a criança é sujeita a atos pedófilos. Os efeitos alucinantes em sua psique são imensos. A situação se agrava ainda mais quando há violação do corpo. Ato absolutamente incompreensível para a criança, sobretudo porque, na maioria dos casos, o agressor é de sua família ou alguém que ela conhece bem (DUNAIGRE, 1999, p. 22).

Podemos observar, pela reflexão do autor, que o problema do abuso sexual de crianças e adolescentes é bastante complexo, sobretudo porque, na maioria dos casos, a violência ocorre no seio familiar, praticada por algum parente ou pessoa de confiança da

família. Em nossa pesquisa observamos que a violência sexual independe de classe social e é praticada também por pessoas que exercem algum poder sobre a vítima, como patrões e professores.

1.3 – O ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Há poucos dados nacionais disponíveis sobre casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. No entanto, nesse “deserto” de informações, destacam-se os dados fornecidos pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100),¹¹ que são divulgados pela imprensa, anualmente, por ocasião do dia 18 de maio.¹² No levantamento de 2012, em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes, o Pará apareceu em décimo lugar no *ranking*. Segundo o serviço, foram registradas 1.090 denúncias no Estado entre janeiro e abril de 2012, o que representa um crescimento de 44,9% em relação ao mesmo período de 2011, quando o registro foi de 752 casos.

O Disque 100 trabalha com dados de denúncias e, como já destacamos, muitos casos sequer chegam a ser denunciados em conselhos tutelares ou unidades policiais e da rede de proteção. Essa carência de dados reais é um dos problemas destacados por especialistas e que precisam ser enfrentados em relação à temática. Segundo destaca Veet Vivarta (2003), da Organização Não-Governamental Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), não há ainda indicadores precisos, nacionais e internacionais. Os que estão disponíveis são projeções ou aproximações, retratos parciais de um quadro complexo e assustador: segundo estimativas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a cada ano são diretamente afetadas pela violência sexual cerca de um milhão de crianças em todo o mundo. Sobre os diversos motivos que fazem com que nem todas as denúncias cheguem aos órgãos, o autor explica:

¹¹ O serviço é coordenado pelo Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, que faz parte da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH) do Governo Federal. O Disque-Denúncia recebe, encaminha e monitora as denúncias de violência. Sua implementação conta com a parceria da Petrobras e do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA). O Disque 100 funciona diariamente das 8h às 22h, inclusive nos fins de semana e feriados. A ligação é grátis. Também é possível encaminhar denúncias pelo e-mail disquedenuncia@sedh.gov.br.

¹² Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A data refere-se ao dia do assassinato da menina de oito anos, Araceli Cabrera Sanches, em Vitória (ES), em 1973. A criança foi drogada, espancada, violentada e morta. Os suspeitos do crime, pertencentes a duas famílias abastadas do Espírito Santo, foram absolvidos. Informações extraídas de: <http://www.comitenacional.org.br/o-que-e-18-maio-000.php>. Acesso em: 11, jan. 2014.

Nos casos de abuso, persiste o tabu de lidar com um fenômeno que tem origem, na grande maioria dos casos, no seio da família (...) Há ainda o preconceito, a ignorância, a convivência, o crime organizado (VIVARTA, 2003, p.13).

Além disso, os dados do Disque 100 referem-se à violência sexual - abuso sexual e exploração sexual. E como especialistas também têm observado, há muita dificuldade da mídia em conceituar o *abuso sexual*, utilizando-o reiteradas vezes, confundindo-o com *exploração sexual*. A falta de qualificação da mídia sobre o tema é, portanto, uma das preocupações dos especialistas no assunto. Nesse sentido, observamos que para nossa análise será considerada a definição trabalhada por Vivarta:

Abuso sexual – situação em que o adulto submete a criança ou o adolescente, com ou sem seu consentimento, a atos ou jogos sexuais com a finalidade de estimular-se ou satisfazer-se, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com a oferta de presentes.

Exploração sexual – ato ou jogo sexual em que a criança ou o adolescente é utilizado para fins comerciais por meio de relação sexual, indução à participação em shows eróticos, fotografias, filmes pornográficos e prostituição (VIVARTA, 2003, p. 27).

Além dos aspectos familiares, afetivos, psicológicos, sociais e éticos envolvendo o tema, há também uma legislação específica, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que entrou em vigor no Brasil em 1990 - em resposta a anseios da sociedade civil organizada - com dispositivos que visam garantir a proteção de direitos desse segmento social tão vulnerável à toda sorte de violência. Além disso, a própria Constituição Federal (CF) promulgada em 1988 (antes do ECA), também prevê dispositivos legais e declara a criança e o adolescente como prioridade absoluta nas políticas de proteção e garantia de direitos.

Bem antes de iniciarem as discussões para a promulgação desses dois dispositivos jurídicos de garantias de direitos das crianças e adolescentes (CF e ECA), a imprensa paraense já noticiava a ocorrência desses crimes na Amazônia. No dia 2 de maio de 1958, o jornal *O Liberal* trouxe em sua capa uma notícia sobre a prisão de uma mulher, acusada de ser aliciadora de menores (Figura 3). No enunciado jornalístico, de subtítulo “Pedido Antecedentes”, é revelado que a acusada também praticara o crime no estado do Amazonas.

Figura 3:



O Liberal, 02 mai. 1958, p. 1 (capa).

Foto: Avelina Oliveira de Castro.

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

No enunciado jornalístico, observamos que a mulher presa, chamada de “aliciadora” e “depravadora”, foi acusada de “catequizar menores incautas diante de propinas”. Ou seja, trata-se de um caso de exploração sexual de crianças e adolescentes, pois o ato sexual das “menores” era explorado comercialmente, por meio do que o texto da década de 1950 chama de “propinas”. Mais adiante, o texto afirmou que a mulher é uma “conhecida cafetina”, que já fora processada pelo mesmo crime no estado do Amazonas. Sobre isso, podemos apreender que a ação criminosa da “conhecida cafetina” realizada em dois estados da região Norte poderia estar relacionada a uma rede interestadual de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Notamos também que essa temática tem sido abordada, ao longo do tempo, de forma “policialesca”, pois tanto nessa reportagem de 1958 como em outras que analisamos em nossa pesquisa e que foram publicadas já no século XXI, observamos a predominância da polícia como fonte principal – e em muitos casos a única voz – para a obtenção das informações nos casos que envolvem pessoas comuns da sociedade.

Sobre a abordagem da imprensa em relação a essa temática tomamos como referência dados de uma pesquisa especial, intitulada “O Grito dos Inocentes - os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes”, que avaliou a cobertura jornalística nacional do abuso e exploração sexual infanto-juvenil. A pesquisa foi realizada de janeiro de 2000 a junho de 2001 e publicada em 2003 pela Agência de

Notícias dos Direitos da Infância (ANDI),¹³ em parceria com o Instituto World Childhood Foundation (WCF – Brasil)¹⁴ e o Instituto Ayrton Senna (IAS),¹⁵ com o apoio da Fundación Arcor¹⁶ e da United Nations Children's Fund (Unicef).¹⁷ A pesquisa analisou os 49 maiores jornais do país.

Os dados da pesquisa, portanto, não são novos, mas servem como parâmetro para a nossa análise, pois há uma carência muito grande de levantamentos sobre a cobertura da imprensa em relação à temática de violência sexual contra crianças e adolescentes. Sendo assim, observamos que na referida pesquisa os dois principais jornais paraenses aparecem no topo do *ranking* nacional dos impressos que mais publicam casos de abuso sexual. O jornal *Diário do Pará* aparece em 3º lugar, enquanto *O Liberal*, em 6º.

Além disso, ao avaliar a qualidade da abordagem dos jornais, *O Liberal* e *Diário do Pará* aparecem empatados em 38º no ranking. Para os realizadores da pesquisa (2003), a qualidade jornalística passa, entre outras coisas, pela colocação de um maior número de vozes na cobertura dos casos, não ficando as entrevistas restritas apenas às fontes policiais.

Os consultores da pesquisa O Grito dos Inocentes apontaram insistentemente, conforme já registrado nesta publicação, que um dos principais limites ao amadurecimento do trabalho da imprensa está no fato de a polícia seguir como principal fonte de informações sobre Abuso e Exploração Sexual de crianças e adolescentes, ainda que nem sempre a autoridade policial seja explicitada como origem das informações. Nas poucas vezes em que o jornalista transpõe o ambiente policial, em geral, não ultrapassa a esfera do Judiciário e do Ministério Público (VIVARTA, 2003, p. 112).

¹³ Criada em 1992 pelos jornalistas Âmbar de Barros e Gilberto Dimenstein. é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos com sede em Brasília, cuja missão é contribuir para o aprimoramento da qualidade da informação pública em torno de temas considerados decisivos para a promoção dos direitos da infância e a da adolescência. (VIVARTA, 2003, p. 158)

¹⁴ Organização brasileira que faz parte da World Childhood Foundation (Childhood), organização internacional criada pela Sua Majestade a Rainha Silvia da Suécia, em 1999, para proteger a infância e deixar as crianças serem crianças. Disponível em: <http://www.childhood.org.br/quem-somos>. Acesso em: 27 nov. 2012.

¹⁵ Concretização do sonho do tricampeão de Fórmula 1, Ayrton Senna. Atua desde 1994, desenvolvendo e disseminando programas em todo o Brasil e realizando ações para mobilizar a sociedade em torno da causa infanto-juvenil (VIVARTA, 2003, p. 158).

¹⁶ Entidade sem fins lucrativos criada em dezembro de 1991 pelo Grupo Arcor como expressão do compromisso e responsabilidade social dos fundadores da empresa para contribuir de maneira orgânica e corporativa para o tratamento e solução de necessidades dos setores mais vulneráveis da população. Disponível em: www.fundacionarcor.org/esp_quienes.asp. Acesso em: 20 nov. 2012.

¹⁷ Órgão permanente do sistema das Nações Unidas. Desenvolve diversos programas de apoio a cerca de 400 instituições – governamentais e não-governamentais – que trabalham para a promoção, a proteção e a garantia igual e universal dos direitos das crianças e dos adolescentes (VIVARTA, 2003, p. 158).

Um dado da pesquisa que ilustra bem o que Veet Vivarta está falando é o de que a polícia aparece em primeiro lugar no ranking como sendo a fonte mais mencionada pela mídia em 61,42% dos casos (VIVARTA, 2003).

1.4 - O ECA E O RECONHECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO “SUJEITOS DE DIREITOS”

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entrou em vigor em 1990 e foi um marco jurídico no estabelecimento de uma doutrina de proteção integral para crianças e adolescentes, que passaram, desde então, a ser enxergadas como “sujeitos de direitos”. Segundo a pesquisadora Camila Teixeira Heleno (2010), a implementação da lei foi resultado de muitas lutas travadas pelos movimentos sociais, sobretudo na década de 1980, período de mais intensidade nas ações e manifestações. Porém, passadas mais de duas décadas, ainda há um longo caminho a ser perseguido para a operacionalização do que preconiza o dispositivo legal (HELENO, 2010, p. 19).

No livro organizado pela autora junto com a também pesquisadora Simone Monteiro Ribeiro, intitulado "Criança e Adolescente: sujeitos de direitos" há uma série de artigos que discutem essa nova ordem jurídica e trazem um paradigma para a construção de políticas públicas que tratem da questão da infância e adolescência, considerando a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A autora (2010) explica também que no Brasil predominou por muito tempo a sociedade patriarcal, na qual o homem era o chefe das famílias. Atualmente, os últimos levantamentos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2012)¹⁸ mostram que já chega a quase 40% o número de lares brasileiros chefiados pelas mulheres. O reflexo dessa mudança, após, sobretudo, à inserção da mulher no mercado de trabalho (HELENO, 2010, p. 22), resultou em um movimento jurídico para trazer não só a mulher para ter amparo legal, mas também os filhos. A afirmação da pesquisadora toma como base a Constituição Federal:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à

¹⁸ O levantamento tomou como referência o ano base de 2011, a partir do levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados da pesquisa do PNAD podem ser conferidos em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/09/22/mulheres-chefes-de-familia-nao-sao-mais-pobres-e-nem-sozinhas-diz-pesquisadora.htm>. Acesso em: 13, jan. 2014.

cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Na mesma obra citada, a pesquisadora Tânia Ferreira (2010) faz referência, ao falar da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, ao fato de que, historicamente e culturalmente, a infância sempre foi tida como um período de ausência de responsabilidades, na qual a criança não é capaz de compreender muitas coisas e, por isso, precisa do adulto para falar por ela. Já a adolescência, segundo a autora (FERREIRA, 2010, p. 34), é vista como um período de crise da vida., pois o termo vem do latim *adolecer*, adocimento, algo definido como "síndrome da impotência", como se fosse um "mal da idade". Nesse sentido, ela questiona: "Se o mal é da idade, como escutá-lo?".

Para a autora (2010), o grande problema em não enxergar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos está no fato deles, na maioria das esferas sociais, serem vistos como *objeto*. Ou seja, esse olhar fere a condição de sujeito e de direito desse segmento (FERREIRA, 2010, p. 37). Ela explica que para a criança ascender à condição de sujeito precisa deixar de ser vista como um objeto, como um complemento, precisa ser vista como um ser falante e que é capaz, a despeito de sua pouca idade, de posicionar-se frente ao que diz. E essa condição de sujeito deve ser reforçada pelo Direito, que precisa garantir, efetivamente, a proteção absoluta de crianças e adolescentes (FERREIRA, 2010).

Maria José Gontijo Salum (2010) destaca que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surge como um dispositivo legal de reconhecimento de direitos dos cidadãos nessa fase peculiar do desenvolvimento humano, mas também envolve todas as instâncias de poder, como Estado e família, nessa garantia.

O ECA está fundamentado na seguinte premissa: crianças e adolescentes são seres em desenvolvimento. A criança necessita ser objeto de cuidados e por ela um adulto deverá ser responsável e responsabilizado (...). Ao adolescente a seguinte tarefa se impõe: sair da posição infantil para uma outra, responsável (...). O adolescente deverá contar com o apoio das diversas instâncias encarregadas da socialização: família, escola, grupo de amigos, cultura, sociedade (SALUM, 2010, p. 53).

As pesquisadoras Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra¹⁹ (2011, p. 336-337) complementam a avaliação sobre o ECA, dizendo que o dispositivo jurídico trocou o uso do termo “menor”, que era usado pelo Código de Menores de 1979, pelas expressões “crianças e adolescentes”, o que não representa apenas uma mudança retórica.

Mais do que mera substituição retórica (...). Ela sinaliza a compreensão da criança e do adolescente num sentido positivo e não depreciativo, enquanto sujeitos de direitos (cidadãos), pessoas em condição peculiar de desenvolvimento a requerer proteção, e conseqüentemente, credores do reconhecimento de que devem ser prioridade absoluta no nível de políticas sociais (AZEVEDO; GUERRA, 2011, p. 337).

A afirmação das pesquisadoras ressalta, portanto, que a substituição do termo “menor” por “crianças e adolescentes” no dispositivo jurídico reflete uma mudança no olhar jurídico dado às crianças e adolescentes, após a substituição do Código de Menores (1927)²⁰ pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. A pesquisadora Cecília Barros-Cairo (2012, p. 35),²¹ em seus estudos sobre “menores infratores” na mídia brasileira, destaca que o termo “menor” carrega um estigma de marginalização, que coloca esse segmento social como o “abandonado”, o que não tem família ou qualquer outro amparo estatal, ou seja, o “desinstitucionalizado”.

É a elaboração do Código de Menores (ou Código Mello Matos) no Brasil (Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927) no qual a categoria “menor” define limites etários e condição civil jurídica, mas também designa um tipo específico de criança: aquela em “situação irregular” (BARROS-CAIRO, 2012, p. 35).

Em nossa pesquisa, observamos que essa “situação irregular” leva ao uso do termo “menor” pela mídia tanto em casos em que o adolescente é acusado de ter praticado ato infracional, como analisou a autora (BARROS-CAIRO, 2012) quanto para

¹⁹ A Prof^ª Dr^ª Maria Amélia Azevedo é coordenadora do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) e a Prof^ª Dr^ª Viviane Nogueira de Azevedo Guerra é pesquisadora do LACRI. Ambas são organizadoras do livro “Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento” (2011), além de autoras de várias outras obras e artigos publicados sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes (VDCA) (AZEVEDO; GUERRA, 2011).

²⁰ O Decreto n.º 17.943 A, de 12 de outubro de 1927, regulamentou o Código de Menores, elaborado pelo juiz José Cândido de Albuquerque Mello Mattos.

²¹ Cecília Pinheiro Freire Barros-Cairo é autora da dissertação intitulada “Percurso discursivos do ‘menor infrator’ na mídia brasileira impressa e televisiva – história, memória e corpo”, no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, defendida na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em 2012.

nomear as vítimas de violência sexual (Figuras 4 e 5). O termo permanece sendo usado na atualidade, como era na época do Código de Menores – mesmo o ECA já estando em vigor há mais de duas décadas – como observamos em nossa análise nos capítulos seguintes.

Figura 4:



O Liberal, 22 mai. 1958, p. 5.

Foto: Avelina Oliveira de Castro

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Figura 5:



Diário do Pará, 16 nov. 2009, Polícia, p.10.

Foto: Avelina Oliveira de Castro.

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

No entanto, a despeito do tratamento dado pela imprensa às crianças e adolescentes, nomeando-as - e reconhecendo-as - como “menores”, as pesquisadoras (AZEVEDO; GUERRA, 2011, p. 256) destacam que o ECA “constitui hoje – não obstante algumas limitações – uma das legislações mais avançadas no nível mundial em termos de proteção dos direitos da criança”. Atualmente, as autoras (2011) têm desenvolvido seus estudos, trabalhando com o conceito de Violência Doméstica Contra Criança e Adolescente (VDCA), que é mais abrangente, pois engloba o contingente de

vítimas da violência praticada no lar, que incluem desde os maus-tratos físicos, a negligência, o abuso sexual até a violência psicológica.

O pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA), Ricardo Pimentel Mélo, em livro publicado em 2006, intitulado "A construção da noção de abuso sexual infantil", destaca que o surgimento da concepção de "abuso sexual infantil" foi favorecido pela construção da noção de infância a partir do advento do Estado, da família e da escola.

É nesse lugar atribuído para a criança na sociedade e na família (com as mudanças desta também), especialmente a partir do século XVI, solidificando no século XVII e com formas imperativas a partir do século XVIII, que permitiu, já na metade do século XX, julgar a relação sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente como "abuso" sexual, constituindo-o como um tipo e lhe dando autonomia suficiente para se "universalizar" e "naturalizar" (MÉLLO, 2006, p. 44).

O autor destaca também que a relação sexualidade-criança-jovem-adulto teve várias construções ao longo do tempo. A prevalência da moralidade cristã na constituição e aplicação das leis favoreceu a ilegalidade de várias atividades sexuais, como o adultério, a bigamia, o incesto, a sodomia (MÉLLO, 2006, p. 45). A prática legal de algumas atividades sexuais somente se tornou possível, segundo o pesquisador, no interior do casamento ou mediante a prostituição.

Mélo (2006, p. 51) explica que o sistema jurídico que prevê garantias de direitos para crianças e adolescentes coloca o Estado na condição de tomar para si o cuidado com as crianças, policiando as famílias. Como ele explica, são atribuídas responsabilidades aos pais e/ou responsáveis no cumprimento dos direitos das crianças, mas caso eles não sejam capazes de manter seus filhos em dispositivos disciplinares, o Estado, por meio de inquérito e decisão judicial, exerce a guarda dessas crianças.

1.5 – AS “CRIAS” NA AMAZÔNIA

Para falar de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na Amazônia, é necessário compreender uma dinâmica cultural e secular de “circulação” e de “adoção” desses meninos e meninas que, aqui, no lado de cima do mapa brasileiro, são chamados de “crias de família” ou apenas de “crias”, conceito que usamos no título de nossa dissertação. Mas o que são as “crias”?

O Dicionário Aurélio (2004, p. 276) traz para o verbete “cria” a definição: “s.f. Animal que ainda mama./ Bras. Pessoa geralmente pobre, criada em casa alheia”. No entanto, para além da definição do dicionário, estamos fazendo uso em nossa análise do conceito de “crias de família” trabalhado pela antropóloga paraense Maria Angélica Motta-Maués (2012). A autora pesquisa a prática secular existente na Amazônia, de famílias, sobretudo de classes mais abastadas, que trazem para seus lares crianças e adolescentes do interior do Estado com o objetivo de “criar” ou de colocá-las para “estudar” na capital.

De acordo com a pesquisadora (2012), a prática é tão forte na região que famílias populares também atuam nesse movimento de circulação de crianças e adolescentes, muito embora seus estudos revelem haver lares que, em função de questões econômicas, só doam e outros que só recebem esses meninos e meninas. Motta-Maués (2012, p.12) chama atenção também para o fato de que a maioria das “crias” é do sexo feminino, pois em um levantamento feito a partir dos registros de sua memória, ao longo de 60 anos, em uma lista com quase 50 crias nomeadas, apenas quatro eram do sexo masculino.

A pesquisadora (2012, p. 6) observa que, no caso de grupos populares, há o registro de situações em que meninas inseridas na prática de circulação de crianças acabam, eventualmente, se envolvendo numa relação de namoro com aqueles que cuidam, chegando a engravidar. A partir daí, elas mesmas seguem o ciclo, formando um lar e trazendo para Belém uma irmã, sobrinha ou outra parenta, contribuindo, assim, para a atualização da prática de circulação das “crias de família”.

Chama atenção na história desta já tão antiga e recorrente personagem, não apenas a persistência de sua presença, com o mesmo perfil, estatuto, “destino”, o que já é muito, mas a espécie de naturalização de seu papel como prestadora de serviços (muitas e muitas vezes não só domésticos, mas sexuais; na verdade uma exploração violenta da criança, gravemente não olhada como tal) (MOTTA-MAUÉS, 2012, p. 12).

Ao longo de sua pesquisa, Motta-Maués (2008, p. 158-159) identificou cinco tipos de circulação de crianças: 1) o regime de tutela infantil, no qual o juiz (“juiz de órfãos”) entregava a criança a um tutor para criá-la; 2) os encaminhamentos de crianças por seus pais e/ou responsáveis, geralmente vindas de cidades do interior do estado para Belém para morar com uma família e “estudar”, as chamadas “crias de casa de família”;

3) a prática da criação de crianças, pelas obrigações do parentesco ou dever de solidariedade ou mesmo pelo desejo particular de “criar” uma criança: os “filhos de criação”; 4) o costume de “reparar” crianças (cuidar delas), na ausência temporária da mãe, funcionando como “babás” – por vezes as “crias” – que acompanham as crianças por quase todo o dia; e 5) os fluxos mais curtos, mais dinâmicos, fora dos circuitos de parentesco, com ênfase nos filhos de pais separados e com recasamentos, e que transitam entre as casas dos pais, das mães e das novas famílias.

Vicente Salles (2005), na obra “O negro no Pará: sob o regime da escravidão”, relata o quão antiga é a migração de crianças e adolescentes do interior do estado para trabalhar na capital, após a Abolição da Escravatura, em 1888, no chamado “Corpo de Trabalhadores”, criado em Belém pelas autoridades do governo da Província para executar serviços públicos na capital.

Salles (2005, p. 312) transcreve a fala do conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, presidente da Província do Grão Pará (atual estado do Pará) à outrora Assembleia Legislativa Provincial, na ocasião da abertura da sessão ordinária da Sexta Legislatura, no dia 15 de junho de 1848, portanto, século XIX. Na ocasião, o conselheiro fez a denúncia de ter recebido várias reclamações sobre a prática abusiva de arrancar violentamente do seio de famílias miseráveis, sobretudo de mestiços, índios ou tapuios, crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos, para trazer para a capital como se fossem “coisas” e explorá-las em regime de servidão.

Sem dúvida, a prática continuou. E alguns desses abusos chegaram aos nossos dias e constituem objeto de estudo sociológico a ser feito com bastante rigor, como a prática da doação de crianças para os serviços domésticos das famílias que as podem sustentar e talvez educar; as normas de contratação de serviços, nos meios rurais, fazendas e estabelecimentos agrícolas, nos seringais e nos barracões de beira-rio, através do costume do aviamento etc. (SALLES, 2005, p. 312).

A composição do chamado “Corpo de Trabalhadores”, em Belém, logo após a abolição da escravatura revela uma situação que Motta-Maués (2008, p. 158) também destaca em sua pesquisa. A autora acredita que essa dinâmica narrada na obra de Vicente Salles (2005) pode ser considerada precursora das “crias” nas famílias amazônicas.

No Pará, como observamos, essa é uma realidade cultural antiga e que se mantém até os dias de hoje. Em nossa análise, observamos que caso de maior

repercussão denunciado, em 2008, à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), que envolvia o ex-deputado estadual Luiz Sefer (DEM) era um caso de abuso sexual contra uma “cria”. O político foi acusado de abusar sexualmente, durante quatro anos, de uma menina que foi trazida do município de Mocajuba para morar em sua casa, em Belém, para fazer “companhia” à filha do ex-parlamentar e também estudar. O caso repercutiu bastante na mídia local e nacional (Figura 6), mas é importante ressaltarmos que nem todos os casos de abuso e exploração sexual ocorridos na Amazônia - ou mesmo os analisados em nossa dissertação – são de “crias” como sendo vítimas, embora essa seja uma realidade de cunho cultural muito forte em nossa região.

Figura 6:

A reportagem intitulada “Sefer se contradiz em depoimento à CPI”, publicada no *Diário do Pará* (Figura 6), relatou o depoimento prestado pelo ex-deputado estadual Luiz Sefer (DEM-PA), à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado, que esteve em Belém, em março de 2009, para fazer a oitiva de depoimentos de acusados, vítimas e testemunhas. Ao analisarmos a cobertura da imprensa paraense sobre o “caso

Sefer”, observamos que os enunciados jornalísticos dão a ver que se trata de um exemplo claro de abuso sexual cometido contra uma “cria de família” (MOTTA-MAUÉS, 2012), como constatamos nas análises mostradas no capítulo 3.

Em um de seus muitos artigos, a antropóloga, corajosamente, revela uma experiência pessoal que vivera, embora diga que foi breve a sua “participação nesse regime, velho e vigoroso, de exploração de crianças” (MOTTA-MAUÉS, 2012, p.13), o suficiente para permanecer em sua memória a imagem daquela que teria servido de “companhia” para as suas filhas:

Ficou, porém, para sempre, a imagem dela, na minha memória – onde andaré hoje? -, na fotografia tirada num dos passeios dominicais com as crianças, nos quais, embora também participasse das brincadeiras e dos lanches com todos, das três meninas – que era o que todas efetivamente eram – só ela tinha obrigações: carregar sacolas, brinquedos, arrumar coisas, como todas as sabe lá quantos centenas de meninas, que seguiram um dia os caminhos dos rios e chegaram à cidade, repetindo secularmente o mesmo movimento (MOTTA-MAUÉS, 2008, p. 13).

O enunciado jornalístico deu a ver que a menina foi “adotada” de forma muito rápida por Sefer. O ex-parlamentar foi questionado durante a oitiva sobre como teria conseguido uma “adoção” em apenas 11 dias? Mas, segundo a reportagem, o político teria dito que não sabia informar. A resposta de Sefer fez com que, na ocasião, segundo o enunciado, o presidente da CPI da Pedofilia do Senado, o senador Magno Malta (PR-ES), promettesse encaminhar o caso ao Ministério Público Estadual (MPE) pedindo informações sobre a adoção. Além disso, a matéria mostra que, em seu depoimento, Sefer confirma a situação de “cria” da menina:

Logo no início, [Sefer] disse que a menina foi trazida do município de Mocajuba para sua casa. Disse que a menor tinha problemas familiares. Falou que ela era muito bem tratada e freqüentava os mesmos lugares que ele e outros membros da família (DIÁRIO DO PARÁ, 06 mar, 2009, p. A4).

Do enunciado jornalístico do *Diário do Pará* podemos apreender que, ao tentar se defender das acusações de prática de pedofilia, Sefer acabou confirmando a condição de “cria” da menina trazida do interior do Estado para a sua casa, onde “era muito bem tratada e freqüentava os mesmos lugares que ele (Sefer) e outros membros da família”. O relato de Sefer só não se assemelha mais ao da pesquisadora Angélica Maués (2012)

– que reconheceu em um de seus artigos ter tido uma “cria” em sua família – porque o político, ao contrário, não teve o mesmo olhar crítico da antropóloga e não reconheceu a exploração do serviço da menina, e muito menos o abuso sexual cometido contra ela. Outro trecho da mesma matéria informa que o político teria trazido a menina para sua casa para fazer “companhia” a filha dele. Sobre isso Sefer também foi questionado pelos parlamentares, pois a referida filha do ex-parlamentar morava, na ocasião, no Rio de Janeiro e vinha esporadicamente a Belém.

A pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA) e juíza do trabalho, Maria Zuila Lima Dutra, no livro "Meninas domésticas, infâncias destruídas", publicado em 2007,²² destaca que, apesar das legislações brasileiras terem avançado em garantias e proteção às crianças e adolescentes, o Brasil ainda possui números assustadores de violação de direitos, pois aparece como o primeiro na exploração de crianças e adolescentes nas Américas e o segundo no mundo (DUTRA, Maria, 2007, p. 17), segundo números divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Ao pesquisar sobre trabalho infantil na Amazônia, Maria Dutra (2007) também faz referência ao fato de que, no Pará, há historicamente e culturalmente uma migração de crianças e adolescentes do interior do Estado para a capital para trabalharem como domésticas (a maioria, também segundo a autora, do sexo feminino). O município de Soure, no arquipélago do Marajó (PA), é considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como o maior fornecedor no Brasil desse tipo de "mão-de-obra" para as cidades da região.

Embora pareça um alívio para as famílias pobres, considerando-se que as meninas passam a ter teto e comida garantidos, nesse tipo de trabalho há situações muito graves (...). Em 1988, o Conselho Tutelar de Breves, Estado do Pará, denunciava que todos os anos mais de mil meninas da região eram vendidas ou doadas para famílias com as quais iam na condição de empregadas domésticas, em Belém (capital do Pará) e Macapá (capital do Amapá). O pagamento mensal se resumia a roupa e comida e os abusos sexuais eram comuns (DUTRA, Maria, 2007, p. 35).

Uma pesquisa realizada pelo Movimento República de Emaús (MRE)²³ e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2001, intitulada "Pesquisa Trabalho

²² O livro é resultado de dissertação de mestrado defendida no Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2006.

²³ O Movimento República de Emaús é uma associação civil, sem fins lucrativos e de utilidade pública. Fundada em 10 de setembro de 1971, nasceu e tem suas atividades na cidade de Belém, capital do Pará, norte do Brasil. Atualmente, o Movimento de Emaús atende diretamente cerca de 2 mil crianças,

Infantil Doméstico em Casa de Terceiros em Belém do Pará - Brasil"²⁴ mostra dados assustadores sobre as condições das meninas exploradas como domésticas em Belém, envolvendo humilhações, violência física e abuso sexual.

Segundo consta na pesquisa, um total de 247 crianças e adolescentes foi entrevistado. O resultado revelou, entre outras questões, que 62% deles vêm de cidades do interior do Estado e 5% afirmaram terem sido abusados sexualmente. A pesquisa concluiu também que mais de 25 mil meninas estão envolvidas no trabalho doméstico no Pará.

Outra pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde (MS), em 2012,²⁵ em todo o país, revela que o abuso sexual é o segundo maior tipo de violência cometido contra crianças, ficando atrás apenas do abandono e da negligência. De acordo com o levantamento do MS, em 2011, foram registrados 14.625 casos de violência doméstica, sexual, física e outras agressões contra menores de 10 anos. Desse total, 35% foram de violência sexual, enquanto a negligência e o abandono responderam por 36% dos registros.

Os dados do MS revelam ainda que a violência sexual também ocupa o segundo lugar na faixa etária de 10 a 14 anos, com 10,5% das notificações, ficando atrás apenas da violência física (13,3%). Na faixa de 15 a 19 anos, esse tipo de agressão ocupa o terceiro lugar, com 5,2%, atrás da violência física (28,3%) e da psicológica (7,6%).

1.6 - A CPI DA PEDOFILIA NO PARÁ

A CPI da Pedofilia da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa)²⁶ foi instalada em 11 de dezembro de 2008 e, desde então, começaram a surgir denúncias de casos de todo o Estado. No entanto, o caso que ganhou maior repercussão na imprensa nacional foi o que envolveu o ex-deputado estadual Luiz Sefer (DEM-PA), embora a denúncia contra o irmão da ex-governadora, Ana Júlia Carepa (PT), o servidor público

adolescentes e suas famílias. Informações extraídas do site da entidade: http://www.movimentodeemaus.org/pagina/?id_conteudo=17. Acesso em 14, jan. 2014.

²⁴ Pesquisa disponível no site da Organização Não-Governamental Movimento República de Emaús no site: <http://www.movimentodeemaus.org>. Acesso em 04. mar. 2013.

²⁵ A pesquisa nacional completa pode ser conferida em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2012/05/abuso-sexual-e-o-segundo-maior-tipo-de-violencia-contras-criancas-mostra-pesquisa>. Acesso em 12 dez. 2013.

²⁶ A CPI da Pedofilia da ALEPA foi criada com base no art. 92, XV, da Constituição Estadual, com o objetivo relatado em seu relatório final como sendo o de “apurar a prática de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes no estado do Pará e especialmente na região do Marajó nos últimos cinco anos” (PARÁ, 2010, p. 16).

João Carlos Carepa, também tenha tido destaque na imprensa local. A visibilidade do trabalho parlamentar na investigação de casos envolvendo inclusive pessoas detentoras de poder econômico e políticos na sociedade paraense estimulou o aumento do número de denúncias de casos, que acabaram ganhando destaque especial nos jornais paraenses, *O Liberal* e *Diário do Pará*. As análises de enunciados jornalísticos publicados nos dois periódicos durante a vigência da Comissão constam no terceiro capítulo. Aqui, mostraremos o contexto em que ela foi instalada e o cenário amazônico das denúncias.

A CPI foi instalada a partir das denúncias feitas pelo bispo do Marajó, Dom Luiz Azcona, de que no arquipélago do Marajó existe uma forte rede de exploração sexual de crianças e adolescentes. O religioso denunciou que meninas da região, sobretudo dos municípios de Breves e Portel (PA), são exploradas sexualmente até mesmo em troca de óleo diesel para abastecer as embarcações dos exploradores da rede. As denúncias do bispo marajoara fizeram com que a comissão tivesse como objetivo investigar os casos em todo o Estado, com especial atenção, à região do Arquipélago do Marajó.

O arquipélago do Marajó (Figura 7) é uma das regiões mais pobres do país. Segundo o último levantamento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), divulgado em julho de 2013 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município de Melgaço (PA) é o que possui o menor índice do país, ficando com 0,418. Além disso, o levantamento, intitulado “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013”,²⁷ mostra que dos 16 municípios da região, metade deles apresenta resultados que os coloca entre os mais baixos do país. São eles: Chaves (453), Bagre (471), Portel (483), Anajás (484), Afuá (489), Currálinho (502) e Breves (503). Estes estão na lista dos 50 piores resultados por municípios do Brasil.

Em nossa pesquisa adotamos a expressão “Arquipélago do Marajó”, usado pelo pesquisador Agenor Sarraf Pacheco, da Universidade Federal do Pará (UFPA), que em seus estudos mostra que naquela região, em função de características geográficas e culturais, existem “Marajós” (PACHECO, 2009, p. 20).

²⁷ O IDH mede o nível de desenvolvimento humano de determinada região com base nos dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e países com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. O levantamento completo pode ser visto em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013. Acesso em: 11, dez. 2013.

Figura 7:



Mapa do Arquipélago do Marajó (Pará).

Fonte: <https://maps.google.com.br/>

De acordo com Pacheco (2009), a região conhecida como “Ilha de Marajó”, na foz do rio Amazonas, maior ilha fluvio-marinha do mundo, com 50 mil quilômetros quadrados, tem em sua área regiões de campos naturais, zonas de matas, praias, rios e mar. Toda essa diversidade geográfica e cultural levou o pesquisador a definir dois “Marajós”: o *Marajó dos Campos*, na parte oriental da região, e o *Marajó das Florestas*, no lado ocidental.²⁸

Os dois principais municípios denunciados por Dom Luiz Azcona, Breves e Portel, estão localizados, portanto, no *Marajó dos Campos*. O religioso fez as suas primeiras denúncias à ALEPA no dia 14 de janeiro de 2008, quando afirmou que nos dois municípios, ocorrem atividades intensas que caracterizam a exploração sexual de

²⁸ O Marajó dos Campos é composto pelos municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Ponta de Pedras e Muaná, Já o Marajó das Florestas é integrado pelos municípios de São Sebastião da Boa Vista, Bagre, Currealinho, Breves, Portel, Melgaço, Anajás, Gurupá e Afuá. Esses e outros estudos de Agenor Sarraf Pacheco constam em sua tese de doutorado, “Em el corazón da Amazônia: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoaras”, defendida em 2009, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

crianças e adolescentes, por meio do aliciamento, com o objetivo final de abastecer a rede do tráfico humano interestadual e internacional. No relatório final da CPI consta transcrito o seguinte relato do bispo:

Imaginem, em uma região tão longínqua, de tão difícil acesso como é a de Portel e Breves, ter esse tipo de conexões criminosas com a Espanha, com a Guiana Francesa e Suriname (...). Para concretizar um pouquinho, por exemplo, como Espanha: em novembro de 2007 chegou ao meu conhecimento, e a fonte está na Polícia Federal, que uma jovem, uma menina de 16 anos foi presa pela Polícia Federal em Guarulhos, essa menina é de Portel, no momento em que ia pegar o avião que a levaria para Madri. Nas declarações que fez à Polícia Federal ela disse que poucos dias depois iria vir, nessa mesma rota, Portel/Breves/Belém/Guarulhos, um grupo maior de mulheres desta mesma região; supõe-se que também menores (PARÁ, 2010, p. 21).

Conforme consta no relatório final da CPI (PARÁ, 2010), em seu depoimento, Dom Luiz Azcona também denunciou que ele, o bispo do Xingu, Dom Erwin Kräutler, e o de Abaetetuba, Dom Flávio Giovenale, encontravam-se ameaçados de morte em face das denúncias graves que fizeram e que atingiam interesses de grandes redes de exploração sexual (PARÁ, 2010, p. 20).

O caso de maior repercussão na CPI da Pedofilia – analisado de forma aprofundada no terceiro capítulo desta dissertação - foi o que envolveu o ex-deputado estadual Luiz Sefer, que à época era do Partido Democrata (DEM-PA). O caso dominou o noticiário local sobre o assunto e ganhou também repercussão nacional. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia do Senado Federal, presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES), chegou a vir para Belém fazer a oitiva do referido político e de outras pessoas, entre acusados e testemunhas.

A criação de uma CPI tem previsão legal tanto na Constituição Federal (Art. 58 § 3º) quanto na Constituição Estadual do Pará (Art. 101 § 4º) e em ambas as legislações há o estabelecimento de seus poderes e atribuições:

§ 3º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores (BRASIL, 1988).

O texto da Constituição Federal e da Constituição Estadual são idênticos na definição geral sobre as CPIs, porém, cada uma das casas legislativas estabelece em seus regimentos internos o detalhamento das regras sobre o seu funcionamento e elege os parlamentares que a integrarão. Na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, é necessária a assinatura de um terço dos deputados para a aprovação.

Segundo dados do Relatório Final da CPI da Pedofilia da ALEPA, ao longo dos 15 meses de sua vigência, foram recebidas 843 denúncias, das quais foram investigados 148 casos, visitados 47 municípios e realizadas 64 audiências públicas, sendo 23 na capital e 41 nos demais municípios. Além disso, a Comissão realizou 25 diligências, procedeu as oitivas de 173 pessoas, solicitou ao Poder Judiciário 26 prisões, sendo 6 deferidas, imediatamente, na própria sessão.

1.7 – HISTÓRIA E “GUERRA DISCURSIVA” DE *O LIBERAL* E *DIÁRIO DO PARÁ*

O Estado do Pará possui, atualmente, três jornais de grande circulação²⁹, dos quais dois deles, *O Liberal* e *Diário do Pará*, tiveram seus enunciados jornalísticos analisados por nós. A história dos dois periódicos é marcada pelo envolvimento político-partidário que – como observamos em nossas análises no terceiro capítulo –, atravessa as produções discursivas.

Além de figurarem entre os mais importantes jornais da Amazônia, *O Liberal* e *Diário do Pará* representam interesses político-partidários divergentes,³⁰ o que tem resultado em uma verdadeira “guerra discursiva”. A disputa por poder entre os dois periódicos, portanto, está longe de ser apenas mercadológica e chama a atenção porque os ataques são publicados, com regularidade, nos dois jornais, chegando a ganhar espaço até mesmo nas capas. Aqui, cabe-nos, portanto, contextualizar essa disputa e contar um pouco da história dos dois veículos, que funcionam como dispositivos de produção discursiva e identitária.

²⁹ Além de *O Liberal* e *Diário do Pará*, a grande imprensa paraense ainda conta com o jornal Amazônia, que, assim como *O Liberal*, integra as Organizações Romulo Maiorana (ORM), que também possuem emissoras de TV, rádio e portal de notícias. www.orm.com.br. Acesso em 12, jan. 2014.

³⁰ O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é, atualmente, o partido de afinidade de *O Liberal*, o que fica evidenciado pelo constante uso dos discursos de seus políticos para atacar o concorrente *Diário do Pará*, do senador Jáder Barbalho (PMDB-PA).

Ao teorizar sobre "jornalismo e poderes", Ciro Marcondes Filho (2009) fala sobre o fato de cada jornal representar interesses diversos, que vão desde os mais particulares até os políticos e de classe aos quais o veículo está ligado.

Criar jornais é encontrar uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações. É uma maneira de se dar eco às posições pessoais, de classe ou de nações, através de um complexo industrial-tecnológico que, além de preservar uma suposta impessoalidade, afirma-se, pelo seu poder e soberania, como "a verdade" (MARCONDES FILHO, 2009, p.75).

Nesse sentido, percebemos essa característica de representação de interesses nos dois jornais nos quais analisamos os discursos. Segundo consta no Catálogo de Jornais Paraóaras, publicado em 1985 pela Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo do Pará, o jornal *O Liberal* foi fundado em 15 de novembro de 1946 (Figura 8) por Luís Geolás de Moura Carvalho e outros políticos locais para ser um órgão de propaganda dos membros do Partido Social Democrático, chefiado por Joaquim Cardoso de Magalhães Barata.

Em sua primeira fase, *O Liberal*, que possui 67 anos, era vespertino e tinha o objetivo de fazer frente ao jornal *Folha do Norte*, que criticava severamente Magalhães Barata. Passadas duas décadas e após duras crises e mudanças editoriais, *O Liberal* passou, então, a ser matutino e de propriedade de Romulo Maiorana, que faleceu em 1986. A partir de então, a presidência do jornal passou a ser de seu primogênito, Romulo Maiorana Júnior, que preside as Organizações Romulo Maiorana (ORM), corporação jornalística da família Maiorana, que também possui emissoras de rádio AM e FM e de televisão aberta (afiliada da Rede Globo), além de operadora de TV a cabo e portal de notícias³¹ (DONOS DA MÍDIA, 2013).

Já o jornal *Diário do Pará*, mais jovem, possui 31 anos e foi criado em 22 de agosto de 1982 (Figura 9) com o propósito de dar sustentação à carreira política do então deputado Jáder Barbalho (PMDB-PA). O jornal faz parte do grupo Rede Brasil Amazônia (RBA), que também possui uma emissora de televisão aberta (afiliada à Rede Band), além de emissoras de rádio AM e FM.

³¹ O portal de notícias pode ser acessado em: www.orm.com.br.

Figura 8:



O Liberal, 15 nov. 1946, capa.
Foto: Avelina Oliveira de Castro
Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Figura 9:



Diário do Pará, 22 ago. 1982, capa.
Foto: Avelina Oliveira de Castro.
Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

O jornalista Expedito Leal Ribeiro participou do primeiro time de jornalistas do periódico e publicou o livro "Um jornal de campanha", em 2007. Diz o autor:

Jader Barbalho, candidato ao governo do Estado, não iria enfrentar céu de brigadeiro na sua cruzada ao Palácio "Lauro Sodré". Tinha contra si poderosos e azeitados grupos de mídia. De um lado, o Grupo Liberal, comprometido com seu maior concorrente, Oziel Carneiro. De outro, os Diários Associados, tendo como carro-chefe A Província do Pará, de altas tradições, retaguarda política do coronel Jarbas Passarinho, desde os idos de 1964 (...). Desde fins dos anos 70, quando exercia seu segundo mandato de deputado federal, Jader lustrava o sonho de ter um jornal de sustentação ao seu projeto político (RIBEIRO, 2007, p. 7).

O jornal *A Província do Pará*, citado por Ribeiro como uma das forças políticas jornalísticas da época, foi fundado em 25 de março de 1876 e circulou até março de 2002, quando era de periodicidade semanal (MASSARANI; SEIXAS; CARVALHO, 2013).³² De lá para cá, os jornais *O Liberal* e *Diário do Pará* mantiveram-se sozinhos na polarização central dos enfrentamentos políticos e discursivos.

³² A história do jornal *A Província do Pará* e sua relação de disputa com *O Liberal* pode ser conferida em MASSARANI, Luisa ; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos ; [CARVALHO, Vanessa Brasil de](#) . La ciencia

Atualmente, *O Liberal* e o *Diário Pará* são impressos no tamanho *standard*, em cores, e com diversidade de cadernos, alternando, ao longo da semana, o número de páginas de cada um. A tiragem de ambos não é conhecida dos leitores, já que apenas o *Diário do Pará* é filiado ao Instituto Verificador de Circulação (IVC), mas nunca publicou a sua tiragem (CASTRO; SEIXAS, 2013). *O Liberal* desvinculou-se do IVC em 2006, por problemas com os números de circulação apresentados ao órgão (PINTO, 2009, p. 1).

No campo de disputa comunicacional paraense também há o *Jornal Pessoal* (JP), um periódico alternativo criado, em 1987, pelo jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto,³³ considerado um dos maiores especialistas brasileiros em questões amazônicas (VELOSO, 2008).³⁴ De circulação quinzenal, o JP é feito por seu editor de forma solitária e tem como *slogan* "Agenda Amazônica". Ocupa uma posição contra-hegemônica na imprensa paraense, o que já gerou mais de 30 processos judiciais contra o seu editor. Mas, aqui, nos ativemos à análise dos discursos de *O Liberal* e do *Diário do Pará*, que fizeram a cobertura jornalística da CPI da Pedofilia da ALEPA e que publicam, com frequência, pautas de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em suas páginas policiais.

Segundo o jornalista Lúcio Flávio Pinto, em artigo publicado no *Jornal Pessoal*, edição da primeira quinzena de janeiro de 2009, o jornal *O Liberal* manteve-se em primeiro lugar em circulação e vendas, no Pará, durante três décadas, as duas primeiras tendo à frente Romulo Maiorana. Em 2005, uma auditoria do Instituto Verificador de Circulação (IVC), que faz a contagem da tiragem dos impressos no país, constatou a falta de veracidade nos números divulgados pelo jornal da família Maiorana, o que levou à sua desfiliação do órgão.

O IVC constatou, em duas auditorias realizadas em 2005, que a informação jurada fornecida pelo editor de *O Liberal* aumentava artificialmente a tiragem do jornal, de 100% até 140% em relação aos

en *O Liberal*: estudio de uno de los principales diarios de la Amazonía brasileña. *Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui*, v. 1, p. 82, 2013.

³³ Graduado em Sociologia, Lúcio Flávio Pinto trabalhou para as revistas *Veja* e *Realidade*, e foi correspondente da região para o jornal *O Estado de S. Paulo* por 17 anos. Decidiu afastar-se da grande imprensa em 1988, um ano após a criação do JP, para se dedicar, exclusivamente, ao alternativo.

³⁴ O *Jornal Pessoal* é considerado a mais importante publicação independente da Amazônia brasileira na atualidade, segundo a pesquisadora Socorro Veloso, cuja tese de doutoramento foi "Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do *Jornal Pessoal* (1987-2007)", defendida em 2008, na Universidade de São Paulo (USP).

valores reais (...). Quando *O Liberal* saiu pelas portas dos fundos, no Norte apenas dois jornais se submetiam a esse tipo de verificação de circulação. Hoje, são seis jornais diários, incluindo a folha dos Barbalhos (PINTO, 2009, 1ª quinzena, p. 1).

O jornalista escreveu vários artigos sobre a saída de *O Liberal* do IVC³⁵ e sobre o fato do jornal ter perdido a primeira posição na preferência do leitor paraense, o que teria ocorrido por volta de 2005.

Algum tempo atrás, ninguém podia sequer pensar neste fato: *O Liberal* não ser mais o líder dos jornais. (...) Ninguém mais põe em dúvida que o *Diário do Pará*, do deputado federal Jader Barbalho, deslocou *O Liberal*, dos Maiorana, de uma liderança na qual a publicação se manteve durante três décadas, em vários momentos superando os 90% de índice de leitura. Nem mesmo *O Liberal* questiona essa nova e surpreendente situação. Ao contrário: a empresa vem recuando de posição, exposta a ficar num lugar cada vez mais distanciado do concorrente, algo inimaginável pouco tempo atrás (PINTO, 2008, 2ª quinzena, p.1).

O episódio envolvendo a desfiliação de *O Liberal* do IVC – por ter revelado uma tiragem superior a real – é uma mostra do quanto a “guerra” entre os dois periódicos paraenses é acirrada. Desde a criação do *Diário do Pará* até os dias atuais, a disputa por poder entre os dois jornais só acirrou, produzindo enunciados cada vez mais ofensivos e de nível pouco jornalístico, como podemos constatar em briga recente entre os donos dos dois jornais. Em nossos estudos, observamos, no entanto, que a produção de enunciados ofensivos aos donos dos grupos de comunicação concorrentes é prática discursiva antiga no Pará.

O jornal *O Liberal* traz já em sua primeira edição, em 15 de novembro de 1946, os primeiros ataques contra o adversário que, à época, era o jornal *Folha do Norte* (1896-1974), dirigido pelo jornalista Paulo Maranhão. De lá para cá, mudaram os adversários, mas a rede de memória foi sendo atualizada com vários outros ataques à honra e a imagem dos concorrentes. Em texto na capa da primeira edição, *O Liberal* destaca:

Queremos, porém, bem alto salientar que não nos anima nenhum intuito de nos nivelar a certa imprensa desta terra, isto é, de imitar-lhe a conduta odiosa e os processos torpes de campanha mesquinha,

³⁵ Ver mais sobre a falta de publicidade sobre a tiragem de *O Liberal* e *Diário do Pará* em: <http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=603>. Acesso em: 18 dez. 2013.

vazada em estilo desrespeitoso e baixo. (O LIBERAL, 15 nov.1946: 1).

No entanto, mesmo afirmando nesse texto fundador que não usaria de “conduta odiosa” e “processos torpes de campanha mesquinha”, o jornal continuou atualizando seus discursos, em diversas edições posteriores, em confrontos diretos, com ataques que não poupavam ofensas aos concorrentes que foram surgindo ao longo de seu percurso histórico. A quinta edição de *O Liberal*, em 19 de novembro de 1946, traz um texto intitulado "Revide a dois canalhas", que responde a uma matéria publicada no matutino *Folha do Norte* do dia anterior. O próprio coronel Magalhães Barata, líder do PSD, destacou em texto publicado no jornal:

Minha atitude, porém, está tomada. Não sou dos que por timidez ou insegurança, arrepiam caminho, ao sopro pestilencial dos 'canos de esgoto da 1º de março'... Podem, assim, o velho escriba crapuloso da 'Folha do Norte' e seu filho João, ainda mais objeto do que aquele, exercer contra mim o seu ódio impotente, os achincalhes, em que são useiros e veseiros, não me desviarão do rumo traçado. (O LIBERAL, 19 nov. 1946: 3).

Ainda no mesmo texto, mais ataques: "E isso porque as '*Folhas*' são desmoralizadas; os seus exploradores - o decrepito famoso hediondo chantagista Paulo Maranhão e seu dileto filho, o 'João Gazua' não tem caráter". A sede do extinto jornal *Folha do Norte* funcionava na rua 1º de Março, no centro comercial de Belém (PA), na mesma área onde funcionam, até a atualidade, pontos de prostituição. A referência à localização das "*Folhas*" - como o próprio periódico se autodenominava - é diversas vezes feita nos ataques de *O Liberal*, provocando sentidos de depreciação do concorrente. Os ataques foram muitos e mútuos entre *O Liberal* e *Folha do Norte* (CASTRO; SEIXAS, 2013).

Destacamos que a referência que fazemos à "guerra" travada por *O Liberal* com a *Folha do Norte*, em meados do século XX, tem como objetivo evidenciar as origens da prática discursiva desse importante periódico amazônico. Essa prática tem atualizado essa rede de memória discursiva, ao longo da trajetória do jornal da família Maiorana, de acordo com os acontecimentos, contexto e relações de poder e adversários de cada período histórico.

No dia 16 de fevereiro de 2013, *O Liberal* publicou na capa um editorial com vários ataques ao concorrente *Diário do Pará* e seu proprietário, o senador Jáder Barbalho (PMDB-PA). Com o título “O rato sai do porão. E dizima a verdade” (Figura

10), o editorial traz uma enunciação em que desqualifica claramente os opositores. Na fala do jornal, o "porão" toma o lugar dos "canos de esgoto", que outrora haviam sido referidos à *Folha do Norte*, e a expressão "decrépito", usada para atingir Paulo Maranhão (proprietário da *Folha do Norte*) dá lugar a "rato", atribuído, hoje, a Jader Barbalho, cujo nome tem sido ligado a processos que apuram malversação de dinheiro público,³⁶ mas dos quais o político sempre consegue escapar, como o rato que foge e escapa de armadilhas.

Podemos observar que o *Diário do Pará* mantém os seus ataques no mesmo nível das ofensas contra si, nomeando a família Maiorana, proprietária de *O Liberal*, de "Maiotralhas" (Figura 11), sugerindo um sentido de quadrilha, que usurparia o dinheiro público em contratos questionados pelo periódico do senador. A sugestão está relacionada ao fato de que a expressão "Maiotralhas", usada nas notas e editoriais do *Diário do Pará* nos ataques e críticas aos irmãos da família Maiorana, proprietária de *O Liberal*, são uma alusão aos Irmãos Metralha, dos quadrinhos Disney, que são assaltantes.

Eis um pequeno trecho do editorial de capa de *O Liberal*:

Animado por esse cheiro de interesses (ufa, mais um!), os Barbalho têm feito o que mais sabem: mentem, deturpam, violentam, estupram a dignidade, barbalhizam a verdade (O LIBERAL, 16 fev. 2013, p. 1).

No dia seguinte, eis um trecho da resposta publicada no *Diário do Pará*:

O ódio dos Maioranas contra os que fazem o DIÁRIO DO PARÁ é que nós evitamos o monopólio criminoso que os Maiotralhas imaginaram um dia impor à sociedade paraense, incluindo políticos, empresários, funcionários públicos de âmbito federal, estadual e municipal (DIÁRIO DO PARÁ, 17 fev. 2013, p. A3).

Os ataques e ofensas que lemos nas páginas de *O Liberal* retomam uma memória discursiva que reflete a prática jornalística e política da região desde o início da imprensa, em 1822, como estudos de Coelho (1993) e Seixas (2011) já evidenciaram.

³⁶ São exemplos o caso da ex-Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o enquadramento na Lei da Ficha Limpa, a partir da qual Jader Barbalho foi inicialmente impedido de tomar posse como senador pelo Pará, o que só ocorreu posteriormente, quando a vigência da Lei foi transferida para as eleições seguintes.

Figura 10:

**O rato sai do porão.
E dizima a verdade.**

A sociedade paraense tem assistido, nos últimos dias, à formação de um consórcio de interesses capaz de produzir efeitos tenebrosos.

De um lado, os Barbalho, que dispensam apresentações. De outro, a Construtora Freire Mello, dona dos conjuntos Cristalville, Água Cristal e mais áreas onde vários espigões devem substituir árvores seculares que emolduravam o verde entre o aeroporto de Val-de-Cans e o conjunto Médici, na Marambaia.

Barbalho virou marca, referência, paradigma de ficha suja, de improbidade, de roubalheira, de mágicas administrativas com o dinheiro público. Um logotipo de esperteza. No mau sentido.

A Freire Mello está envolvida na devastação que transformou o verde da antiga fazenda Val-de-Cans numa cratera, numa caricatura de capinzal, sem mostrar apreço pela cidade.

Os Barbalho, que são tarados por uma quadrilha, agora ensaiam formar uma tabelinha com a Freire Mello. O ficha suja quer, com seu "diário de mentiras", sujar o verde de Belém que a Freire Mello quase dizimou para ganhar dinheiro.

Os Barbalho, acostumados a fazer seu ninho no dinheiro público, querem fazer sua parte. E passaram a atacar as Organizações Romulo Maiorana, a partir do momento em que **O LIBERAL** começou a revelar que a Freire Mello mudou o desenho de uma das mais nobres áreas verdes de Belém, depois de ter construído dois condomínios horizontais de alto luxo e de projetar várias torres.

Animado por esse cheiro de interesses (ufa, mais um!), os Barbalho têm feito o que mais sabem: mentem, deturpam, violentam, estupram a dignidade, *barbalhizam* a verdade.

Pois a verdade é que não passam de *barbalhices* as informações que tentam imputar à ORM Air Táxi Aéreo Ltda. acusações, despropositadas, como as de que a empresa estaria tentando eximir-se de suas obrigações perante o Fisco.

A verdade é que não passam de <|>barbalhices<N> expelidas por um malandro da política que se esconde no Senado as alusões a pendências vultosas relativas ao recolhimento de ICMS, por conta de operações que envolvem uma aeronave.

A verdade é que não passam de mentiras propagadas por um "líder de organização criminosa" - como Jader Barbalho foi mencionado em denúncia de procuradores da República contra larápios que dilapidaram os cofres da Sudam - a informação de que a aeronave estaria retida.

A verdade, não contada pelo corrupto mais famoso do Brasil, é que está plenamente em vigor decisão judicial da 4ª Vara Federal, reconhecendo a "notória solidez financeira do grupo empresarial ao qual pertence a empresa ORM Air Táxi Aéreo Ltda., tendo havido a nomeação de seu sócio, Rômulo Maiorana Júnior, como fiel depositário, de modo que se encontra resguardado o bem contra eventual dano sofrido".

A verdade, sonogada pelo Barbalho dilapidador dos cofres públicos, é que em decisão judicial da mesma 4ª Vara a aeronave em referência é liberada "para total utilização à ordem do fiel depositário", que "pode fazer dela uso que considerar conveniente".

A verdade, relegada à lata de lixo pelo contumaz gazeteiro do Senado, é que a alegada pendência relativa ao ICMS só poderá ser resolvida ao término de discussões que se travam nos âmbitos administrativo e judicial.

A verdade, escamoteada pelo malandro que, não tendo honra, compraz-se em dilapidar a alheia com a mesma letalidade com que dizima os cofres públicos, é que a empresa de Jader Barbalho já foi condenada, pelo Tribunal de Justiça do Estado, a indenizar a ORM Air Táxi Aéreo por danos morais, em decorrência de matérias mentirosas e caluniosas publicadas a partir de 2005.

A verdade, não dita pelo ficha suja, é que o valor da indenização a ser paga é de R\$ 10 mil por matéria publicada, apurando-se ainda a incidência de juros e correção monetária sobre o valor global.

Verdades como essas fazem mal a Jader Barbalho. Muito mal. É que ele se acostumou a operar nas sombras, nos porões dos ratos de vida fácil.

Um ladrão nunca vai conseguir enganar todo mundo, todo tempo. Esta não vai ser a primeira vez.

O Liberal, 16 fev. 2013, p.1, capa,
Fonte: www.orm.com.br.

Figura 11:



O ódio dos Maioranas contra os que fazem o DIÁRIO DO PARÁ é que nós evitamos o monopólio criminoso que os Maitralhas imaginaram um dia impor à sociedade paraense, incluindo políticos em geral, empresários, funcionários públicos de âmbito federal, estadual e municipal. Isto é, passariam a deter o monopólio da opinião pública e impor sua vontade criminosa sobre todos num esquema que nem o mafioso Al Capone imaginaria fazer em Chicago. O fato do DIÁRIO DO PARÁ ter-se tornado o maior jornal de circulação do Estado, segundo o IVC e o Ibope, criou uma alternativa à sociedade paraense contra esses que se acostumaram ao longo do tempo em enriquecer através de chantagens e que agora alcançam a audácia de intimidar inclusive funcionários da Receita Federal para facilitar ações criminosas contra os cofres públicos, no processo de sonegação fiscal na importação de mais um jatinho a ser pago com dinheiro do governo estadual, repetindo contrato fraudulento já ocorrido em governo anterior.

Herança genética

Tentam agora intimidar e acovardar os funcionários da Receita Federal e empresários para livrarem-se da aplicação da lei em matéria de contrabando. A história familiar e doméstica dos Maitralhas é apenas uma questão genética, já que o jornal "O Globo", em 16 reportagens na década de 60, considerou o patrono e genitor dos Maitralhas o maior contrabandista da Amazônia, inclusive de armas. Portanto, a história dos mesmos hoje é apenas a repetição e homenagem à trajetória do capo.

Tática manjada

Os ataques feitos pelo Grupo Liberal contra o DIÁRIO repetem a já conhecidíssima estratégia, muito usada por eles, de tentar desviar o foco dos problemas, tentando enganar os seus leitores. Todos sabem que o gravíssimo problema da retenção do jatinho de luxo da ORM Air é com a Receita Federal e com o Ministério Público Federal e não com as empresas Freire Melo e Grupo Jereissati, do Ceará. Ao atacarem essas empresas e o DIÁRIO, que denunciou a chantagem, visam esconder o crime que cometeram. Não foram essas empresas, muito menos o jornal, que apreenderam a aeronave no hangar da ORM Air, foi a Receita Federal. Não foram as empresas e nem o DIÁRIO que negaram a liberação do avião - foi a Justiça Federal, após ouvir o MP. Fica claro que todos, inclusive os auditores fiscais da Receita Federal, responsáveis pela apreensão do Jatinho, estão sendo vítimas de uma tentativa de chantagem.

Diário do Pará, 17 fev. 2013, p. A3,
Fonte: <http://www.dol.com.br>.

Ao usar as expressões "barbalhizam" e "Maitralhas", os dois jornais constroem seus discursos valendo-se da mesma estratégia discursiva de ofender a imagem dos adversários, fazendo alusão a práticas ilegais e/ou imorais. É importante destacar que essa memória discursiva do período de criação de *O Liberal* é atualizada a partir de uma

seleção daquilo que pode e deve ser dito em cada momento histórico, aos moldes do que propõe Foucault (2005), de acordo com os interesses políticos e mercadológicos do momento histórico atual.

Nesse sentido, ressaltamos que a seleção dos enunciados jornalísticos não é aleatória, pois os discursos passam por procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição (FOUCAULT, 1996, p. 8-9). Mais do que isso, para que esse discurso seja validado e tido como verdade, é preciso que a voz institucional tenha legitimidade. No caso do jornalismo, os veículos jornalísticos são vistos como a voz institucional legitimada socialmente para narrar fatos da forma mais próxima da verdade, dos fatos brutos (TRAQUINA, 2004). É justamente essa legitimidade e credibilidade que *O Liberal* quer atingir no seu concorrente *Diário do Pará* e vice-versa, ao mesmo tempo em que busca se afirmar como legítimo.

CAPÍTULO 2

ERA UMA VEZ... Entre lobos, “célebres” e “infames”

Nono Princípio:
 Que nenhuma criança ou algum menor
 seja deixado
 em abandono, crueldade, exploração.
 Que jamais seja pasto de maus tratos.
 Que não o caleje o trabalho antes do tempo.
 Uma criança é uma criança, uma criança...
 Por isso é a pátria da ternura humana.
João de Jesus Paes Loureiro

A proposta deste capítulo é analisar enunciados produzidos pelos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará* em momentos distintos da história e observar, na tessitura discursiva deles, pontos em comum que os alinhavam em uma rede de memória, atualizada em diversas irrupções históricas. Também estamos analisando, no *corpus* selecionado, as regularidades encontradas em meio a dispersão discursiva da imprensa paraense na cobertura de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Nosso esforço é no sentido de mostrar que a construção desses enunciados é atravessada por relações de poder, que disciplinam e produzem saberes e verdades nessa produção, subjetivando os sujeitos envolvidos nos acontecimentos jornalísticos. Chamaremos a esses sujeitos, aqui, de “acusados” e “vítimas”.

2.1 – HISTÓRIA E JORNALISMO

Em nossa análise trabalhamos com a noção de descontinuidade histórica de Foucault (2005, p. 3), para quem os acontecimentos não estão em um *continuum*, mas irrompem na história, em períodos diferentes, em jogos de correlações, como se integrassem “séries”. Por essa razão, selecionamos, desde o primeiro capítulo, enunciados dispersos ao longo da história dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará* para analisarmos a irrupção desses acontecimentos, os pontos em comum entre eles, as regularidades. Ao falar do conceito da nova história, que rompe com a ideia de continuidade, de homogeneidade e de certa fixidez, Foucault (2005) explica:

O problema que se apresenta – e que define a tarefa de uma história geral – é determinar que forma de relação pode ser legitimamente

descrita entre essas diferentes séries; que sistema vertical podem formar; qual é, de uma às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente; em resumo, não somente que séries, mas que ‘séries de séries’ – ou, em outros termos, que ‘quadros’ – é possível constituir (FOUCAULT, 2005, p. 11).

A historicidade em Foucault, portanto, estabelece uma nova relação com o passado e com a memória (GREGOLIN, 2007, p. 41), pois lançar o olhar ao passado tem como alvo a compreensão e como objetivo fazer a crítica do presente.

A historicidade é estabelecida a partir de um problema do presente, e voltar à história significa olhar o passado não como fonte do presente (sua origem embrionária), mas como lugar do acontecimento, da emergência de enunciados que, em sua singularidade, exibem as lutas entre forças em conflito, as redes de contingências que os fizeram aparecer em certo momento histórico (GREGOLIN, 2007, p. 41).

Essa noção de descontinuidade histórica, para Foucault (2005), está também relacionada à forma como nós nos posicionamos diante dos acontecimentos e como estes nos atravessam e nos constituem. Nesse sentido, o sujeito é constituído historicamente, pois não é um “eu”, mas um “nós”, resultado dessa “série de séries” históricas. A propósito do nosso estudo, analisamos a questão do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em meio a essa dispersão discursiva (MILANEZ, 2010, p.17), que já foi contextualizada, historicamente, no primeiro capítulo.

Essa dispersão é característica apontada por Foucault na constituição da maneira como nos posicionamos diante da história e do discurso. Isso faz com que a história seja um livro inacabado, um porvir, ou ainda, se preferirem, um devir. A linha quebrada dos questionamentos, marcando o passo da descontinuidade, apresenta-nos uma unidade, um ponto em comum que faz com que relacionemos acontecimentos díspares em momentos diferentes. Essa forma de compreender a história e o seu imbricamento com o discurso produz discursos de poder e discursos de saber, jogos em que é difícil separar um do outro (MILANEZ, 2010, p 17).

Para a compreensão dessa forma de ver a história, segundo Foucault (2005, p.23), é preciso “libertar-se de todo um jogo de noções que diversificam, cada um a sua maneira, o tema da continuidade”, que, por sua vez, está ligado também à noção de tradição, que reúne grandes fenômenos sucessivos ou análogos, para tentar dar uma

ideia de homogeneidade aos acontecimentos. Foi sobre essa imagem de continuidade que a história se deleitou durante tanto tempo, trabalhando no sentido de apagar a irrupção dos acontecimentos.

A história vista a partir da noção de descontinuidade se interessa pelos acontecimentos mínimos (FOUCAULT, 2005, p.9) e não apenas pelos acontecimentos importantes de longa duração, com uma ampla cadeia de consequências, mas tipos de acontecimentos de níveis diferentes, alguns breves ou de duração média. Complementando esse sentido, Milanez (2010, p 11) destaca como pontos de diálogo entre Foucault e Nietzsche a negação da história monumental, que dá voz apenas aos célebres e que apaga a voz do homem comum.

Foucault em sua *Arqueologia do Saber* tratará das questões da história, rejeitando também essa história monumental, a história tradicional, e destacando (...) o lugar que os homens ordinários têm na construção da história. Portanto, essa relação fama/infâmia cruza os discursos nietzschianos e foucaultianos (MILANEZ, 2010, p. 12).

É nesse sentido que trabalhamos nossa análise, selecionando enunciados dispersos na discursividade dos dois jornais pesquisados e lançando nosso olhar não só aos “personagens famosos”, os políticos ou pessoas investidas de relações institucionais importantes, mas também aos “infames”, às pessoas comuns, acusados e vítimas. A rigor, estamos lançando nosso olhar para o jornalismo e para o campo da Comunicação, pois a especificidade do olhar comunicacional (FRANÇA, 2002, p.15) está em alcançar a interseção de três dinâmicas básicas: o quadro relacional (relação dos interlocutores); a produção de sentidos (as práticas discursivas) e a situação sócio-cultural (o contexto):

Trata-se portanto, o processo comunicativo, de algo vivo, dinâmico – instituidor de sentidos e de relações; lugar não apenas onde os sujeitos dizem, mas também assumem papéis e se constroem socialmente; espaço de realização e renovação da cultura. É promovendo essa interseção que o viés comunicacional se coloca e se legitima como de fato um outro “ponto de vista” (ponto de onde se vê); um lugar frutífero para analisar e compreender a realidade em que vivemos (FRANÇA, 2002, p.15).

A partir dessa noção de processo comunicativo, destacamos a importância do olhar comunicacional como mais um dispositivo que se soma para a análise dos discursos jornalísticos e a compreensão da realidade. Além disso, quando destacamos a necessidade de demarcar que o lugar de fala de nossa pesquisa está no campo da

Comunicação, estamos tomando também, como base conceitual, José Luiz Braga, que defende que o campo da Comunicação (tanto no ambiente social como na produção de conhecimento) é efetivamente um âmbito de interfaces (BRAGA, 2004). Segundo o autor, essa relação de interface com outros campos é explicada, entre outras questões, pelo fato de que "todas as áreas de conhecimento (e ainda de atuação social, acrescentamos) se interessam por questões comunicacionais". No entanto, ele destaca que esses múltiplos interesses possuem diferentes ângulos (disciplinas) de observação e estudos. Por essa razão, o autor (2004) chama a atenção para a necessidade de um processo que ele chama de "desentranhamento" do viés comunicacional dos objetos de pesquisa do campo.

O desentranhamento corresponde a refletir sobre a presença do comunicacional na interface estudada, a observar as questões, problemas e aportes decorrentes. Portanto, explicitar e trabalhar o que este lado comunicacional da interface está aí fazendo (BRAGA, 2004, p. 15).

Ressaltamos também que o objetivo de enfatizar o campo da comunicação como lugar de fala de nossa pesquisa é acima de tudo lançar mão da AD francesa para a análise de discursos jornalísticos, sem deixar de levar em consideração que eles estão inseridos em toda uma perspectiva conceitual de mídia e que possui suas dinâmicas próprias de produção, de relações de poder, que precisam ser percebidas e levadas em conta pela nossa pesquisa.

O olhar de Michel Foucault à comunicação remete à nossa teoria do acontecimento. Uma enunciação inicialmente linguística articula-se com acontecimentos outros, não diretamente discursivos, como são os fatos técnicos, econômicos, sociais, políticos, práticos etc., constituindo, juntos, um processo comunicacional. A pesquisa foucaultiana busca, assim, estudar o aparecimento desses enunciados, sua manutenção, os laços que estabelecem entre si, a forma pela qual podem ser reunidos em um conjunto, o papel que eles exercem, os valores que os afetam, a forma como são investidos em condutas, o princípio segundo os quais circulam (MARCONDES FILHO, 2011, p. 87).

Os enunciados analisados, aqui, estão inseridos no campo³⁷ jornalístico, que é regido por uma série de regras e características próprias. O autor (2005^a) utiliza a noção

³⁷ Nelson Traquina trabalha com a noção de campo no sentido de Pierre Bourdieu, explicada por ele como sendo "um espaço social estruturado, um campo de forças, num campo de força". No caso do campo jornalístico, é entendido como um "campo intelectual" e definido como um "sistema de relações sociais"

de “campo” em Bourdieu (2012) explicada como sendo “um campo de forças antagonistas ou complementares”, onde estão interesses associados às diferentes posições e aos *habitus* dos seus ocupantes, onde se geram “vontades” e “no qual se define e redefine continuamente, na luta – e através da luta – a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos” (BOURDIEU, 2012, p. 81).

Nesse sentido, Traquina (2005^a), destaca que o campo jornalístico começou a ganhar forma, nas sociedades ocidentais, durante o século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo (TRAQUINA, 2005a, p. 20). É nesse período que, segundo o autor, ocorrem os processos de industrialização, urbanização e progresso tecnológico, surgindo uma imprensa como *mass media*. A partir daí, começa a ser exercido – e percebido – o poder do jornalismo na sociedade contemporânea.

Já há mais de 150 anos, em meados do século XIX, um comentarista britânico referiu-se ao jornalismo para o designar ‘um poder do reino, mais poderoso que qualquer um dos poderes’. Então denominado como o ‘Quarto Poder’, no início do século XXI, diversas vozes do mundo social, político e acadêmico não hesitam em considerar o jornalismo como o ‘primeiro poder’ entre os múltiplos poderes nas sociedades contemporâneas. Quem duvida? (TRAQUINA, 2005a, p. 187).

Também destacamos que ao tratarmos de jornalismo é necessário explicitar o conceito de “notícia” com que estamos trabalhando e que move a imprensa, ao longo do tempo, focando com frequência no insólito, extraordinário, catastrófico, a guerra, a violência, a morte, a celebridade (TRAQUINA, 2005a, p.5). Mas, Nelson Traquina ressalta que os valores-notícia não são imutáveis, pelo contrário: mudam de acordo com a época histórica, a localidade e com as diferenças de uma empresa jornalística para outra, tendo em conta as políticas editoriais.

As definições do que é notícia estão inseridas historicamente e a definição da noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional (TRAQUINA, 2005a, p.95).

no qual tem lugar a criação como ato de comunicação. Trata-se, portanto, de um campo determinado pelo surgimento dos jornalistas, pois a competência profissional ganha autonomia nesse campo de força, uma vez que a especialização significa autoridade (TRAQUINA, 2005a, p. 20 e 116).

Observamos que, ao conceituar a notícia, o autor também faz referência à dinâmica da história, à qual as notícias estão inseridas, podendo sofrer alterações de acordo com a época em que são produzidas, a localidade e a empresa jornalística. Nesse sentido, Traquina (2005a, p. 46) também reconhece o jornalismo como prática discursiva, ressaltando que, “ao longo da história, os jornalistas desenvolveram uma maneira própria de falar, isto é, uma linguagem – o jornalês”. Essa linguagem é explicada pelo autor (2005^a, p.46) como uma escrita que precisa ser “compreensível”, pois “os jornalistas precisam se comunicar através das fronteiras de classe, étnicas, políticas, e sociais existentes em uma sociedade”.

No entanto, mais importante do que essa linguagem específica do jornalismo são os “valores-notícia”, que determinam os acontecimentos, as notícias, que devem ou não ser publicadas na mídia. De acordo com o autor (2005a), há um sem número de valores-notícias que são adotados, de acordo com o período histórico, localidade e até mesmo a linha editorial de cada empresa jornalística. Mas, na lista de valores-notícias selecionado e explicado por ele na obra “Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional”, chama nossa atenção, entre outros, o valor-notícia da violência, que segundo Traquina (2005a, p. 85), “está ligado a outro critério de noticiabilidade: a infração”.

Por infração refere-se sobretudo a violação, a transgressão das regras. Assim podemos compreender a importância do crime como notícia. Uma parte importante das notícias sobre o crime são rotineiras e breves, porque o grosso do crime é visto como uma rotina. O crime é percebido como um fenômeno permanente e recorrente, e assim grande parte dele é observado pelos *media* noticiosos de uma forma igualmente rotinizada. Muita desta cobertura do crime assinala, no entanto, a transgressão das fronteiras normativas. A cobertura mais pormenorizada de certas circunstâncias dramáticas de um crime resulta e sobressai do pano de fundo deste tratamento rotinizado do crime (TRAQUINA, 2005a, p. 85).

Em outra obra,³⁸ Traquina (2005b) reconhece alguma "autonomia relativa" do jornalismo, mas reconhece também que a atividade jornalística é altamente condicionada. Segundo o autor, os condicionamentos vão desde a pressão das horas de fechamento até as hierarquias superiores da empresa jornalística e, em alguns casos, até

³⁸ Referimo-nos ao livro “Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são”, Florianópolis: Insular, 2005.

do(s) próprios(s) dono(s), além dos imperativos do jornalismo como um negócio, já que existe uma brutal competitividade no mercado jornalístico, entre outros condicionantes.

Essas e outras considerações do campo da comunicação, em especial do campo jornalístico, e dos estudos da AD, aqui mostrados, contribuíram para uma mudança no recorte temporal de nosso *corpus* de análise. Inicialmente, tínhamos como objetivo analisar, exclusivamente, a produção discursiva dos dois jornais em relação à cobertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia da Assembléia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), desde a sua instalação, em 11 de dezembro de 2008, até a entrega do relatório final das investigações, em 25 de fevereiro de 2010. Para isso, selecionaríamos apenas jornais desse período, mais precisamente, dos meses de dezembro de 2008 (mês de instalação da comissão), maio (que traz o Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – 18 de maio) e novembro (que nos permitia um intervalo de seis meses em relação ao mês anterior pesquisado), fechando uma amostragem de três meses de exemplares de *O Liberal* e *Diário do Pará*.

No entanto, a intensificação de nossos estudos sobre Foucault foi determinante, junto com estudos sobre o jornalismo – área na qual temos mais de 20 anos de exercício profissional – para decidirmos analisar não só casos envolvendo pessoas “célebres”, investidas de alguma institucionalização e poder (a maioria dos casos que dominaram o noticiário sobre a CPI da Pedofilia se enquadram nessa categoria), mas também abarcar casos que envolvessem os “infames”, as pessoas comuns.

A mudança objetivou garantir uma coerência com os postulados de Foucault (2005), cuja noção de historicidade critica o fato da história geral ser contada apenas a partir dos grandes vultos, dos “célebres”, excluindo da narrativa a vida dos homens comuns, dos “infames”. Nesse sentido, resolvemos analisar também os enunciados envolvendo os “infames”.

Deleuze (2005), ao comentar Foucault, explica a noção de “infâmia”, quando se refere à “vida dos homens infames”, atribuída às vidas anônimas, “que só se manifestam em choque com o poder, debatendo-se com ele, trocando com ele ‘palavras breves e estridentes’ antes de voltar para a noite” (DELEUZE, 2005, p. 103).

Deleuze (2005) explica que Foucault se opunha a duas noções de “infâmia” e adotava uma terceira. A primeira delas se refere a “vidas que entram para a lenda ou a história por seus próprios excessos” (DELEUZE, 2005, p. 102); a segunda, diz respeito a uma vida que se torna legendária por conta de “seus desvios e suas discontinuidades”

e que só podem alcançar inteligibilidade mediante um relato capaz de esgotar o possível, de cobrir eventualidades até mesmo contraditórias.

Mas Foucault concebe uma terceira infâmia; na verdade, uma infâmia de raridade ou escassez, a de homens insignificantes, obscuros e simples, que devem apenas a processos, a relatórios policiais, o fato de aparecerem por um instante à luz (DELEUZE, 2005, p. 103).

Analisamos, aqui, portanto, enunciados jornalísticos sobre “infames”, em períodos aleatórios, noticiados em páginas policiais, já que os casos da CPI da Pedofilia foram publicados (com raras exceções) na editoria de “Polícia” dos dois periódicos. Era necessário lançar luz³⁹ também sobre a abordagem da imprensa paraense em relação aos casos envolvendo pessoas comuns.

2.2 – A HISTÓRIA DO PRESENTE DE “CÉLEBRES” E “INFAMES”

A partir dessa reflexão e estudos, ampliamos nosso *corpus* de análise e passamos, então, a coletar materialidades em períodos diversos dos dois jornais, desde o período de criação deles até os dias atuais. Essa mudança nos permitiu fazer uma comparação entre as produções discursivas que envolvem tanto os “famosos” quanto os “infames”. Observamos em nossa pesquisa que nas notícias envolvendo pessoas comuns (Figuras 12 e 13), não amparadas por relações de poder institucionais, os enunciados contam histórias do presente, na maioria das vezes publicadas nas editorias policiais dos jornais, na condição de acusados ou de vítimas.

Enunciar que o jornalismo exerce o papel da escrita da história do tempo presente (NAVARRO-BARBOSA, 2003, p. 111) não é uma novidade, pois “os próprios jornalistas reivindicam para si essa responsabilidade”. Os textos da mídia apresentam-se, portanto, como uma percepção “quente” dos eventos do dia, com toda a sua agitação e dispersão características.

O objeto da prática midiática é também o presente, transmutado em acontecimento jornalístico e, muitas vezes, em espetáculo. A mídia não somente transforma o presente em acontecimento jornalístico, como também lhe confere um estatuto histórico. Desse modo, a sociedade assiste à história do tempo presente sendo construída, no

³⁹ Segundo Deleuze (2005, p. 129), o termo “luz” era usado por Foucault para se referir a “visibilidades”.

interior dos aparelhos de comunicação de massa, sob a tirania do acontecimento. O lugar, por excelência de produção do acontecimento não é mais o do discurso da história, mas sim o da mídia (NAVARRO-BARBOSA, 2003, p. 115-116).

Na história do tempo presente do jornalismo paraense observamos reportagens policiais como a da Figura 12, intitulada “Tarado perseguidor atrás das grades” que, embora tenha sido publicada há pouco menos de cinco anos, esta atualizando uma rede de memória da imprensa regional, que tem como prática destacar e afirmar a culpabilidade dos acusados, quando esses são pessoas comuns da sociedade.

Figura 12:



O Liberal, 31, mar. 2009, Polícia, p. 5.

Fonte: www.orm.com.br

O enunciado imagético (fotografia) da reportagem também se soma nessa estratégia discursiva de “culpabilidade”, ao mostrar a imagem do acusado com uma caneta em uma das mãos, assinando o papel referente ao procedimento policial, produzindo o sentido de que o acusado estaria, em verdade, assinando o seu “atestado de culpa”. A legenda da foto “Valdemir Lopes dos Reis, de 36 anos, foi preso e autuado em flagrante por atentado violento ao pudor, em Icoaraci”, arremata a produção desse efeito de sentido, ao destacar que ele fora preso “em flagrante”, o que dá a ideia de que sua culpabilidade é incontestável.

No enunciado (Figura 13) publicado no *Diário do Pará*, em 2009, apreendemos que, assim como o de *O Liberal*, na análise anterior (Figura 12), foi afirmada a culpabilidade do acusado, de forma taxativa, logo na manchete, intitulada “Tarado

pedófilo é preso em Cotijuba”. Essa culpabilidade é reforçada ao longo de todo o texto jornalístico, a partir do relato de uma testemunha. Um exemplo do reforço de culpa do acusado, observamos também no subtítulo, que vem logo abaixo da manchete e que diz: “Criminoso foi denunciado por mulher que passava pelo local do crime”. Ou seja, o enunciado constrói o sentido de culpa do acusado, definindo-o como “tarado”, “pedófilo” e “criminoso”.

Figura 13:



Diário do Pará, 16, nov. 2009, Polícia, p.5.

Foto: Avelina Oliveira de Castro.

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

No texto jornalístico, observamos que não há as vozes de advogados ou mesmo a do próprio acusado. Não há também qualquer referência a argumentos de defesa. As únicas vozes do enunciado são: uma testemunha, um escrivão policial e a mãe do adolescente de 14 anos. Esta última disse não querer falar sobre o assunto, limitando-se a informar que iria procurar atendimento psicológico para o filho. Além do texto criminalizar o suspeito de ser o “autor”, a imagem dele é exibida com destaque, em posição frontal, sem nenhum tipo de obstáculo visual.

Além disso, destacamos que tanto o enunciado anterior (Figura 12) de *O Liberal* quanto esse do *Diário do Pará*, intitulado “Tarado pedófilo é preso em Cotijuba”, foram publicados no período em que estava em plena vigência a CPI da Pedofilia da ALEPA, só que por se tratarem de “infames”, as reportagens foram publicadas nas editorias de “Polícia”. Na ocasião, como já destacamos, os parlamentares que integraram a Comissão investigaram diversos casos de violência sexual cometidos contra crianças e adolescentes em todo o Estado.

No entanto, em nossa análise, constatamos que na maioria dos enunciados publicados pela imprensa paraense, à época, os acusados eram “célebres”. O “caso Sefer”, por exemplo, ganhou repercussão nacional e acabou dominando o noticiário dessa cobertura. Além disso, destacamos que os casos investigados pela Comissão foram publicados – com raras exceções – nos cadernos destinados à cobertura política dos dois jornais: em *O Liberal*, foram publicados no caderno “Poder” e no *Diário do Pará*, em “Política”.

Figura 14:

Diário do Pará
QUINTA-FEIRA, Belém-PA, 28/05/2009

TRANSFERÊNCIA DO RIO

Sefer chega hoje à noite em Belém e segue para o PEM 3

Ex-deputado foi preso no Rio, na última terça, sob a acusação de abusar sexualmente de uma criança

IRUMA CAMPOS

O ex-deputado Luiz Sefer, preso na última terça-feira no Rio de Janeiro sob acusação de abusar sexualmente de uma criança, deve chegar na final da noite de hoje em Belém. De acordo com a assessoria de comunicação da Polícia Civil, o processo de transferência do acusado começou na tarde de ontem e contou com policiais civis que se deslocaram para o Rio. Policiais da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core), da Polícia Civil do Rio, também participaram da ação. Segundo a assessoria da polícia, o ex-deputado será levado para o Presídio Estadual Metropolitan (PEM 3) em Marituba. Apesar disso, a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado (Superpe) não confirmou em qual penitenciária Sefer ficará. Informa apenas que recebeu um novo pedido de vaga dentro do sistema penitenciário paraense.

BANGU

Após ser preso em seu apartamento no Rio de Janeiro, Sefer foi levado no mesmo dia para a delegacia de São João do Meriti, na Baixada Fluminense. O advogado do acusado, Osvaldo Serrão, disse que o delegado Mário Melo Ribeiro, responsável pela delegacia de São João do Meriti, queria colocar Sefer em uma cela com outros presos. “O delegado não queria aceitar o diploma de médico do meu cliente e queria colocá-lo numa cela comum, mas encontramos com um pedido de habeas corpus no Tribunal do Rio de Janeiro e no mesmo dia conseguimos transferi-lo para uma prisão especial”, contou Serrão.

Ribeiro informou que a prisão de Sefer foi feita de acordo com os encaminhamentos da lei. O delegado disse ainda que o acusado permaneceu na delegacia, por menos de 24 horas. “Ele ficou numa cela isolada sim, dentro da delegacia. Quando a ordem de transferência chegou, ele foi levado para a penitenciária de Bangu”, disse o delegado.

Ontem, Sefer foi transferido para a Penitenciária Rodrillo Werling de Oliveira, conhecida como Bangu II, no Complexo Penal de Gerência, no bairro Bangu, subúrbio do Rio. Ribeiro explicou que a penitenciária de Bangu II, para onde o ex-deputado foi levado, é conhecida como prisão “VIP” porque é para lá que vão os presos com curso superior. A penitenciária abriga detidos, advogados, bombeiros, policiais militares, a maioria supostamente envolvida em crimes de alta rentabilidade. Entre os internos estão o ex-banqueiro Salvatore Cuccolla e o médico Joaquim Ribeiro Filho, acusado de manipular a fila de espera por transplante de fígado.

Osvaldo Serrão informou que o pedido de habeas corpus deverá ser julgado ainda hoje pelo Tribunal de Justiça do Estado. Serrão explicou que sua entrada no pedido no mesmo dia da prisão, mas, ao ser levado para o Tribunal, a desembargadora Brígida Gonçalves, sorteada para analisar o caso, se declarou suspeita. Serrão disse que houve uma redistribuição e a relatora Vânia Leticia Silveira, sorteada para fazer o julgamento, alegou motivo de foro interno para não julgar o habeas corpus e determinou que o processo fosse redistribuído novamente.

CREDIBILIDADE

A secretária de Estado de Justiça e Direitos Humanos, em exercício, Leila Márcia, elogiou a agilidade da Justiça e Polícia no encaminhamento rápido da prisão de Sefer. Para a secretária, a ação de Justiça “deu credibilidade aos órgãos públicos que combatem toda e qualquer agressão aos direitos humanos e motiva a sociedade a denunciar essas violações”.

MANDADO DE PRISÃO PREVENTIVA

O Sr. ERIC AGUIAR PEREIRA, Juiz de Direito, Representando pela Vara de Crimes Contra Crianças e Adolescentes, em nome do Juiz de Direito, antecipa-se, aqui, a quem não for contrário, para que se mandado, que em cumprimento precisa e urgente se mandado preso em estabelecimento prisional através do Documento (DEP) 32002.

DETERMINAÇÃO - Fúlio de São Marcos de Francisco Sefer e Filipe Torres, residentes na Tereza Galvão, nº 1066, 10º andar, apto. 1213, Bairro Bangu, Campo, em virtude de ter sido **DECRETADA A PRISÃO PREVENTIVA** no mesmo um (documento em anexo 214 e 215 do Caderno de Processo Penal, sob o Roteiro do Processo nº 2009.0.00000-8 pelo crime tipificado no art. 213 do art. 214 e art. 214 do art. 214 do CP.

Eu, _____, Mairia Serrão, Diretor de Secretaria, em exercício, o digito e assino:

CUM P R A - S.E.

Belém, 28 de maio de 2009.

ERIC AGUIAR PEREIRA
Juiz de Direito
Responsável pela Vara de Crimes Contra Crianças e Adolescentes.
Praça Padre Patrocinio, nº 100, Fátima, Belém, Pará, CEP 66010-000.

Mandado de prisão preventiva de Sefer, assinado por Eric Aguiar Pereira

O **DIÁRIO** teve acesso ao mandado de prisão preventiva do ex-deputado Luiz Aguiar Sefer, acusado de abusar sexualmente de uma criança durante três anos, desde quando a menina tinha apenas 9 anos de idade. O juiz da Vara de Crimes Contra Crianças e Adolescentes, Eric Aguiar Pereira, assinou o mandado, com base nos artigos 316 e 318 do Código de Processo Penal, que atesta a existência do indício de crime. O artigo 318 diz que “a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria”. O artigo 316 diz que a prisão preventiva pode ser decretada em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal. Sefer foi enquadrado nos artigos 213 e 214 do Código Penal Brasileiro. O primeiro considera crime “constante mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”. A pena nesse caso,

como a vítima tinha menos de 14 anos à época, varia de quatro a dez anos de prisão. A partir do artigo 214 enquadra Sefer por “constar alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”. Para esse outro crime a pena varia de três a nove anos de prisão quando a vítima tem menos de 14 anos. Se condenado por esses dois crimes, o ex-deputado pode receber uma pena de até 19 anos de prisão.

Diário do Pará, 28, mai. 2009, Política p. A3.

Fonte: www.dol.com.br

O tratamento jornalístico dado aos “célebres”, portanto, difere na forma enunciativa daquele que é dado aos “infames” (Figura 14). Aos primeiros a imprensa paraense chama de “acusados” e aos segundos, os termos usados são “tarados”, “anormais”, “pedófilos”. Nesse sentido, mesmo *O Liberal* e *Diário do Pará* representando interesses político-partidários de oposição, observamos como ponto em comum na cobertura dos dois jornais o fato de que em todas as matérias analisadas

sobre o caso do ex-deputado Luiz Sefer (ex-DEM), o político é tratado como “acusado” e há a presença das vozes de seu advogado ou do político, expondo argumentos de defesa, ainda que através de nota enviada pelo acusado às redações.

Entretanto, o não uso dos termos “tarado”, “pedófilo” e “anormal” para o deputado, não apagou as estratégias discursivas dos periódicos rivais, que produziram efeitos de sentido antagônicos para o acusado. Enquanto em *O Liberal* os enunciados jornalísticos davam a ver que Sefer estaria sendo alvo de “perseguição política” e que era “inocente”, no *Diário do Pará*, a cobertura dos mesmos acontecimentos dava a ver o sentido de “culpabilidade”.

A matéria do *Diário do Pará* (Figura 14) noticiou a prisão do ex-deputado federal, no Rio de Janeiro, trazendo como manchete “Sefer chega hoje à noite em Belém e segue para o PEM 3”. No subtítulo, logo abaixo da manchete, é dito: “Ex-deputado foi preso no Rio, na última terça, sob a acusação de abusar sexualmente de uma criança”. Percebemos aí, claramente, o destaque para o fato de que o político está “sob acusação”. Não houve também nenhuma fotografia expondo a imagem de Sefer. A única representação imagética na matéria foi a do mandado de prisão preventiva expedido pela justiça. Porém, o enunciado ressaltou em manchete que, ao chegar em Belém, o político preso seguiria para o presídio “PEM 3”,⁴⁰ o que dá a ver que o político seria um “bandido”, nos remetendo àquele ditado popular de que “lugar de bandido é na cadeia”.

Um outro subtítulo, na parte final da reportagem, destaca: “Juiz atesta que há evidências de crime sexual”. Mais uma vez, observamos tratamento jornalístico diferenciado entre “famosos” e “infames” acusados do mesmo crime. O enunciado fala em “evidências”, e não “provas”, ou seja, não usa uma expressão taxativa, inconteste, afirmando ou mesmo usando adjetivos ou termos criminalizantes ao acusado político. Além disso, observamos que há, no texto, a voz do advogado do ex-deputado, Osvaldo Serrão, além das vozes do delegado do Rio de Janeiro e da Secretária de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará (SEJUDH), comentando o assunto.

Também observamos que nos textos jornalísticos envolvendo os “infames” há um detalhamento da ação de violência praticada contra as vítimas, que apreendemos

⁴⁰ Trata-se da unidade 3 do Presídio Estadual Metropolitano (PEM 3), que fica localizado em Santa Izabel do Pará, município que integra a Região Metropolitana de Belém (RMB). Esse presídio possui uma ala destinada a presos que possuem nível superior e que tem direito à prisão especial. Além de político, Sefer é médico (dono de unidades hospitalares no Estado) e por essa razão iria ser levado para essa unidade prisional.

funcionar como uma estratégia discursiva, não só de reforçar a culpa, mas de dar a ver nuances de “monstruosidade”. Essa estratégia discursiva de construir a imagem de “monstro”, de “terror” (Figura 15) em relação a autores de violência sexual contra crianças e adolescente utilizada, hoje, também não é nova, ela atualiza uma rede de memória da imprensa paraense, que há muito tempo adota essa forma de produção de sentidos.

Figura 15:



Diário do Pará, 27, ago. 1982, p. 3.

Foto: Avelina Oliveira de Castro.

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

A reportagem intitulada “Tarado à solta semeia o pânico” dá a ver, logo na manchete, a imagem de “horror” e de “monstruosidade” relacionada ao “autor” do crime. No primeiro parágrafo do texto, o chamado *lead*,⁴¹ há mais um reforço nessa ideia, ao ser atribuído a ele a expressão “anormal”, que é repetida também no final da matéria, ao ressaltar o desespero dos pais e mães das crianças e adolescentes do bairro, apavorados com a ação do acusado.

O enunciado jornalístico foi publicado em 1982, no primeiro ano de funcionamento do *Diário do Pará* e poucos anos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que mudaram o ordenamento jurídico em relação à questão da infância e adolescência no Brasil. Porém, observamos que ele está inscrito em uma rede de memória que tem sido atualizada com a mesma estratégia discursiva de produzir sentidos de “horror” e “monstruosidade”, usada nas páginas policiais até hoje, onde estão escritas notícias sobre violência sexual contra crianças e adolescentes que envolvem pessoas comuns.

⁴¹ Lead é o primeiro parágrafo da notícia e possui uma espécie de ‘fórmula familiar’ que se preocupa com o “quem”, o “quê”, o “quando”, o “onde”, o “porquê” e o “como”, isto é, os chamados “seis servidores” de um lead (TRAQUINA, 2005b, p. 141).

A imprensa é produtora de sentidos. Por essa razão, torna-se relevante estudar o que ela publica, os seus discursos, os sentidos que ela propõe em seus enunciados jornalísticos, já que ela faz o registro do cotidiano. Também destacamos que, na contemporaneidade, a imprensa tornou-se um “lugar da memória” (NAVARRO-BARBOSA, 2003), pois após o surgimento da imprensa houve um deslocamento da memória social, que deixou de se encontrar “na cabeça dos indivíduos” e passou a constar “nos arquivos da mídia”.

De nosso ponto de vista, a memória discursiva não está completamente alojada em parte nenhuma, definitivamente. Pelo contrário, ela é um processo que se move dos arquivos para a mente humana e da mente para os outros arquivos. É por meio dessa transferência inacabável, permanentemente mutante, que se constituem as várias memórias coletivas que circulam em uma sociedade (NAVARRO-BARBOSA, 2003, p. 116).

Dialogando com Michael Pollak (1989), a memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, historicamente.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (...). O trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos (POLLAK, 1989, p. 10).

A memória é, portanto, um elemento importante em nossa análise, pois além de estar vinculada à noção de história que destacamos no início deste capítulo também está presente em nossa análise dos enunciados jornalísticos, pois entendemos que eles estão inscritos em um sistema de dispersão, mas compondo uma rede de memória discursiva sobre violência sexual contra crianças e adolescentes na imprensa da Amazônia. Além disso, memória é um conceito caro ao campo de estudos da Análise do Discurso de linha francesa (AD), metodologia que adotamos em nossos estudos. Sobre a AD, Jean-Jacques Courtine (2006) destaca:

O aparecimento da AD como "acontecimento científico" deve ser analisado a partir do que chamarei, seguindo M. Foucault, *um domínio de memória*, isto é, um conjunto de práticas discursivas, produzidas em lugares heterogêneos da prática social e que circulam entre esses lugares, práticas que fornecem à AD os elementos pré-construídos que dão forma e consistência a seu projeto (COURTINE, 2006, p. 15).

A memória discursiva, segundo J. J. Courtine (2006), é trabalhada de diversas formas pela AD, seja nos interdiscursos ou nos enunciados políticos, em repetições, citações e recitações, ou mesmo para o esquecimento. Na atualidade, cada vez mais o campo acadêmico tem trabalhado a aproximação da AD dos estudos de mídia (GREGOLIN, 2007), pois, "cada vez mais, a mídia tem se tornado objeto privilegiado das investigações dos analistas de discurso".

A Análise do Discurso, campo de pesquisa solidamente instalado no Brasil, interessa-se cada vez mais em tomar a mídia como objeto de investigação. A articulação entre os estudos da mídia e os de análise do discurso enriquece dois campos que são absolutamente complementares, pois ambos têm como objeto as produções sociais de sentidos (GREGOLIN, 2007, p. 2).

Para dar conta da aproximação entre esses dois campos, tomamos como nosso referencial teórico principal o filósofo francês Michel Foucault, que analisa em profundidade os discursos, não só naquilo que está na superfície, mas também o que está fora do discurso, na dispersão, mas que o atravessa e contribui para a sua produção. Além disso, os estudos foucaultianos foram fundamentais para nosso entendimento dessa complexa temática que problematiza discurso, sexualidade e poder.

Destacamos, então, que trabalhamos com uma concepção ampla de discurso, na qual estão incluídos não só os textos jornalísticos como também as imagens (fotografias), já que todas essas materialidades são produtoras de sentidos. Foucault (2005) propõe analisar as práticas discursivas, pois, segundo ele, é o dizer que fabrica as noções, os conceitos, os temas de um momento histórico. A análise dessas práticas mostra que a relação entre o dizer e a produção de uma "verdade" é um fato histórico. Nesse sentido, a análise foucaultiana propõe uma arqueologia para encontrar os sentidos dos discursos:

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem

a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio (FOUCAULT, 2005, p. 157).

Para Foucault (2005), o discurso é considerado como uma prática que provém da formação dos saberes e ela se articula com as outras práticas não discursivas, pois a produção discursiva, segundo ele, funciona como um jogo estratégico, um espaço em que saber e poder se articulam, uma vez que quem fala (o sujeito), fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. E esse discurso, que se apresenta como verdadeiro, veicula saber (institucional) e é gerador de poder, além de ser controlado, selecionado, organizado e redistribuído por procedimentos que têm o objetivo de eliminar toda e qualquer possibilidade de ameaça à hegemonia desse poder.

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (...) é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo (FOUCAULT, 2005, p.132).

Nesse sentido, as posições do sujeito, os lugares de fala, são construídas fora do discurso, segundo determinações culturais, sociais e históricas. As instâncias de enunciação e de interpretação, onde o discurso se constitui, também são compreendidas como lugares. A mídia é um desses espaços constitutivos de discurso e produtor de sentidos, pois ela “é para as massas a forma mais moderna, quando não a única, de viver a história no calor do seu acontecimento” (NAVARRO-BARBOSA, 2003, p. 116).

Em seus postulados, Foucault (2005) enfatiza que em um determinado contexto, uma determinada conjuntura, uma determinada relação de poder, determina o que pode e deve ser dito, assim como também determina os interditos, ou seja, aquilo que não deve ser dito em determinado momento. Nesse sentido, é importante explicitar também o conceito de enunciado que estamos adotando em nossa análise.

Um enunciado pode ser o mesmo, manuscrito em uma folha de papel ou publicado em um livro; pode ser o mesmo pronunciado oralmente,

impresso em um cartaz, reproduzido por um gravador; em compensação, quando um romancista pronuncia uma frase qualquer na vida cotidiana, visto que a coloca tal qual no manuscrito que redige, atribuindo-a a um personagem, ou mesmo deixando-a ser pronunciada pela voz anônima que representa a do autor, não se pode dizer que se trate, nos dois casos, do mesmo enunciado. O regime de materialidade a que obedecem, necessariamente, os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal; define antes possibilidades de reinscrição e de transcrição (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e perecíveis (FOUCAULT, 2005, p. 116).

O autor assinala o fato de que “um enunciado é sempre um acontecimento, que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2005, p. 31), pois ele está ligado, de um lado, a um gesto de escrita e suas articulações e, de outro, a um campo de memória de qualquer forma de registro.

2.3 – ERA UMA VEZ... UM LOBO MAU

Retomando os enunciados jornalísticos apresentados (Figuras 12, 13 e 15), envolvendo “infames”, perguntamos: o que eles têm em comum? Observamos que trazem narrativas muito similares, com vários pontos em comum, que se interligam em uma rede de memória que revela a prática discursiva da imprensa paraense na cobertura de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, conforme observamos nos trechos destacados a seguir:

O braçal Valdemir Lopes dos Reis, de 36 anos, foi conduzido à Seccional de Icoaraci (...) acusado de desde o ano passado seguir adolescentes, apalpando-as. Pela manhã, moradores o detiveram a partir da denúncia de duas estudantes, ambas de 15 anos (...). Ainda de acordo com esse relato, o homem as perseguiria nas imediações do colégio onde elas estudam (O LIBERAL, 31 mar. 2009, Polícia, p.5).

No mesmo ano, apenas sete meses antes, o jornal *O Liberal* também publicou uma reportagem com narrativa similar, no caderno de Polícia:

Um adolescente de 14 anos que iria visitar um tio na “Praia do Vai-quem-quer”, na Ilha de Cotijuba, foi interpelado por Carlos Sérgio Dias Santana, casado, de 51 anos, e obrigado a manter relações sexuais com ele no meio do mato (DIÁRIO DO PARÁ, 16 nov. 2009, Polícia, p.5).

Fazendo um retorno no tempo, um acontecimento em 1982 - primeiro ano de funcionamento do *Diário do Pará* – foi publicado, antecedendo os demais enunciados jornalísticos nessa rede de memória discursiva do jornal:

A menor O. S. V, de 10 anos de idade, havia saído de sua casa, no conjunto Providência e dirigia-se a sua escola, quando, na mesma área, ao alcançar a avenida Júlio César, foi abordada por um elemento alto e moreno, que a agarrou e a levou para um terreno baldio da área (DIÁRIO DO PARÁ, 27 ago. 1982).

Antes de analisarmos os três enunciados, ressaltamos que em nossa análise fazemos uso do conceito de rede de memória trabalhado por Gregolin (2003). A autora destaca que vários atravessamentos permeiam a produção dos enunciados, e que estes são atualizados partir de outros discursos dispersos no tempo em uma espécie de rede, possibilitando o retorno de temas do passado e inscrevendo-os na história do presente:

As redes de memória, sob diferentes regimes de materialidade, possibilitam o retorno de temas e figuras do passado, os colocam insistentemente na atualidade, provocando sua emergência na memória do presente. Por estarem inseridos em diálogos interdiscursivos, os enunciados não são transparentemente legíveis, são atravessados por falas que vem de seu exterior – a sua emergência no discurso vem clivada de pegadas de outros discursos (GREGOLIN, 2003, p. 54).

É com base nesse conceito importante da AD que, ao ler os trechos destacados, insistimos na pergunta: o que os três enunciados jornalísticos têm em comum? Apreendemos que há neles uma regularidade discursiva: histórias de homens que abordam crianças e adolescentes que estão nas ruas, a caminho de algum destino - em geral a escola - e se aproveitam para violentá-los.

Essa narrativa não nos é estranha, pois ela atualiza uma rede de memória, na qual está inscrita o conto de fadas “Chapeuzinho Vermelho” (Figura 16), que narra a história de uma menina que usa um chapéu vermelho – que ganhara da avó – e que sai de casa para levar doces para essa amada vovozinha. Mas, no caminho, ao andar pelo bosque, é abordada pelo Lobo Mau, que descobre o endereço para onde ela está indo e se adianta para chegar antes ao local, onde depois de devorar a pobre velhinha, se veste com as roupas da avó da menina e a espera na cama (Figura 16). Nessa versão, a história termina com o Lobo Mau comendo a Chapeuzinho Vermelho.

Figura 16:



Chapeuzinho Vermelho e o lobo na cama (Ilustração de Gustave Doré).

Revista Estudos Avançados, vol 24, ed. 69, p. 267.

Como no conto de fadas, observamos que em dois dos três enunciados (Figuras 12 e 15), as vítimas também são abordadas por uma espécie de “lobo mau contemporâneo” durante o trajeto, que não se passa em um bosque, mas em ruas de Belém, em períodos e endereços diferentes. Na sequência, as narrativas jornalísticas mostram que as crianças e adolescentes são levados, respectivamente, para o mato e para um terreno baldio (como são chamadas áreas abandonadas e com matagal, comuns em bairros da periferia de Belém), onde são violentadas sexualmente. O adolescente do primeiro enunciado em destaque não está indo para a casa da “vovozinha”, mas para a de um tio. As duas adolescentes do segundo enunciado - assim como a menina do terceiro - estão a caminho da escola onde estudam, quando são atacadas.

A pesquisadora Adélia Bezerra de Meneses (2010, p. 268)⁴² destaca que os contos de fada, transmitidos de pais a filhos, de forma oral, “foram se constituindo num patrimônio precioso de cultura, veiculando experiência humana”. De acordo com a autora (2010), “Chapeuzinho Vermelho”, conto de Perrault, possibilita a oferta de vários sentidos em sua narrativa, além de ter sofrido alteração em relação ao final da história. Seu autor original, Perrault, viveu de 1628 a 1703 e a publicação da sua coletânea de contos é de 1697. Porém, segundo a autora, em 1812, Grimm publicou

⁴² Adélia Bezerra Meneses é doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada pela USP. Foi docente de Literatura Brasileira no Leitorado de Romanística da Technische Universität de Berlin, professora de Teoria Literária e Literatura Comparada na USP e na Unicamp, onde se aposentou. Atualmente, é professora colaboradora voluntária na Unicamp e orientadora em pós-graduação da USP.

também um conto “Chapeuzinho Vermelho”, numa versão em que a avó e a menina, ao final, são salvas pelo caçador, que mata o Lobo Mau e abre a barriga dele para retirá-las de dentro. Na narrativa primeira, de Perrault, no entanto, o final da história é a menina sendo comida pelo Lobo Mau.

Ao analisar o conto “Chapeuzinho Vermelho”, Meneses (2010, p. 268)⁴³ destaca que em sua narrativa a menina e o Lobo Mau deitaram juntos na cama, pois, segundo a pesquisadora, “literalmente, diz o texto: ‘Chapeuzinho Vermelho despiu-se e se meteu na cama, onde ficou muito admirada, ao ver como a avó estava esquisita...’”. É a partir daí que se estabelece o famoso diálogo:

- Vovó, como são grandes os seus braços!
- É para melhor te abraçar, minha filha!
- Vovó, como são grandes as suas pernas!
- É para poder correr melhor, minha netinha!
- Vovó, como são grandes as suas orelhas!
- É para ouvir melhor, netinha!
- Vovó, como são grandes os seus olhos!
- É para ver melhor, netinha!
- Vovó, como são grandes os seus dentes!
- É para te comer!

Apreendemos também que o enunciado desse conto de fadas dá a ver, hoje, que a ação do Lobo Mau de “comer” a Chapeuzinho Vermelho propõe o sentido de realização de ato sexual, o que na gíria brasileira também é chamado de “comer”, sentido que consta no dicionário como um termo “chulo”⁴⁴. Na atualidade também a cantora brasileira Ivete Sangalo gravou uma música, intitulada “Lobo Mau”, em cuja letra ela diz que é um Lobo Mau e que vai comer (no sentido sexual)⁴⁵. Adélia Bezerra

⁴³ A análise da pesquisadora sobre o conto de fadas “Chapeuzinho Vermelho” está no artigo intitulado “Vermelho, verde e amarelo: *tudo era uma vez*”, publicado na revista Estudos Avançados, vol. 24, ed. 69. O artigo também pode ser lido em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000200017&script=sci_arttext. Acesso em: 10, dez. 2013.

⁴⁴ O dicionário Aurélio (1986) em uma das definições do verbete “comer” diz: “11. *Chulo*. Possuir sexualmente; copular com; papar, traçar, faturar: “abriu as coxas e deixou que ele a comesse como há muito lhe pedia e suplicava.” (Jorge Amado. *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, p. 129). T. i.” (AURÉLIO 1986, p. 436).

⁴⁵ A música fez sucesso no carnaval de 2010 e em apresentação feita no Festival de Verão de Salvador daquele ano, Ivete Sangalo abraça, sensualmente, um dos dançarinos, simulando uma relação sexual. A

de Meneses (2010), em suas análises, acolhe o sentido de “comer” no conto de fadas como a realização de um ato sexual:

O caráter propriamente corporal desse lobo é convocado, cada membro e sua função: grandes braços para abraçar, grandes pernas para correr, grandes orelhas para ouvir, grandes olhos para ver e... grandes dentes para comer. (Para te comer, diz o texto.). E nesse "comer", há que se acolher o significado propriamente sexual com que, nas várias línguas, esse verbo se reveste. Pois, efetivamente, o lobo se atirou sobre *Chapeuzinho Vermelho* e a comeu. E assim termina o conto de Perrault (MENESES, 2010, p.268).

Ampliando ainda mais a análise de Meneses (2010), que reconhece o sentido de ato sexual representado pelo ato do Lobo Mau de “comer” a Chapeuzinho Vermelho, o enunciado nos dá a ver também que essa relação sexual enquadra-se, na verdade, em um caso de abuso sexual, já que o lobo praticara sexo com a menina à força e usando como subterfúgio o disfarce de avó da personagem infantil. Além disso, tratar-se-ia de sexo com uma criança, relação na qual o Código Penal Brasileiro (CPB) reconhece que a violência é presumida.⁴⁶ Sabemos que essa possibilidade de sentido pode causar espanto (MENESES, 2010) em um primeiro momento, já que desconstrói o sentido de “pureza” de um clássico dos contos de fada.

Às vezes surpreendemo-nos um tanto chocados com o grau de crueldade embutido em algumas histórias de fada, e queremos "poupar" os nossos filhos de um confronto com esse sofrimento, com a maldade de algumas personagens que habitam o mundo do maravilhoso. Mas isso seria impedir que a criança se defronte com situações simbólicas - repito: *simbólicas* - que ela no mundo real vivencia (MENESES, 2010, p. 265, grifos da autora).

Importante também destacar que esse singelo conto infantil cria nas crianças o medo do Lobo Mau, aquele personagem descrito como sendo de mau caráter e que pode atacar as crianças nos bosques, sendo que hoje, esse medo se transfere para as ruas das cidades. Tal medo cresce com as crianças, em especial as meninas – representadas no

apresentação pode ser conferida em: <http://www.youtube.com/watch?v=-mnBg7wIzDA>. Acesso em: 13, jan. 2014.

⁴⁶ O Código Penal Brasileiro, aprovado em 1940, não trata especificamente do “abuso” sexual doméstico, nem mesmo no Título “Dos crimes contra a família”. No entanto, os casos de “abuso” (intrafamiliares ou não) podem ser incluídos no Título VI “Dos Crimes Contra os Costumes”, onde está incluído, entre outros crimes, a relação sexual mantida com menor de 14 anos, onde a violência é presumida. A lei considera que, mesmo havendo o “consentimento” da criança ou do adolescente com idade até essa faixa etária, a eles não pode ser imputada culpa como insididores, já que são considerados ingênuos, o que reduz, nesse caso, a possibilidade de defesa do agente (adulto) (MÉLLO, 2006, p. 192-193).

conto por Chapeuzinho Vermelho – que temem esbarrar com o Lobo Mau e crescem alimentando o sonho de encontrar o “Príncipe Encantado”, alguém de bom caráter e que as proteja de males, como a ação do Lobo Mau.

Figura 17:



Capa de livro, editora Brasileira
 Fonte: www.google.com.br

Na capa do livro do conto de fadas da editora Brasileira, coleção “Clássicos de Ouro”⁴⁷ (Figura 17), observamos, ainda, que a ilustração da capa faz referência ao exato momento em que o Lobo Mau aborda a Chapeuzinho Vermelho, no bosque. Como já referimos, anteriormente, essa abordagem assemelha-se à praticada em muitos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes que estão expostos, aqui, nas Figuras 12, 13 e 15 e que também testemunhamos em muitos relatos de acusados, ouvidos durante diversas reportagens que fizemos sobre esses crimes ao longo de mais de 20 anos de exercício profissional de jornalista, dos quais 15 deles como repórter na grande imprensa paraense.

Observamos que essa ilustração expressa um olhar de susto e medo da Chapeuzinho Vermelho ao se deparar e ser abordada pelo Lobo Mau, enquanto caminha

⁴⁷ A imagem da capa do livro foi extraída do site onde a obra está à venda: <http://www3.vitrola.com.br/produto/28561/LIVRO++ED+BRASILEITURA++COLECAO+CLASSICO+S+DE+OURO++CHAPEUZINHO+VERMELHO++ISBN+9788573980207.html>. Acesso em: 15 dez. 2013.

sozinha pelo bosque. Já o olhar do Lobo Mau é de gula e desejo, lambendo-se, enquanto encara a menina. Nota-se também que a representação imagética do Lobo Mau está “humanizada” na capa do livro, uma vez que ele está vestindo roupas, hábito que é humano. Por sinal, a vestimenta é elegante, pois o animal está usando uma gravata borboleta.

Além disso, o Lobo Mau está de pé, como se fosse um homem forte e peludo, não está sob quatro patas, como ficam os animais lobos. Destacamos também o olhar de intimidação do Lobo Mau em relação à Chapeuzinho, o que é bastante comum em casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, pois, como observamos em nossa pesquisa, em vários enunciados jornalísticos sobre esse tipo de crime, as vítimas revelaram não denunciar o crime nem mesmo para as mães, por se sentirem intimidadas ou mesmo ameaçadas pelos acusados.

Não podemos deixar de destacar também que o acusado “simbólico” no conto de fadas não é um cachorro ou um gatinho, de característica dócil, mas um lobo, animal caçador e considerado feroz no reino animal, características reforçadas por sua imponência física, o que causa medo aos humanos.

2.4 – SEDUÇÃO E CRIME NAS PÁGINAS DOS JORNAIS

Márcia Benetti, no livro "Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos" destaca que, embora tenham estatutos distintos, os conceitos de *acontecimento jornalístico* e de *acontecimento discursivo* podem ser aproximados, quando o jornalismo é abordado como um discurso, como um gênero discursivo particular (2010, p. 143). De acordo com Benetti, alguns teóricos destacam que é um conjunto de regras que define um fato como acontecimento jornalístico, o que se aproxima bastante da definição de Foucault de sistema de formação como um gerador de prática discursiva:

Por sistema de formação é preciso, pois, compreender um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou tal objeto, para que empregue tal ou tal conceito, para que organize tal ou tal estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (FOUCAULT, 1996, p. 82).

A materialização do discurso jornalístico é, portanto, a construção de sentidos, considerando que o texto (e imagem) é o produto final de um complexo processo de reconhecimento, apuração, relato sobre fatos e edição. De acordo com Benetti (2010, p. 150), "os sentidos são inscritos pelos sujeitos em quadros interpretativos, e assim o que se diz e o que se interpreta do já dito constituem este quadro acontecimental que caracteriza a prática discursiva, no qual os sentidos deslizam em um movimento de *efeito de sentidos*" (grifo da autora).

Segundo a autora (2010), quando o discurso irrompe é porque estavam dadas as possibilidades de sua aparição, segundo uma certa combinação de regras. As regras que permitem o surgimento desse discurso em um dado momento histórico é o que Foucault (2005) chama de "arquivo", ou seja, o conjunto dos discursos pronunciados numa dada época, os quais continuam a existir através da história. Dito de outra forma, isso quer dizer que não é qualquer coisa que pode ser dita em qualquer momento da história. É preciso que estejam dadas as condições para sua existência e sua circulação, já que existem modos de exclusão do discurso, como o interdito.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Esses procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição do discurso, mencionados por Foucault, têm aproximação com o jornalismo, cuja produção discursiva também passa por um processo de produção, seleção, edição e distribuição da notícia. E mais do que isso: para que esse discurso seja validado, seja tido como verdade, é preciso que a voz institucional tenha legitimidade. No caso do jornalismo, a mídia é vista como a voz institucional legitimada socialmente para narrar fatos da forma mais próxima da verdade, dos fatos brutos (TRAQUINA, 2005), já que os jornalistas seriam os profissionais que dispõem de especialização para isso, o que confere a eles o papel de autoridade na missão de informar.

Em nossa análise dos sentidos produzidos nos discursos dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*, trabalhamos com a ideia de que os sentidos se configuram, se materializam em torno das formações discursivas (FDs). Ressaltamos que por FD entendemos o que Foucault (2005, p. 43) destaca como sendo a descrição de um determinado número de enunciados, com semelhante sistema de dispersão, no qual

analisamos entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, a existência de alguma regularidade, ou seja, uma ordem, correlações, posições e fundamentos ou transformações.

Durante nossa análise, nos deparamos com vários enunciados jornalísticos sobre a questão do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes que nos possibilitaram apreender que eles estavam “alinhavados” em, pelo menos, duas formações discursivas: uma que relaciona esse crime praticado contra crianças e adolescentes com a “sedução” e outro que o liga ao crime, enfatizando o aspecto de “monstruosidade”. No entanto, notamos também que esses dois grupos de sentidos, por assim dizer, se alternam, ora em textos jornalísticos distintos, ora no mesmo texto.

O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário. A conjugação de forças que compõem o texto nem sempre é aparente - diríamos mesmo que raramente é visível por si mesma, e só o método arqueológico do analista de discurso pode evidenciar esta origem (...). Assim, o primeiro passo é enxergar a existência (apenas operacional e pragmática) de duas camadas: a primeira, mais visível, é a camada discursiva; a segunda, só evidente quando aplicamos o método, é a camada ideológica (BENETTI, 2008, p. 111).

Ao explicitar o conceito de texto, Marcia Benetti (2008) também descreve como se dá a organização das FDs, que seriam as regiões de sentidos circunscritas por um limite interpretativo:

Há muitos modos de organizar e nomear as FDs, e cada pesquisador deve encontrar seu modo particular de trabalho. Normalmente, numeramos as formações discursivas (FD1, FD2, FD3 etc.) e as nomeamos indicando o sentido principal (...). Depois de identificar os principais sentidos e reuni-los em torno de formações discursivas mínimas, o pesquisador deve buscar, fora do âmbito do texto analisado, a constituição dos discursos "outros" que atravessam o discurso jornalístico (BENETTI, 2008, p. 112-113).

Como já assinalamos, a primeira formação discursiva (FD) que identificamos em nosso *corpus* foi a que remete o crime de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes à ideia de “sedução”, que iremos chamar, aqui, de FD1 (Figura 18). No enunciado analisado, intitulado “Seduziu a menor prometendo casamento”, a ação do acusado do crime é minimizada, abordando a relação como sendo um romance, que poderia levar o acusado e a vítima a contrair o matrimônio. O erro do “sedutor” teria sido tão somente o

de não cumprir com a palavra junto a adolescente, como é afirmado no subtítulo que diz: “Não cumpriu palavra, caso foi parar na polícia”.

Figura 18:



O Liberal, 06 mai. 1958, p. 8.

Foto: Avelina Oliveira de Castro.

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Um trecho da narrativa jornalística nos chama a atenção, pois revela uma realidade cultural secular na Amazônia, que é a existência das “crias de família” (MOTTA-MAUÉS, 2009, p.12-13), conceito já explicitado e analisado por nós no primeiro capítulo e que faz referência a processos de circulação e adoção de crianças e adolescentes na região, consistindo em trazê-los do interior do estado para a capital Belém para serem “criadas” e para “estudar”. Ocorre que durante essa moradia na casa de outras famílias, que não as suas de origem, as “crias” são exploradas em regime de trabalho infantil e, não raro, são violentadas sexualmente por membros da família “criadora”. O enunciado jornalístico selecionado informa logo no *lead* essa realidade:

Eunizete Pena Gomes, de 16 anos de idade, foi trazida de Salvaterra⁴⁸, onde morava (...) a fim de trabalhar em Belém pelo sr. Antonio Jorge dos Santos, a fim de trabalhar em assuntos domésticos comprometendo-se o mesmo a dar-lhe condigna educação enquanto Eunizete permanecesse em sua residência (O LIBERAL, 06 mai. 1958, p. 8).

⁴⁸ Nota-se que a cidade de Salvaterra, de onde a adolescente foi trazida para Belém, na condição de “cria” (MOTTA-MAUÉS, 2009), em 1958, localiza-se no arquipélago do Marajó. A região foi denunciada pelo bispo D. Luiz Azcona, em 2008, portanto, meio século depois, como um lugar onde são constantes as práticas de abuso sexual e a existência de redes, nacionais e internacionais, de exploração sexual de crianças e adolescentes. Conforme discorremos em nosso primeiro capítulo, essas denúncias do religioso resultaram na instalação da CPI da Pedofilia na Assembléia Legislativa do Estado do Pará (Alepa).

A adolescente vítima tem o nome completo revelado pelo jornal e segundo o texto jornalístico foi vítima de “sedução” dentro da casa em que foi trazida para “trabalhar em assuntos domésticos” em troca do comprometimento do patrão de “dar-lhe condigna educação”. Observamos essa situação narrada em outra parte do texto, cujo subtítulo é “Irmão, o sedutor”. A ideia de “sedução” em relação ao crime, mais uma vez, é reafirmada:

Gabriel dos Santos Luiz, irmão de Antonio Jorge, que mora com o mesmo (Av. Gentil Bittencourt, 1.057) aproveitando-se da ausência dos seus familiares, seduziu a menor Eunizete comprometendo-se a casar em seguida. A mãe da infelicitada, vindo a esta capital em visita de sua filha menor, teve conhecimento do que se passara com a mesma uma vez que Eunizete apressou-se em contar o fato a sua genitora (O LIBERAL, 06 mai. 1958, p. 8).

Como podemos apreender do enunciado, o fato é tratado como um caso de “sedução”, como se fosse “um golpe”, uma espécie de ação do “malandro”, do “esperto”, aquele tipo estereotipado em diversas materialidades discursivas como sendo o perfil do brasileiro. O último trecho do enunciado, intitulado “Suborno”, reforça esse sentido, ao dizer que “temeroso de uma medida drástica das autoridades policiais, Antonio Jorge tentou subornar a genitora da infelicitada”. Segundo o texto, a oferta de sete mil cruzeiros não foi aceita pela mãe da adolescente, que teria afirmado que “a honra de sua filha não tem preço”. Observamos que, assim como no conto de fadas da Chapeuzinho Vermelho, já analisado neste capítulo, essa narrativa jornalística também constrói um discurso que obscurece, que promove o apagamento de sentidos que revelam uma realidade cruel.

No segundo enunciado (Figura 19) selecionado por expressar o sentido do crime como “monstruosidade” (FD 2), apreendemos que a manchete já constrói esse sentido ao afirmar, taxativamente: “Menina corajosa ajuda polícia a prender tarado”.

Nossa primeira análise sobre o enunciado recaiu sobre o termo “tarado”, usado para produzir o sentido de “anormal”, de “monstro”. Mais adiante, na seqüência da narrativa, o detalhamento da ação contra a menina de apenas 11 anos se encarrega de acentuar esses sentidos:

Era por volta de 12 horas de ontem, quando a menina, como faz diariamente, voltava da escola (...). O coletivo estava lotado e assim

que a menina passou pela roleta, a situação de desconforto iniciou. No momento do aperto, provocado pelo excesso de passageiros, o tarado se aproveitou da situação e colocou a mão por baixo da saia da menina. A menina sentiu, percebeu o assédio e se afastou do tarado, que não satisfeito com a atitude da criança foi atrás dela e voltou a fazer a mesma coisa. “Ele insistiu em ficar atrás de mim, primeiro eu senti o dedo dele, depois senti a mão”, contou a menina (DIÁRIO DO PARÁ, 13 nov. 2009, Polícia, p. 4).

A narrativa detalhada de toda a ação de perseguição e consumação do crime de abuso sexual dá a ver o sentido de “horror” vivido pela menina. A fala dela, destacada ao final do trecho selecionado, destacou ainda mais o sentido de “monstruosidade” do acusado.

Figura 19:



Diário do Pará, 13 nov. 2009, p. 4.

Foto: Avelina Oliveira de Castro.

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Em outros trechos do enunciado, ele é chamado de “Perneta”, apelido que também possui um efeito de sentido ruim, por se tratar de um termo usado, popularmente, para designar pessoas com deficiência física na perna, o que reforçou o sentido de “monstro”. O ato de coragem da criança em denunciar o caso e ajudar a polícia a prender o acusado também possibilita o sentido de que o “monstro” precisa ser colocado atrás das grades. Cabe-nos ressaltar também, para manter a nossa linha de análise, que no referido enunciado o acusado é um homem comum, um “infame”.

A fotografia do enunciado também mereceu destaque em nossa análise, pois ela retrata o acusado sem camisa, em posição frontal, o que por si só já o coloca representado, imagetivamente, “ao natural”, dando um sentido de “animal”. E com um

detalhe a mais: a fotografia é posada, o que pode ser observado no fato de um policial estar ao lado do preso, apontando o dedo para o rosto dele. Observamos que o policial está com um chapéu com o escudo da Polícia Civil, ou seja, está investido da posição institucional de autoridade policial; com o dedo em riste, mostrando a face do “monstro” preso.

No entanto, observamos em um terceiro enunciado (Figura 20), que esses dois sentidos, presentes em diversos enunciados de nosso *corpus* de análise, se misturam. Ora é atribuída ao acusado a posição de “sedutor”, ora ele é tratado como um “monstro”. A manchete do enunciado “Foi ao interior para seduzir menores” está inscrita na formação discursiva (FD1) que reúne os enunciados que produzem sentidos relacionados à noção de “sedução”. O subtítulo em destaque, logo abaixo, também é produzido nesse mesmo sentido, ao afirmar “Três vítimas de um D. Juan – a polícia no seu encalço”, muito embora destaque o aspecto criminal da ação do “sedutor”.

Figura 20:



O liberal, 22 mai. 1958, p. 6.

Foto: Avelina Oliveira de Castro.

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Ao comparar o acusado a “Don Juan”, o texto jornalístico também dá ênfase à característica de “sedução”. O crime praticado por mais um “infame” ganhou luz em *O Liberal*. Além disso, o enunciado atualiza uma rede de memória ligada à história de um

personagem lendário já encenado em teatro e cinema em todo o mundo, famoso pela imagem de “sedutor”, só que, este sim, no sentido de “conquistador” de mulheres (adultas).

As hipóteses para a origem da história de Don Juan são cercadas de incertezas, porém, uma delas é de que sua autoria seria de Tirso de Molina, que escreveu a peça “El burlador de Sevilla”, que enfatiza o poder de sedução do lendário personagem (RISSI, 2010, p. 27-29),⁴⁹ caracterizado como herói, sedutor, libertino e colecionador de aventuras. Segundo a autora (2010), a obsessão de Don Juan (Figura 21) é, no entanto, pela conquista, pela aventura, e não pelas mulheres em si, tanto que “se satisfaz com qualquer uma, independente de idade, posição social, aspecto físico”, pois enxerga nas mulheres apenas “um meio para o ato sexual”. Para isso, esconde-se em uma máscara, apresentando-se sempre às escuras, dizendo-se comprometido, evitando até mesmo apresentar-se com seu verdadeiro nome (RISSI, 2010, p. 27-29).

Figura 21:



Cena do filme “Don Juan de Marco”, 1994.

Fonte: <http://www.cinepipocacult.com.br/>

Além desse efeito de sentido de “sedução”, relacionando o acusado a Don Juan, podemos também apreender do enunciado jornalístico o sentido de “monstruosidade”. Ambos revezam-se ao longo da narrativa. Ora um aparece com mais ênfase, ora o outro. No *lead*, temos o seguinte texto:

⁴⁹ As informações sobre a origem e a história de Don Juan constam na análise da dissertação de Márcia Maria Silva Rissi, intitulada “Don Juan: um estudo do mito e a sua configuração em Don Juan (narrado por ele mesmo), de Peter Handke”, defendida em 2010, no Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado, área de concentração em Leitura e Cognição, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Passando-se por veranista e dizendo viver de aluguéis de seus imóveis, um anormal passou vários dias na cidade de Curuçá, onde deflorou três menores, inclusive uma de apenas 12 anos (O LIBERAL, 22 mai. 1958, p. 6).

O primeiro parágrafo da notícia, o que apresenta o fato e que reúne as principais informações, já traz em seu texto o termo “anormal” para se referir ao acusado, antes chamado nos dois títulos que o antecederam de “sedutor” e “D. Juan”. No terceiro parágrafo, o subtítulo “Monstro” já anuncia a narrativa que irá reforçar, ainda mais, essa característica do acusado.

Segundo o comunicado, Oscar Neves, que se passava na cidade de Curuçá (...), aproveitou-se disso para travar contacto com diversas famílias. No contacto travado, o monstro Osmar Neves deflorou três menores, de 16, 14 e 12 anos, sendo que a de 12 anos de idade encontra-se bastante enferma diante da ação odienta praticada pelo “tarado” (O LIBERAL, 22 mai. 1958, p.6).

Mais uma vez, a estratégia discursiva de detalhar a cena é usada para produzir o sentido de “horror”, de “monstruosidade” em relação ao “infame”. Destacamos que outros adjetivos, além do usado no subtítulo, consolidaram essa estratégia, como “tarado” e “odienta”, a última usada para se referir a ação ao acusado.

Diante das estratégias discursivas adotadas nas manchetes e subtítulos dos três enunciados, é possível perceber que os títulos compõem a estratégia discursiva que também constrói a identidade de um jornal (MOUILLAUD, 1997, p 26), pois esta é resultante de três tipos de enunciados: o primeiro deles é o nome do jornal, que funciona como um operador simbólico, uma espécie de "olho aberto sobre o mundo", que é intercambiável com o olho do leitor ao qual dá o poder de ver; o segundo seria o título e os títulos, que desempenham o papel de intermediário entre o interior e o exterior do jornal; e, por último, o fato do jornal ter se tornado um substituto do espaço público, "um fórum onde se escuta o eco de todas as vozes públicas, ao mesmo tempo em que tem sua própria voz".

Além disso, destacamos que Foucault (1996) atenta para o fato de que dentro dessa dinâmica complexa de prática discursiva está a vontade de verdade, que está relacionada à vontade de saber, já que, para o filósofo, "saber é poder". Porém, também precisamos destacar que essas vontades de verdade não são estáticas, estão em constante movimento, transformando-se no decorrer da história.

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (FOUCAULT, 1996, p. 17).

Nesse sentido, o jornalismo funciona como essa espécie de suporte institucional, com saber especializado que gera um poder na sociedade. Segundo Benetti (2010), o campo jornalístico, por meio de estratégias comunicativas, como o destaque de algumas vozes e a omissão de outras, acaba por estabelecer um certo consenso social em um determinado momento histórico.

O que o jornalismo não diz, as angulações que ele descarta, as vozes que ele ignora - ou a forma como ele marginaliza o que parece perigoso e acomoda o diferente na ordem de um regime discursivo - terminam por estabelecer, indiretamente, um suposto consenso social. Como seu poder está no âmbito dos efeitos, o suposto consenso é geralmente tomado como efetivo consenso. O jornalismo é, assim, um acontecimento quando posso tomá-lo como registro dos valores hegemônicos de uma sociedade em uma época (BENETTI, 2010, p. 161-162).

Com essa reflexão, Benetti destaca que ao fazer a reprodução sistemática de temas, enfoques e sentidos, o jornalismo ocupa, epistemologicamente, o lugar de acontecimento. Além disso, a autora destaca que o jornalismo possui grande poder institucional, desempenhando posições de autoridade, legitimidade e credibilidade, atribuindo ao discurso jornalístico um status de "verdade".

O jornalismo é acontecimento, por si, quando ocupa este lugar único na organização e compreensão da vida cotidiana, quando escreve parte da história e quando adquire o estatuto de uma disciplina tomada como objeto de pesquisa científica (BENETTI, 2010, p. 163).

Além disso, a autora (2008) ressalta que o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade, em um processo complexo, de muitos atravessamentos. O jornalismo não faz uma transcrição da realidade e, sim, uma representação dela, a partir de condições de produção (BENETTI, 2008, p. 110). A compreensão dessas condições (de produção)

não deve ser vista como algo acessório, pois é pressuposto para qualquer estudo de jornalismo, uma vez que, de acordo com a autora, uma pesquisa sobre o texto jornalístico não precisa, necessariamente, “contemplar o detalhamento de todas as condições - ainda assim, é fundamental que o analista mantenha como horizonte da pesquisa, consciência da complexidade de seu objeto” (BENETTI, 2008, p. 111).

2.5 – REGULARIDADES E DISPERSÕES NAS PÁGINAS DOS JORNAIS PARAENSES

Nas materialidades jornalísticas que selecionamos para compor o nosso *corpus* de análise e que, em parte, estão apresentados aqui, percebemos regularidades enunciativas no uso dos termos “tarado” e “menor”, atribuídos aos “infames” – acusados e vítimas – que aparecem, na maioria das vezes, nas editoriais policiais. Por regularidades entendemos o que Foucault determina como uma “curva que une pontos singulares (regra)” (DELEUZE, 2005, p. 85). Ou seja, “as relações de força determinam pontos singulares, de tal modo que um diagrama sempre é uma emissão de singularidades”.

Foucault está perto do “distribucionismo” e, segundo a existência da Arqueologia, parte sempre de um *corpus* determinado e não-infinito, por mais diverso que seja, de palavras e textos, de frases e proposições, emitidos numa época e cujas “regularidades” enunciativas ele procura destacar (DELEUZE, 2005, p. 65).

Nesse sentido, destacamos que nosso *corpus* não é, de fato, infinito, corresponde ao período de existência dos dois jornais, com especial destaque para as décadas iniciais da trajetória deles e, mais recentemente, aos anos de 2008 a 2010 (período de vigência da CPI da Pedofilia).

No entanto, as expressões “tarado” e “menor” – que visualizamos como regularidades nessa dispersão discursiva jornalística sobre o tema do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes - atravessam o curso do tempo (Figura 22), irrompendo nos enunciados jornalísticos desde a origem dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará* e sendo atualizados até os dias de hoje.

O enunciado jornalístico “Índio tarado escapou de linchamento” (Figura 22) é mais um dos muitos que atribui ao acusado “infame” o termo “tarado” e que mantém a característica de relatar os fatos a partir de uma fonte policial.

Figura 22:



O Liberal, 29 mai. 1958, p. 4.

Foto: Avelina Oliveira de Castro

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana

Como já foi assinalado em nossa análise, nas notícias envolvendo “infames” não foram observadas vozes de defesa dos acusados, por meio de advogados ou de argumentos dos próprios suspeitos de autoria, como está evidenciado no texto:

O delegado de polícia no município de Abaetetuba, sr. Isaiás Silva Lima, vem de telegrafar à Chefia de Polícia, pedindo informações sobre o estupro havido há dias passados naquele município, sendo vítima uma menor de três anos de idade e autor um índio da tribo “Maués”. O semelhante caso revoltou a população do município de Abaetetuba, que queria a força, retirar o índio “tarado” da Delegacia de Polícia, onde se encontra preso, a fim de fazer justiça com as próprias mãos. O delegado Isaiás avisou semelhante cena, rechaçando energicamente aqueles que tentavam linchar o índio esturpador (O LIBERAL 29 mai. 1958, p.4).

Observamos que na notícia há a presença tanto da expressão “tarado” quanto de “menor”, taxando, respectivamente, acusado e vítima. A repetição massiva dessas expressões ao longo do tempo contribui para a construção da identidade dos dois tipos de “infames”, aqui analisados (acusado e vítima), que aparecem como sujeitos nos

discursos jornalísticos. O trabalho discursivo de produção de identidades desenvolvido pela mídia cumpre, portanto, funções sociais básicas de reprodução de imagens culturais, generalização e integração social dos indivíduos (GREGOLIN, 2007, p. 50). Esses modelos de identidades produzidos pela mídia são socialmente úteis, pois estabelecem paradigmas, estereótipos, maneiras de agir e pensar que, simbolicamente, inserem o sujeito na “comunidade imaginada”.

A sofisticada técnica produz uma verdadeira saturação identitária pela circulação incessante de imagens que tem o objetivo de generalizar os modelos. A profusão dessas imagens age como um dispositivo de etiquetagem e de disciplinamento do corpo social (GREGOLIN, 2007, p 50).

A partir da afirmação de Gregolin (2007), podemos apreender que a análise da autora dirigida às imagens pode ser aplicada também para a profusão de enunciados expressos em forma de texto na imprensa. Sendo assim, é possível apreender que os saberes produzidos discursivamente pela mídia funcionam como um modo de subjetivação dos sujeitos, processo esse que foi foco de interesse de Foucault, como observa a autora:

Foucault procurou produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano na nossa cultura, segundo a análise das relações entre a produção dos saberes e o controle dos poderes. Ele se pergunta pelo *como* se processou a longa História de fazer do sujeito um objeto de conhecimento pelo estudo dos “modos de subjetivação”, das formas que “inventaram o homem”, seja como objeto de saber, seja como sujeito normalizado pelo poder, seja como sujeito de uma sexualidade (GREGOLIN, 2007, p. 46, grifo da autora).

Nesse sentido, fazendo referência ao enunciado cujo acusado é um indígena (Figura 22), destacamos que a “invenção do índio” é uma construção identitária que envolve uma complexa rede de atravessamentos de saberes e poderes (NEVES, 2009, p. 28), uma vez que “podemos entender que se trata de uma falsificação forjada pelas relações de poder do sistema colonial, que instituiu um índio genérico, antropófago, sem roupa, sem conhecimento e de mentalidade primitiva”.

No enunciado jornalístico (Figura 22), observamos que é atualizada essa imagem de “primitivo”, ou mesmo de “selvagem”, ao ser ressaltado na narrativa que o índio quase foi linchado pela população, que queria fazer “justiça com as próprias mãos” por

ter ficado revoltada com a acusação de que ele teria abusado sexualmente de uma criança de três anos. Na notícia não há nenhuma contextualização ou referência a aspectos culturais indígenas e muito menos ao sentido de sexualidade para eles.

O índio não foi inventado sozinho. Para que a imagem do selvagem fizesse sentido, muitas outras também entravam em cena. Na verdade, esta relação de dominação que aconteceu com as sociedades indígenas e com as sociedades africanas nos séculos XVI, ainda hoje continua se repetindo no Vietnã, no Iraque, na Faixa de Gaza, onde quer que existam pessoas querendo subjugar sociedades inteiras. Nestas situações sempre as invenções discursivas serão mais uma forma de violência contra os povos oprimidos (NEVES, 2009, p. 64).

Pedro Navarro (2003) também faz referência à forma de violência praticada pela mídia, essa entendida como um dos muitos dispositivos de subjugação dos indígenas. Ao analisar a cobertura da mídia impressa nacional sobre a comemoração dos 500 anos do Brasil, o autor (2003) ressalta o poder de construtor de identidades da mídia – já abordado, aqui, por Gregolin (2007) – e mostra como o discurso jornalístico remonta o arquivo de imagens do índio de forma estereotipada e a forma como a identidade dos índios foi construída discursivamente ao longo dos 500 anos em que foram oprimidos.

Além disso, ao fazer tal construção, a mídia atualiza o sentido de subjugação dos índios pelos colonizadores portugueses (NAVARRO, 2003, p. 122) e está materializando a forma como seus enunciadores interpretam a realidade, “ao mesmo tempo em que estabelece o lugar discursivo que o leitor deve ocupar para atribuir significação às imagens”.

Vemos, portanto, a partir dos enunciados que analisamos, que a imprensa paraense faz distinção na cobertura de casos de “célebres” e “infames”. Neste capítulo, analisamos mais intensamente os casos envolvendo os “infames”, mas no terceiro capítulo nosso foco de análise são os enunciados dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará* publicados durante a CPI da Pedofilia (2008-2010), com especial destaque para o caso envolvendo o “célebre” ex-deputado estadual Luiz Sefer.

CAPÍTULO 3

“A DOR DA GENTE NÃO SAI NO JORNAL”⁵⁰: discursos, imagens e práticas

Parágrafo único:
 Todas as crianças nos hão de reensinar a vida,
 a qual nelas floresce, em seu mistério.
 Uma criança é uma criança
 e todas as crianças,
 por isso quando alguma nos sorri,
 seja em qualquer berço
 seja em qualquer mesa,
 é como todas as crianças do mundo a nos dizer:
 “Eu te amo! Eu te amo!
 E tu... me amas?
João de Jesus Paes Loureiro

Neste terceiro e último capítulo, nossa proposta foi aprofundar a análise que estamos fazendo ao longo de nosso trabalho, lançando o olhar para os casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, publicados em *O Liberal* e *Diário do Pará* e que foram investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia da Assembléia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA),⁵¹ com destaque especial para o caso envolvendo o ex-parlamentar Luiz Sefer (ex-DEM), que dominou o noticiário local.

3.1 – O DISCURSO POLÍTICO E SEUS ATRAVESSAMENTOS NA IMPRENSA PARAENSE

Analisamos, aqui, as estratégias discursivas e os efeitos de sentido que foram produzidos pelos enunciados jornalísticos paraenses. O nosso objetivo foi, portanto, lançar luz sobre alguns acontecimentos que irromperam nesse período, produziram apagamentos e atualizaram posições dos periódicos, esses atravessados por redes de poderes, inclusive político-partidários, que objetivaram esses discursos. Afinal, o sentido não faz apenas uma simples reprodução da realidade (BARONAS, 2003), mas está envolto em uma ampla disputa.

⁵⁰ Enunciado retirado da música “Notícia de Jornal”, de Chico Buarque. A letra completa está em: <http://letras.mus.br/chico-buarque/292211/>. Acessado em: 10 jan. 2014.

⁵¹ A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia da Assembléia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) foi instalada em 11 de dezembro de 2008 e o relatório final foi apresentado à sociedade, por meio da imprensa local, em 25 de fevereiro de 2010.

O sentido não se constitui meramente como tradução de dados da realidade, mas principalmente “no poder do qual queremos nos apoderar”. Com efeito, “por mais que aparentemente o discurso seja bem pouca coisa”, estamos o tempo todo lutando pelo direito de produzir sentidos. O discurso serve para comunicar e para não-comunicar, pois é, a um só tempo, um objeto simbólico e político. Simbólico no sentido de que ele não é uma etiqueta que representa um determinado objeto cuja ordenação, categorização, interpretação preexiste à significação e político no sentido de que é uma luta pelo poder (BARONAS, 2003, p. 84).

Nesse sentido, Jean-Jacques Courtine (2006) destaca que o projeto de uma análise dos discursos que restitua à discursividade sua espessura histórica precisa administrar a análise das representações compostas por discursos, imagens e práticas. Ou seja, “analisar os discursos não pode mais se limitar a caracterizar um texto em diferentes níveis de funcionamento lingüístico” (COURTINE, 2006, p. 57), pois é preciso, acima de tudo, “pensar e descrever como se entrecruzam regimes de práticas e séries de enunciados e rearticular a perspectiva do lingüista e do historiador”.

A transmissão da informação política, atualmente, dominada pelas mídias, se apresenta como um fenômeno total de comunicação, representação extremamente complexa, na qual os discursos estão imbricados em práticas não-verbais, em que o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, em que a expressão pela linguagem se conjuga com a expressão do rosto, em que o texto torna-se indecifrável, fora de seu contexto, em que não pode mais se separar linguagem e imagem (COURTINE, 2006, p. 57).

Ao fazer a análise do discurso do Partido Comunista Francês endereçado aos cristãos, de 1936 a 1976, Courtine (2006) chamou a atenção para o fato de que para realizar suas operações, a análise do discurso limita o espaço discursivo, fechando um *corpus* para ser analisado. De acordo com o autor (COURTINE, 2006, p. 65), a sequência de operações que todo método de análise do discurso realiza sobre o texto “toma como objetos três noções cruciais para a compreensão do processo discursivo: o *corpus*, o enunciado e o sujeito”.

Ressaltamos, portanto, que neste terceiro capítulo, nosso *corpus* de análise terá como recorte os enunciados jornalísticos dos casos investigados pela CPI da Pedofilia da ALEPA, especialmente sobre o caso envolvendo o ex-deputado estadual Luiz Sefer (ex-DEM). Para isso, selecionamos enunciados jornalísticos dos meses de dezembro de

2008, quando foi instalada a Comissão, e março de 2009, período em que parlamentares da CPI do Senado estiveram em Belém para ouvir os depoimentos de acusados e testemunhas, o que acabou ampliando a repercussão nacional que o caso já havia tomado desde a denúncia feita contra o ex-parlamentar. Em nossa análise, estamos adotando o conceito de *corpus* discursivo de Courtine (2006):

Definiremos, portanto, um *corpus* discursivo como um conjunto de seqüências discursivas estruturadas, de acordo com um plano definido em referência a um certo estado de condições de produção de discurso (COURTINE, 2006, p. 66).

O autor destaca, ainda, que a definição das condições de produção do discurso “age em relação às seqüências discursivas que compõem o *corpus*, funcionando como um filtro que o torna o *corpus* exaustivo e homogêneo” (COURTINE, 2006, p. 66). A partir dessas observações de análise do autor (2006) sobre o discurso político, destacamos que nossa hipótese inicial, ao propor a análise dos discursos jornalísticos sobre a CPI da Pedofilia da ALEPA, era a de que o ex-deputado Luiz Sefer e demais “célebres” denunciados à Comissão tivessem o mesmo tratamento jornalístico “policialesco”, que especialistas (VIVARTA, 2003) apontam como uma prática comum na imprensa nacional ao tratar de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Acreditávamos, portanto, que tal tratamento jornalístico era sempre usado pela imprensa na cobertura de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, independentemente, de quem fossem os acusados ou das condições de produção. Mas, isso acabou não se confirmando em nossa análise, na qual observamos que o tratamento “policialesco” não é algo inerente à temática, mas é determinado por “relações de poder” (FOUCAULT, 2012), que fazem com que os enunciados de “célebres” e “infames” sejam construídos de forma diferente.

Veet Vivarta (2003, p. 112), assim como outros especialistas em direitos infanto-juvenis, ressaltam como problema o uso da polícia como principal – e até mesmo única – fonte de informação, ainda que esta nem sempre esteja explicitada no texto jornalístico. A preocupação deles é com a qualificação da cobertura de casos de violência sexual infanto-juvenil, uma vez que, “uma abordagem descuidada do jornalista geralmente resulta que a criança ou adolescente entrevistado revivencie o processo de violência pelo qual passou” (VIVARTA, 2003, p. 109-110).

Por essa razão, a orientação dos especialistas tem sido a de que há outros personagens, que não as vítimas, que podem ser colocadas em foco sem prejudicar o conteúdo e a eficácia das matérias, como agressores, exploradores e clientes, assim como os profissionais e instituições responsáveis pela prevenção a esses crimes e pela proteção aos meninos e meninas vítimas.

Nesse sentido, ao ouvir apenas à polícia e atribuir a ela o poder absoluto pelas informações na cobertura da mídia sobre o tema, o jornalista⁵² pode acabar se somando num processo de cometimento de injustiças, como alertam os especialistas:

O comportamento e a postura ética de autoridades policiais e de profissionais da mídia estiveram sob questionamento em um episódio (...). Em março de 1994 surgiu a suspeita de que crianças teriam sido vítimas de abuso em um centro de Educação Infantil de São Paulo, a Escola Base. Na justiça, o inquérito foi arquivado. Na mídia, porém, os donos da instituição, a princípio suspeitos, foram condenados. A escola foi depredada e fechou. Cinco anos depois, os três proprietários foram indenizados pelo Estado – parte da indenização deveria ser paga pelo delegado Edélcio Lemos, principal fonte do caso, que reiteradamente declarara a culpa dos donos da escola, sem que tivesse sido questionado pela imprensa sobre a veracidade do que declarava ou sobre estar atribuindo culpa aos acusados antes de seu julgamento (VIVARTA, 2003, p. 114).

O caso citado por Vivarta é emblemático na história da mídia brasileira, já tendo suscitado vários debates na sociedade e no meio acadêmico sobre o papel da imprensa, embora para os especialistas esta seja reconhecida como instrumento estratégico no combate ao problema do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (VIVARTA, 2003, p. 109). A partir desse reconhecimento em relação à importância da mídia, destacamos que ela é apontada por Foucault (2012, p. 52-53) como produtora de “verdades”, que, por sua vez, gera efeitos regulamentados de poder:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder (...) é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem, está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma

⁵² Usamos “jornalista”, no singular, mas nos referimos não apenas aos repórteres, mas a todos os jornalistas envolvidos na produção dos enunciados jornalísticos, onde estão envolvidos também editores, redatores, repórteres fotográficos, uma vez que a produção jornalística é uma ação coletiva.

imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, Exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”) (FOUCAULT, 2012, p. 52).

Podemos pensar nos meios de comunicação como um “aparelho político” produtor de verdades. Ou seja, “os enunciadores controlam, delimitam, classificam, ordenam e distribuem os acontecimentos discursivos em dispersão” (GREGOLIN, 2003, p. 97). Essa operação toda visa construir uma unidade de sentidos, a partir de uma representação da realidade mostrada ao leitor:

Como o próprio nome parece indicar, as mídias desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. Nesse sentido – como construtora de imagens simbólicas – a mídia participa ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros. Dessa percepção vem a visualização do sujeito como parte de uma coletividade (GREGOLIN, 2003, p. 97).

Em nossa análise, observamos, porém, que a hipótese inicial de uma cobertura “policialesca” não se confirmou, pois a produção de sentidos dos enunciados publicados em *O Liberal* e *Diário do Pará* deu a ver que atravessamentos político-partidários dos periódicos nortearam a construção discursiva. O caso envolvendo o ex-deputado Luiz Sefer (ex-DEM) foi o que mais teve destaque na imprensa paraense, que também deu especial destaque para a denúncia contra o irmão da, então, governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, do Partido dos Trabalhadores (PT), o servidor público João Carepa.

Observamos que a característica, apontada pelos especialistas (VIVARTA, 2003), de que a imprensa dá ênfase aos detalhes da ação de abuso sexual dos acusados não foi verificada em nosso *corpus* de análise como uma constante nos discursos jornalísticos da cobertura da CPI da Pedofilia. Esse detalhamento do ato sexual foi observado por nós como uma estratégia discursiva bastante usada pela imprensa

paraense para criar “monstros”, sobretudo entre os “infames”. Também não observamos no texto jornalístico a contextualização sobre aspectos sociais e econômicos da vida das vítimas ou mesmo alguma referência às consequências da violência sofrida por elas.

O foco dos discursos jornalísticos esteve sempre voltado para os acusados, levando sempre em consideração a posição institucional e posição política de cada um deles, que também não foram tratados como “tarados”, “anormais” ou qualquer outra etiquetagem de culpabilidade. Os termos mais usados foram, na verdade, “acusados” e “suspeitos”. Outro dado observado por nós é que aparece com ênfase o termo “pedofilia”, que nomeia a Comissão, mas que fora dela - como, por exemplo, nas editoriais policiais - verificamos que foi pouco usado. Destacamos que o termo “pedofilia” não tem o mesmo estigma marginalizante, por exemplo, das expressões “tarado” e “anormal”.

Nos casos publicados durante a CPI da Pedofilia, a voz da polícia esteve presente em pouquíssimos enunciados, já que a fonte principal da cobertura foram os parlamentares, sobretudo o relator, o ex-deputado estadual Arnaldo Jordy (PPS-PA),⁵³ que ganhou muita popularidade com o trabalho parlamentar das investigações, o que o tornou uma espécie de “símbolo” ou “marca” do trabalho de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes no Pará.

Segundo o glossário existente em “O grito dos inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes”, publicação da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), “pedofilia” é uma psicopatologia, um desvio no desenvolvimento da sexualidade, caracterizado pela opção sexual por crianças e adolescentes de forma compulsiva e obsessiva. O pedófilo é, na maioria das vezes, um indivíduo que aparenta normalidade no meio profissional e na sociedade em geral. Para atender a seus impulsos, ele pode atuar na própria família ou na sociedade (VIVARTA, 2003, p. 127).

Ressaltamos, porém, que nem todos os casos de abuso sexual são cometidos por pessoas com esse tipo de comprometimento psicológico. Sendo assim, percebemos um “equivoco” no uso do termo, que foi bastante atribuído pela imprensa paraense aos casos investigados pela CPI da Pedofilia. A própria ALEPA, por meio dos membros da CPI, optaram por essa estratégia discursiva de usar o termo “pedofilia”, que é menos

⁵³ Arnaldo Jordy ganhou ampla projeção na imprensa com a CPI da Pedofilia da Alepa. Na eleição realizada ao final de seu mandato de deputado estadual, elegeu-se deputado federal pela mesma legenda, o Partido Popular Socialista (PPS).

explícito que “abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes”. A imprensa paraense, ao usá-lo em seus enunciados, também fez essa opção mais “suavizante” para a cobertura dos casos que, segundo nosso *corpus*, em sua maioria, envolveram “célebres”. Além disso, trataram de forma generalizante, como se todos acusados tivessem tal problema psicológico.

Notamos, ainda, que o uso da expressão “pedofilia” pela imprensa funciona como uma estratégia discursiva para a “suavização” do crime praticado, ao contrário do efeito de sentido causado quando é empregado “tarado” ou “anormal”, que, como já analisado, são adjetivos atribuídos, com mais constância, aos “infames” dos enunciados jornalísticos. Além disso, ressaltamos que o uso do termo “pedofilia” pela imprensa paraense foi determinado pelos atravessamentos de diversas relações de poder, inclusive político-partidário.

3.2 – OS APAGAMENTOS E DESLOCAMENTOS DISCURSIVOS NA COBERTURA DA CPI DA PEDOFILIA

Os enunciados jornalísticos publicados durante o período de vigência da CPI da Pedofilia da ALEPA em *O Liberal* e *Diário do Pará* dão a ver que as relações de poder político-partidárias nortearam o uso de estratégias discursivas que produziram efeitos de memória de esquecimentos e apagamentos em relação a alguns acontecimentos. Ao falar sobre efeitos de memória, Helena Brandão (1995, p. 80) explica que a existência de uma formação discursiva - como “memória discursiva” em discursos produzidos em uma determinada conjuntura histórica -, pode se inscrever em duas ordens de memória:

- na ordem de uma *memória plena* que funcionaria como possibilidade de preenchimento de uma superfície discursiva, com elementos retomados do passado e reatualizados, criando um efeito de consciência no interior de uma rede de formulações; a estratégia usada aqui seria a da *repetição*;
- ou na ordem de uma *memória lacunar* que funcionaria como produtor de deslocamentos, vazios, esquecimentos que podem provocar um efeito de inconsistência na cadeia do reformulável. Este efeito pode, entretanto, ser ideologicamente neutralizado pelo locutor que, através de manobras discursivas niveladoras, homogeneizadoras, monofonizantes, procura anular qualquer desnível ou heterogeneidade do discurso. A estratégia seria a do *apagamento* (BRANDÃO, 1995, p. 81).

Em nossa análise, observamos a ordem de uma memória lacunar, com o uso da estratégia do apagamento, a partir de deslocamentos, vazios e esquecimentos na cobertura do que chamaremos de “caso Sefer”, no qual o ex-deputado do Partido Democrata, Luiz Sefer, foi acusado de ter abusado de uma criança dos 9 aos 13 anos, que ele trouxera do município de Mocajuba para “criar”.

Ao analisarmos as reportagens jornalísticas publicadas nos dois jornais sobre o caso, em dezembro de 2008, observamos que *O Liberal* produziu apagamentos e vazios na cobertura do caso, já que Luiz Sefer (ex-DEM) era um aliado político do periódico de propriedade da família Maiorana que – como já analisamos aqui, no primeiro capítulo – é ligado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

A primeira reportagem com a denúncia sobre a suspeita de envolvimento do ex-parlamentar do DEM em um caso de abuso sexual foi feita pelo *Diário do Pará*, no dia 13 de dezembro de 2008 (Figura 23). A não publicação do acontecimento jornalístico por *O Liberal* suscita uma pergunta: teria *O Liberal* pego um “furo”⁵⁴ do seu concorrente?

Figura 23:



Diário do Pará, 13, dez. 2008, p. A3.

Foto: Avelina Oliveira de Castro

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

⁵⁴ “Furo” é uma expressão do jargão jornalístico usada para definir a ação de publicar/exibir uma notícia em primeira mão, deixando os veículos concorrentes sem a publicação da informação.

A resposta é que, provavelmente, não. Tanto *O Liberal* quanto o *Diário do Pará* possuem a prática jornalística de manter equipes de reportagem setorizadas na cobertura diária das duas casas parlamentares existentes na capital paraense: Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) e Câmara Municipal de Belém (CMB).⁵⁵

Destacamos também que na cultura profissional do jornalista existe um compromisso total com a profissão, mesmo quando há perigo de vida (TRAQUINA, 2005a), pois as notícias são vistas como um “valor absoluto”, “onde por vezes meios ilícitos podem ser necessários à busca da informação” (TRAQUINA, 2005a, p. 55).

Mas, para além da dedicação à busca da verdade exaltada na sua ideologia profissional, a dinâmica da concorrência leva ao encanto de outros mitos que circulam na sua cultura profissional, como o mito do *scoop* (o “furo”) e o mito da grande história (TRAQUINA, 2005a, p. 55).

Pensando a partir de Traquina (2005), é possível perceber que na cultura jornalística, na atualidade, há uma corrida para obter a notícia em primeira mão, o “furo”. E nas editorias em que há jornalistas de vários veículos setorizados na mesma cobertura, a concorrência tende a ficar ainda mais acirrada.

Não raro, assistimos a telejornais nacionais, como o Jornal Nacional, da *Rede Globo*, exibindo matérias geradas a partir de denúncias publicadas em grandes jornais de circulação nacional, como *O Estado de São Paulo*. Em muitos casos há até a exibição da imagem do jornal impresso, destacando trechos do enunciado jornalístico do periódico no vídeo.⁵⁶

⁵⁵ Essa realidade de manutenção de equipes de repórteres “setoristas” da editoria de “Política” na ALEPA e CMB foi verificada por nós, pois naquele período trabalhávamos como repórter em *O Liberal*, só que setorizada na editoria de “Polícia”. A prática de manter jornalistas nos órgãos que são “centros de poder” é comum no jornalismo nacional, pois os grandes veículos de comunicação possuem equipes na cobertura diária do Palácio do Planalto, Câmara dos Deputados e Senado Federal, em Brasília.

⁵⁶ Um exemplo disso foi uma reportagem exibida no dia 16 de janeiro de 2014, no Jornal Nacional, da Rede Globo, sobre o chamado “Mensalão do DEM”. Segundo foi informado pelo próprio apresentador do telejornal, William Bonner, a matéria foi feita a partir de uma denúncia publicada com exclusividade (o “furo”) pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Trechos da denúncia do jornal impresso foram destacados no vídeo para explicar o caso. O vídeo da reportagem pode ser conferido no site: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/01/suica-bloqueia-o-correspondente-r-16-milhoes-em-contas-secretas.html>. Acessado em: 16 jan. 2014.

3.3 – ESTRATÉGIAS NA “GUERRA DISCURSIVA”: SABERES E PODERES

No enunciado da Figura 23, uma chamada na capa anunciou: “Deputado acusado de pedofilia diz que vai falar”. E no interior do jornal, no primeiro caderno, sob a marca “Pedofilia”, abrindo a manchete principal foi publicado: “Deputado vai se manifestar na Assembleia sobre denúncias”. Em nossa análise, chamou a atenção o segundo parágrafo, que diz:

O caso tramita no Fórum de Belém sob segredo de Justiça, segundo afirmam colegas do deputado. Mas Sefer garantiu a alguns deputados que está sendo vítima de uma “armação” e que um veículo de comunicação de Belém até já lhe teria cobrado R\$ 800 mil para não divulgar o caso. Essas informações foram prestadas por Sefer ao deputado João Salame (PPS) (DIÁRIO DO PARÁ, 13 dez. 2008, p. A3).

Ao afirmar no texto da notícia que o colega de parlamento de Sefer, o ex-deputado João Salame (PPS) teria dito que “um veículo de comunicação de Belém” já teria cobrado R\$ 800 mil para não divulgar o caso, o *Diário do Pará* sugeriu que essa prática de “chantagem” poderia ter sido praticada pelo seu concorrente e rival *O Liberal*, pois como já assinalamos no primeiro capítulo, desde a criação do *Diário do Pará*, os dois periódicos paraenses se digladiam em uma disputa de mercado e de poder. Ou seja, o jornal da família Barbalho usou como estratégia discursiva a denúncia contra um deputado de partido opositor ao PMDB⁵⁷ (de Jader Barbalho) para também atingir o jornal dos Maiorana, na “guerra discursiva” pela enunciação da verdade e, conseqüentemente, pela credibilidade junto aos leitores e pela dianteira no mercado comunicacional paraense. Sobre essa briga pela “verdade”, Foucault destaca:

Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade, não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da

⁵⁷ Para efeito de esclarecimento, o cenário político paraense, à época, era o seguinte: o Estado era governado por Ana Júlia Carepa (PT), que venceu as eleições em 2006, apoiada pelo PMDB do senador Jader Barbalho, proprietário do grupo Rede Brasil Amazônia (RBA) de Comunicação, composto por emissoras de rádio, TV, portal e o jornal *Diário do Pará*. Já *O Liberal* é de propriedade da família Maiorana, afinada politicamente com o PSDB, que por sua vez era oposição ao governo petista e ao PMDB (aliado da governadora). O DEM também se somava ao PSDB nesse bloco de oposição, no qual os dois partidos (PSDB e DEM) reproduziam no Pará a postura oposicionista que tinham em âmbito nacional ao PT de Luís Inácio Lula da Silva, presidente da República na época.

verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha (FOUCAULT, 2012, p. 53).

Sendo assim, segundo Foucault (2005), o enunciado não é uma coisa dita de forma definitiva, que está fixada no passado, ele sofre atravessamentos, se integra em redes e estratégias, estando sujeito a modificações, segundo interesses.

O enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquiva, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 2005, p. 118-119).

Nesse sentido, observamos que os enunciados jornalísticos de *O Liberal* e do *Diário do Pará* integraram operações e estratégias diferentes, servindo no primeiro para produzir apagamentos discursivos, e no segundo, para evidenciar a culpabilidade de Sefer e, em alguns momentos, foram apropriados até mesmo para atualizar a rede de memória de rivalidade entre os periódicos paraenses.

No mesmo dia em que o *Diário do Pará* publicou a matéria de denúncia contra Sefer, com chamada de capa e matéria no espaço nobre do periódico – o primeiro caderno, destinado à editoria de “Política” – o jornal *O Liberal* produziu o seu primeiro apagamento discursivo sobre o caso, não publicando nenhuma linha de texto sobre o acontecimento. O *Diário do Pará*, de propriedade do senador Jader Barbalho (PMDB), finalizou a sua matéria de denúncia com o seguinte texto:

O DIÁRIO conseguiu contato telefônico com o deputado Luiz Sefer na noite de ontem. Parecendo bastante chateado e com a voz embargada, ele pediu um pouco de paciência. “Vou me posicionar oportunamente sobre todas essas acusações, talvez na semana que vem”, limitou-se a dizer (DIÁRIO DO PARÁ, 13 dez. 2008, p. A3).

Podemos apreender desse enunciado que ele produziu o sentido de uma espécie de “sentença de culpa” do ex-parlamentar, ao afirmar que ele estava “com a voz embargada”, característica própria de quem está a ponto de chorar. Notamos também que tal sentença atribuída ao “célebre” deputado foi sutil, bem diferente da que o

mesmo periódico e seu concorrente usam até hoje para afirmar a culpabilidade dos “infames” nas páginas policiais, ao chamarem-nos de “tarados” e “anormais”.

Além disso, o enunciado do *Diário do Pará* não teve a voz da polícia, apenas uma referência ao fato de que o caso estava tramitando, em segredo, na Justiça. A matéria trouxe, ainda, uma fala em defesa de Sefer, expressa por meio de seu colega de parlamento, à época, João Salame (PPS-PA), que foi o interlocutor na reportagem e que aproveitou a sua fala para chamar a atenção para a necessidade de não se condenar uma pessoa sem o devido julgamento judicial:

“Toda e qualquer denúncia envolvendo qualquer cidadão, deve ser apurada, principalmente quando se trata de uma autoridade. Jamais devemos condenar sem julgamento”. O parlamentar do PPS disse ainda que qualquer pessoa pode ser vítima de boataria ou de calúnias. Salame disse ter conversado com Sefer. “Ele me disse que está sendo vítima de uma grande armação. Ele me garantiu isso”, afirma Salame (DIÁRIO DO PARÁ, 13 dez. 2008, p. A3).

Ao longo de todo o texto, o efeito de sentido produzido é de cunho “político” e não “policialesco”. Uma das estratégias discursivas que mais corrobora para esse sentido é a de que – mesmo sendo essa a primeira matéria publicada sobre o caso na imprensa paraense – não observamos em nosso *corpus* discursivo, textos com detalhamentos sobre a acusação que pesa na justiça contra o deputado. Não é dito quem é a vítima, quantos anos ela tem, por quanto tempo ela teria sido abusada sexualmente e em que circunstâncias o crime teria sido praticado. Houve apenas uma breve referência ao crime no primeiro parágrafo, o *lead*, dizendo que o ex-deputado irá se “apresentar voluntariamente, para depor acerca das denúncias de que estaria envolvido em um caso de pedofilia”.

O silêncio de *O Liberal* não foi registrado apenas no dia 13, quando o *Diário do Pará* trouxe à tona a denúncia, mas ecoou durante os dois dias seguintes, sendo quebrado apenas na edição do dia 16 de dezembro, quando publicou uma reportagem sobre o caso, sem nenhum destaque na capa do periódico. Na capa do caderno “Poder”, espaço destinado à editoria de “Política”, há uma pequena chamada (com foto) no alto da página, que diz: “Sefer recebe apoios”. Ou seja, o silêncio é quebrado por um enunciado de defesa ao parlamentar – aliado político de *O Liberal*.

No interior do caderno, na página 9 (Figura 24), foi publicada uma reportagem com outra manchete em defesa de Sefer: “Deputado nega acusações na Assembléia”. O

apoio foi reforçado também em outros dois subtítulos: “Da tribuna Luiz Afonso Sefer diz que tentam enlamear seu nome em torno de nada” e “Parlamentar ganha solidariedade de deputados de todas as bancadas”. No último, inclusive, a palavra “solidariedade” foi destacada em vermelho, revelando uma estratégia discursiva cromática usada para atrair o olhar do leitor para a “palavra-chave” do enunciado. Somou-se a essa estratégia a legenda da foto: “Luiz Afonso Sefer: indignação contra o ‘linchamento’ moral”.

Figura 24:

Deputado nega acusações na Assembléia

DA TRIBUNA
Luiz Afonso Sefer diz que tentam enlamear seu nome “em torno de nada”

A propósito do suposto caso de pedofilia no qual é acusado, o deputado estadual Luiz Sefer abordou ontem o assunto durante sessão, na Assembleia Legislativa. Ele disse que “essa questão era para correr em segredo de Justiça, porque pode afetar de maneira irreversível a honra de uma pessoa, mas setores mal intencionados estão há meses trabalhando para enlamear meu nome em torno de nada”.

Sefer disse que decidiu falar da tribuna da Assembleia em respeito ao parlamento. Ele lembrou diversos casos de autoridades que foram “linchados” a partir de acusações levianas e que, anos depois, foram inocentadas, apesar dos danos a sua imagem terem sido irreparáveis. Ele citou o caso do ex-ministro da Saúde Alcení Guerra, acusado sem provas de enriquecimento ilícito. Dez anos depois, disse o parlamentar, comprovou-se que Alcení era inocente. O deputado também recordou o caso da Escola Base, em São Paulo, injustiçada por denúncias levianas de abuso sexual

contra crianças, um caso que se tornou nacionalmente famoso. “Este episódio, após 12 anos, foi esclarecido, os acusados inocentados e até hoje recebem indenização decorrente de vítimas em processos impetrados pelos danos morais sofridos”, observou.

Sefer informou aos seus pares que existe uma denúncia contra ele no Conselho Tutelar feita por uma adolescente que morou em sua residência. Essa adolescente, disse ele, “é vítima de exclusão social, possui dificuldades de ordem psicológica, social e familiar”. “Eu tentei ajudá-la, abrigando-a. Tentei de todas as formas ajudá-la, colocando-a em aulas de natação e em colégio, matriculada regularmente. Ela mantinha um comportamento rebelde. No dia 4 de fevereiro deste ano, fui a um juiz da infância comunicar minha decisão de alertar não da guarda dela e decidi devolvê-la à sua família. Mandei-a para casa, mas seus familiares não a aceitaram. Depois de colar suas notas na escola, ela sumiu, em virtude de que já havia abandonado o colégio sem que eu soubesse e, logo em seguida, houve conhecimento da denúncia vazia e estapafúrdia que ora relato a V. Exas”, informou o deputado.

O parlamentar pediu o apoio dos deputados para que



Luiz Afonso Sefer, indignação contra “linchamento” moral

o caso tenha celeridade na sua apuração, pois não pode esperar dez anos, como ex-ministro Alcení Guerra, para ter sua honra restabelecida e se colocar à disposição para que a denúncia seja apurada. “Não tenho o que temer. Quero pressa na apuração dessa denúncia leviana. Eu e minha família não agüentamos passar por esta situação. Me acosecharam a não falar, mas eu não poderia encerrar meus filhos se não o

fizesse”, disse o deputado. Sefer ressaltou ainda que não há nenhuma apuração ou processo de ordem criminal acerca da denúncia, salientando também que o que houve foi, tão somente, um chamado para prestar esclarecimentos no âmbito do Juizado da Infância e Adolescência. Ele disse que a própria incoerência da denúncia dificulta a materialização de qualquer procedimento, “a não ser que

Parlamentar ganha solidariedade de deputados de todas as bancadas

se queira apenas usar politicamente o episódio”, lembrando que qualquer cidadão, político ou não, pode vir a ser vítima de denúncias de toda ordem.

SOLIDARIEDADE

O deputado Alessandro Novelino (PSC) foi o primeiro a apoiar Sefer e expressou sua solidariedade. “Eu o conheço e sei que estas acusações são levianas. Sei do seu caráter e quanto conhece sabe perfeitamente que isso é um absurdo”, afirmou.

O deputado Joaquim Passarinho (PTB), em nome da bancada de seu partido, disse que conheceu a formação religiosa e familiar do deputado do DEM.

“Estou aqui para expressar nossa solidariedade, pois o denunciado não tem o menor cabimento”, disse. O deputado Porsifal Pontes (PMDB) destacou o fato de a denúncia ter repercussão exagerada antes da apuração pelo fato de se tratar de um parlamentar. Ele criticou o vazamento da denúncia “em respeito à imagem de urna

mente”. Diante da exposição, Porsifal elogiou a atitude de Sefer em expor o problema publicamente e se disse satisfeito com o pronunciamento.

Marcio Miranda, em nome do DEM, disse que o pronunciamento foi esclarecedor. “Só espero que a Justiça seja tão rápida quanto a imprensa para lavar a sua honra”, afirmou. O deputado Gabriel Guareiro (PV) afirmou que é uma “parlaria” o que é feito para desmoralizar quem galga algum posto de relevância. “Vossa Excelência está sendo vítima por ser um homem público e tem a minha solidariedade”, afirmou.

Sefer teve ainda a solidariedade do deputado José Magalhães, em nome da bancada do PSB, que conhece Sefer pessoalmente. “Estou convencido da sua inocência, porque o conheço e a sua família”, João Salome (PPS) elogiou a atitude do deputado de tornar público o debate sobre a questão. “Se o denunciado é possível tirar este debate do anonimato que estimulo o jornalismo a fazer. Espero que, dessa forma, o deputado possa provar a sua inocência”, disse. Luiz Cunha (PDT), que também se disse vítima de acusações levianas, demonstrou solidariedade ao deputado do DEM, assim como os deputados Carlos Bortolão (PT) e Manoel Penetra (PSB), que também expressaram sua solidariedade a Luiz Sefer.

O Liberal, 16, dez. 2008, p. 9.

Fonte: www.orm.com.br

O texto jornalístico iniciou fazendo referência ao lapso de tempo e vazio discursivo produzido pelo jornal, que silenciou por dois dias a denúncia contra Sefer. Observamos isso na afirmação feita logo na primeira linha do *lead*: “A propósito do suposto caso de pedofilia no qual é acusado, o deputado estadual Luiz Sefer abordou ontem o assunto durante a sessão”. O termo “a propósito” remete a uma enunciação anterior que, no caso, foi feita pelo *Diário do Pará*.

Notamos também que o enunciado jornalístico usa os termos “suposto” e “acusado”, produzindo um sentido de cautela, ao lançar dúvidas sobre a autoria do parlamentar em relação às acusações. Já no segundo e extenso parágrafo, a voz do parlamentar fez referência a dois casos de injustiças produzidos pela imprensa: o caso do ex-ministro da Saúde Alcení Guerra e o caso Escola Base, o último já referido aqui:

Sefer disse que decidiu falar da tribuna da Assembléia em respeito ao parlamento. Ele lembrou diversos casos de autoridades que foram “linchadas” a partir de acusações levianas e que, anos depois, foram inocentadas, apesar dos danos a sua imagem terem sido irreparáveis. Ele citou o caso do ex-ministro da Saúde Alcení Guerra, acusado sem provas de enriquecimento ilícito. Dez anos depois, disse o parlamentar, comprovou-se que Alcení era inocente. O deputado também recordou o caso Escola Base, em São Paulo, injustiçada por denúncias levianas de abuso sexual contra crianças, um caso que se tornou nacionalmente famoso. “Este episódio, após 12 anos, foi esclarecido, os acusados inocentados e até hoje recebem indenização decorrente de vitórias em processos impetrados pelos danos morais sofridos”, observou (O LIBERAL, 16 dez. 2008, p. 9).

Segundo o enunciado jornalístico, após ter feito referência a casos que classificou como “linchamento moral”, Sefer se defendeu das acusações de abuso sexual, fazendo acusações à criança que, à época, era adolescente, embora a reportagem não informe – em uma linha sequer – a idade da vítima ou o contexto do ato de abuso sexual de que o ex-parlamentar foi acusado. As acusações à menina, no entanto, foram observadas no seguinte trecho:

Sefer informou aos seus pares que existe uma denúncia contra ele no Conselho Tutelar feita por uma adolescente que morou em sua residência. Essa adolescente, disse ele, “é vítima de exclusão social, possui dificuldades de ordem psicológica, social e familiar”. “Eu tentei ajuda-la, abrigando-a. Tentei de todas as formas ajudá-la, colocando-a em aulas de natação e em colégio, matriculada regularmente. Ela mantinha um comportamento rebelde. No dia 4 de fevereiro deste ano, fui a um juiz da infância comunicar minha decisão de abrir mão da guarda dela e decidi devolvê-la a sua família. Mande-i-a para casa, mas seus familiares não a aceitaram. Depois de cobrar suas notas na escola, ela sumiu, em virtude de que já havia abandonado o colégio sem que eu soubesse e, logo em seguida, tomei conhecimento da denúncia vazia e estapafúrdia que ora relato a V. Exas”, informou o deputado (O LIBERAL, 16 dez. 2008).

Em rela o a esse enunciado, destacamos que especialistas relatam mudanças comportamentais em vítimas de abuso sexual. Mesmo quando é reconhecida a crueldade no “abuso”, praticado por meio de violência física (em fun o da visibilidade de cortes, fraturas, hematomas), a ênfase das conseq ncias desse crime recaem nas “fraturas emocionais” (MÉLLO, 2006, p. 175), que “afetam o desenvolvimento das vítimas, pois

as conseqüências do abuso sexual são muitas, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS)”. Entre elas, estão: dificuldades na escola, abuso de drogas e infrações.

3.4 – O LIBERAL X DIÁRIO DO PARÁ

Ao compararmos os enunciados de *O Liberal* e do *Diário do Pará* publicados no dia 16 de dezembro de 2008, observamos o uso de estratégias discursivas que produziram efeitos de sentido antagônicos em relação ao “caso Sefer”. Enquanto *O Liberal* quebrou o silêncio com a publicação de uma reportagem que produzira sentidos de defesa e apoio a seu aliado político, o concorrente *Diário do Pará* saiu, no mesmo dia, com uma matéria com um efeito de sentido contrário (Figura 25), cuja manchete dizia: “Promotora pede abertura de inquérito”. Logo abaixo, um subtítulo afirmava: “Deputado teria tentado devolver menina”.

A matéria do jornal de Jader Barbalho – a segunda publicada sobre o caso naquele periódico foi assinada. Logo abaixo da assinatura do repórter, entre parênteses, havia a inscrição “(Com AE)”, indicando que aquele texto havia sido publicado também pela *Agência Estado* (AE), pertencente ao grupo de comunicação *O Estado de S. Paulo*, um dos mais importantes periódicos da imprensa nacional. Tal informação indicava, assim, que o caso já estava ganhando repercussão nacional.

Figura 25:



Diário do Pará, 16, dez. 2008, p. A4.
Foto: Avelina Oliveira de Castro.
Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Corroborando com isso, em um outro trecho do enunciado jornalístico foi afirmado que o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia do Senado, o senador Magno Malta, do Partido da República, do Espírito Santo (PR-ES), já havia tomado conhecimento do caso. A essa estratégia discursiva de produzir sentido de “envolvimento” do parlamentar com o crime de abuso sexual, um subtítulo dizia que “há dois meses estavam rolando boatos do caso” e que a menina teria prestado depoimento ao Pro-Paz⁵⁸ no dia 22 de outubro daquele mesmo ano.

No dia seguinte, 17 de dezembro, o *Diário do Pará* publicou mais uma matéria do caso Sefer. Uma chamada de capa com a palavra “Convocado” em destaque no título anunciou: “Deputado terá que depor na CPI da Pedofilia”. Já no interior do periódico, a página A3 do caderno “Política” (Figura 26) trouxe a seguinte manchete: “Presidente da CPI convoca deputado Luiz Sefer para prestar depoimento”.

Figura 26:



Diário do Pará, 17, dez. 2008, p. A3.

Foto: Avelina Oliveira de Castro

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Como observamos em nossa análise, o enunciado foi sobre um acontecimento importante e inédito, até então: a oitiva em CPI de um político acusado de envolvimento

⁵⁸ O Pro Paz é um programa do Governo do Estado do Pará, criado em 2004, com o objetivo de articular, fomentar e alinhar políticas públicas voltadas para a infância, adolescência, juventude e pessoas em situação de vulnerabilidade social, visando a garantia dos direitos, o combate e a prevenção da violência e a disseminação da cultura de paz. As ações acontecem em parceria com os mais diversos setores da sociedade, governamentais e não governamentais. Informações extraídas do site do programa: <http://www.propaz.pa.gov.br/quem-somos>. Acessado em: 27 dez. 2013.

em crime de abuso sexual de criança. O fato não tinha precedentes na história do Pará até aquele momento, uma vez que o Estado possui vários acontecimentos históricos recentes que dão a ver o clima de impunidade em crimes que envolvem políticos e pessoas investidas de poderes institucionais.

Destacamos que sobre essa convocação de Sefer para depor à CPI, *O Liberal* não publicou nenhuma notícia. Não houve, portanto, a repercussão do caso. No entanto, nessa mesma data, 17 de dezembro de 2008, *O Liberal* publicou uma matéria (Figura 27) destacando apenas a eleição do ex-deputado Bira Barbosa (PSDB-PA) para a presidência da CPI da Pedofilia. Observamos que o presidente eleito para a CPI, Bira Barbosa, era do PSDB, partido aliado do DEM de Sefer, à época. Mesmo assim, o enunciado jornalístico não faz qualquer menção à convocação que o presidente da CPI fez para Sefer prestar depoimento.

Figura 27:

Tucano preside CPI na Assembléia

MENORES
Bira Barbosa foi o eleito. Comissão vai investigar exploração sexual.

Os deputados Bira Barbosa (PSDB) e Arnaldo Jordy foram eleitos presidente e relator, respectivamente, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa que vai investigar denúncias de exploração sexual e violência contra menores em todo Estado do Pará. A eleição, que aconteceu depois da sessão ordinária, transcorreu de maneira tranquila, apesar de a deputada Regina Ibarata (PT) - que, no início, era suplente da Comissão, mas, após um acerto interno do PT, tornou-se titular ao assumir a vaga do correligionário Carlos Bordalo, ante o requerimento que deu origem à CPI - também colocar o seu nome à disposição dos colegas para assumir a presidência da referida Comissão. Contudo, Barbosa venceu por três votos a dois. Já Arnaldo Jordy foi eleito por unanimidade. O relator recém-eleito explicou que, por consenso, os membros da CPI decidiram que o objeto da Comissão de-

veria ser a pedofilia em todo o Pará, e não apenas na região do Marajó, como também estava sendo cogitado. Essas duas possibilidades, aliás, nasceram de requerimentos diferentes que foram apresentados à AL na mesma época: o primeiro, do deputado Carlos Bordalo, pedia uma CPI para investigar a questão em todo o Estado. Já o segundo, de autoria da Comissão de Direitos Humanos da Casa, solicitava uma CPI mais direcionada para o Marajó a partir das denúncias feitas publicamente pelo hepo da região, dom Luiz Accion. "A entesse, é claro, será na região do Marajó, até porque foram as denúncias do hepo. Agora que iremos tratar a criação desta CPI. Contudo, o nosso objeto é a exploração sexual de crianças e adolescentes e não podemos nos furtar por uma questão geográfica", resultou.

REVISÃO

A Assembleia Legislativa aprovou ontem, por unanimidade, o projeto de revisão do Plano Plurianual 2009/2011, do Executivo Estadual. O processo de discussão e votação se baseou no relatório emitido pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária



Bira Barbosa: eleito presidente, depois do impeditivo regimental de Carlos Bordalo (PT)

Investigações vão abranger todo o Estado, e não apenas o Marajó

(CFHO), assinado pelo presidente e relator do PPA, deputado Junior Hage (PR). O projeto de revisão do PPA foi aprovado com o acatamento de 191 emendas de

306 apresentadas. Destas, 212 emendas foram retiradas e sete foram canceladas, durante o processo de discussão e negociação com os representantes do governo. Entre as 191 aprovadas, 141 tinham sido anteriormente acatadas pelo relator e 50 foram aprovadas como emendas da CFHO. Para o líder do governo, deputado Aírton Faleiro (PT), a aprovação se deve a um trabalho "democrático" do governo, no sentido de bem atender a todas as expectativas, inclusive da oposição. "A oposição esperava que o governo viesse aqui e impusesse a aprovação ao toque de caixa, mas o governo, na verdade, optou por outro caminho, o de dividir a responsabilidade com os parlamentares. Os projetos que se vê aqui são todos de interesse da sociedade", explicou.

Ainda ontem, também foi aprovado o projeto de lei ordinária que autoriza o governo do Estado a contratar financiamento no valor de R\$ 30 milhões junto ao Banco do Brasil para a execução do Programa Nova Santa Casa. Nesse caso, contudo, a votação não foi tão pacífica assim. O deputado José Miegale (PSDB), líder da oposição, fez severas críticas aos dois primeiros anos do governo Ana Júlia Carepa, sobretudo no campo da saúde. "A saúde no Estado está um verdadeiro caos. Por isso, colocamos esta matéria na pauta e vamos aprová-la. Para se ter uma ideia, apenas neste período, nós já aprovamos algo em torno de R\$ 400 milhões em empréstimos, mas não sabemos onde está o retorno disso para a sociedade. Desde esta conclusão do hospital de Breves, por exemplo? Nós sabemos que o problema, assim como na Santa Casa, não está apenas na questão física, mas também na incompetência administrativa", declarou.

Hoje e amanhã, os deputados deverão votar os projetos de incentivos fiscais para a indústria, o de detalhamento do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) do oeste paraense e o da Lei Orçamentária anual (LOA).

O Liberal, 17, dez.2008, p. 9.

Fonte: www.orm.com.br

Verificamos ao longo do texto apenas aspectos relativos às atribuições da Comissão, o que configura uma formação discursiva de “memória lacunar”, que produz deslocamentos de efeitos de sentido e apagamentos discursivos (BRANDÃO, 1995). Uma das atribuições destacadas pela matéria é a de que serão investigados casos de todo o Estado, e não apenas do arquipélago do Marajó.

Os apagamentos discursivos de *O Liberal* sobre o caso “Sefer” se seguiram pelos demais dias, até o final do ano de 2008, como já assinalamos aqui. Ao analisarmos todos os jornais publicados pelos dois periódicos paraenses no mês de dezembro de 2008, localizamos outras notícias importantes de continuidade do “caso Sefer” publicadas pelo *Diário do Pará*, mas que foram silenciadas pelo jornal da família Maiorana, aliada política do ex-parlamentar do DEM. Uma dessas matérias foi publicada no dia seguinte, 18 de dezembro (Figura 28), e destacou a possibilidade de Sefer ter o mandato cassado, caso ficasse comprovado o seu envolvimento com o crime de abuso sexual, atribuído ao ex-parlamentar em denúncia que estava tramitando, à época, na justiça.

Figura 28:



Diário do Pará, 18, dez. 2008, p. A3.

Foto: Avelina Oliveira de Castro.

Fonte: Biblioteca Arthur Vianna.

Conforme observamos, o enunciado foi publicado em espaço nobre do *Diário do Pará*: a página A3, do caderno “Política”, que trouxe como manchete principal da página “Sefer pode ser cassado se ficar provado envolvimento”. Um subtítulo em destaque, logo abaixo, reforçou essa afirmativa, ao dizer: “Deputados que tiveram acesso aos autos da denúncia garantem que a situação é complicada. Deputado calou-

se”. Ambos enunciados se somaram a uma estratégia discursiva do periódico de dar a ver sinais de culpabilidade do parlamentar.

Como já destacamos, aqui, a mídia funciona como um dispositivo de produção de identidades e de verdades, pois articulam saber e poder (NAVARRO-BARBOSA, 2003), em um jogo de estratégias discursivas que permite “criar” monstros ou heróis.

No discurso jornalístico, o lugar midiático articula-se também com o saber e com o poder. O jornalista não pode falar como quiser, pois tem de se submeter a certas regras internas e externas da instituição midiática. Quanto ao poder, a relação entre a chamada grande imprensa, as elites e os detentores do poder aparece (...) na forma de “denuncismo”: o uso da imprensa para legitimar atitudes de uma autoridade política ou conferir tratamento pejorativo aos fatos a ela relacionados. A mídia cria, portanto, mocinhos e bandidos, heróis e derrotados (NAVARRO-BARBOSA, 2003, p. 113).

Assim, observamos em nossa análise que a imprensa paraense usou bastante essa estratégia discursiva. O jornal *O Liberal*, por meio de suas relações com as elites e detentores de poder local, produziu discursos para legitimar as atitudes do ex-deputado Luiz Sefer (ex-DEM-PA) – aliado político da família Maiorana, que está afinada, politicamente, com o PSDB. Já o *Diário do Pará*, por sua vez, conferiu um tratamento discursivo próximo do pejorativo aos fatos relacionados ao ex-parlamentar, produzindo sentidos de culpabilidade no rival político do jornal do senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

Ao longo do mês de dezembro de 2008, o *Diário do Pará*, mesmo sem fazer afirmações taxativas ou usar de adjetivos pejorativos como os usados em enunciados jornalísticos destinados aos “infames”, seguiu atualizando a rede de memória discursiva de cobertura da CPI da Pedofilia, com a estratégia discursiva de evidenciar a possibilidade de culpa do ex-parlamentar do DEM. Essa prática discursiva, a partir de Foucault (2005), é explicada no fato de que a irrupção de acontecimentos em um determinado momento histórico está ligada a um já-dito, ou seja, remete a um outro enunciado, atualizando uma rede de memória.

Todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito (...). Supõe-se, assim, que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz (FOUCAULT, 2005, p. 28).

O enunciado do dia 18, por exemplo, no decorrer da narrativa, atualizou e ressaltou o sentido já-dito e proposto nos enunciados jornalísticos ao longo da cobertura do “caso Sefer”:

O cerco está se fechando em torno do deputado Luiz Afonso Sefer (DEM). Já se admite a situação na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para investigar denúncias de violência sexual contra crianças no arquipélago do Marajó⁵⁹.

Quem teve acesso aos autos, ainda em poder do juiz da Infância e da Adolescência, José Maria Teixeira do Rosário, garante que a situação do deputado acusado de violentar uma menina de 12 anos não é nada confortável.

Em sua denúncia, a garota descreve cenas dantescas vivenciadas, segundo ela, com o parlamentar. Sefer resolveu não dar mais entrevista sobre o assunto e se diz inocente, vítima de uma armação da menina, que viveu em sua casa e quase seria adotada por ele (DIÁRIO DO PARÁ, 18 dez. 2008).

Nos três parágrafos do enunciado jornalístico, podemos apreender que a estratégia discursiva criou efeitos de sentido sobre o envolvimento de Sefer no crime. Expressões como “o cerco está se fechando”, “situação nada confortável”, “garota descreve cenas dantescas vivenciadas” e “se diz inocente” ressaltam esse sentido.

Além disso, ressaltamos que a decisão de Sefer – segundo a matéria – de que ele “resolveu não dar mais entrevistas sobre o assunto” parece ter sido apoiada por *O Liberal*, jornal aliado político de seu partido, à época, (DEM). Como já assinalamos, aqui, nenhuma linha sobre a possibilidade de cassação do deputado foi publicada no jornal da família Maiorana no dia 18 de dezembro de 2008. Mais uma vez surge a pergunta: teria *O Liberal* pego mais um “furo” do concorrente *Diário do Pará*?

A resposta, novamente, é a de que essa possibilidade é remota. Afinal, na edição daquele mesmo dia, 18, *O Liberal* publicou uma notícia relativa à cobertura dos trabalhos realizados pelos parlamentares da ALEPA, intitulada “Assembleia aprova o projeto do ZEE na área de influência de rodovias” (Figura 29):

⁵⁹ A CPI da Pedofilia da ALEPA foi instalada no dia 11 de dezembro de 2008. Até o momento em que essa reportagem foi publicada, no dia 18, o objetivo de sua instalação era investigar, especificamente, os casos de abuso e exploração sexual existentes no arquipélago do Marajó, atendendo a denúncias do bispo do Marajó, D. Luiz Azcona. Porém, no decorrer da vigência da Comissão, em função do grande número de denúncias vindo de todo o Estado, os parlamentares resolveram investigar casos de todos os municípios do Pará, no entanto, com especial atenção para aquela região, conforme consta no texto do relatório final, apresentado à imprensa e à sociedade em 25 de fevereiro de 2010.

Figura 29:

Assembléia aprova projeto do ZEE na área de influência de rodovias

A Assembléia Legislativa do Estado aprovou ontem o Projeto de Lei nº 199/2008, que trata do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) nas áreas de influência das rodovias BR-163 (Santarém-Cuiabá) e BR-230 (Transamazônica), oeste paraense. Com o sinal verde dos parlamentares, agora a matéria segue para a sanção da governadora Ana Júlia Carepa. Depois, será remetida à

apreciação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) até chegar, finalmente, às mãos do presidente Lula.

O zoneamento tem como principal objetivo orientar o planejamento estadual, através da oferta de indicadores para o reordenamento territorial, o fomento a atividades produtivas e adequação ao uso dos recursos naturais. Ao todo, abrange uma área de 334,4

mil quilômetros quadrados e contempla 19 municípios, que reúnem uma população de cerca de um milhão de habitantes, espalhados em 27% do território paraense. Os estudos foram realizados e aprovados pelo Comitê Supervisor de ZEE-PA, composto por 38 representantes da sociedade civil e órgãos estaduais, cabendo à Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos - Programa Pa-

rã Rural - a sua execução.

O primeiro a se manifestar da tribuna sobre o tema foi o deputado Gabriel Guerreiro (PV), relator do projeto. Segundo ele, diante dos estudos feitos, esta foi a melhor proposta que se poderia elaborar para a área da BR-163. "Eu espero que os estudos se aprofundem, porque, por exemplo, nas áreas de consolidação e expansão, nós precisamos melhorar

a escala de trabalho. O ideal é que se chegue a uma escala de 1:100.000. Uma escala de 1:150.000, como se tem agora, torna complicada a organização para fins de planejamento. Contudo, não há dúvida de que esse projeto é um grande avanço para o Estado, na medida em que, através dele, vamos poder regulamentar a questão da reserva legal, ou seja, definir onde se pode e onde não

se pode fazer as coisas. Isso porque o investimento só vem no momento em que se dá garantias para ele. E nós precisamos de investimentos. De outro lado, porém, precisamos preservar o sistema amazônico, criando mecanismos que guardem o nosso patrimônio natural", disse o relator, que também ressaltou a importância das seis emendas aprovadas ao projeto.

O Liberal, 18 dez. 2008, p. 12.

Fonte: www.orm.com.br

Essa publicação demonstra que a equipe de reportagem do periódico setorializada naquela casa legislativa esteve no local, naquela ocasião, cobrindo as atividades parlamentares. Porém, a única reportagem publicada na referida data foi mesmo essa sobre a aprovação do Projeto de Lei nº 199/2008, que trata do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) nas áreas de influência das rodovias BR-163 (Santarém-Cuiabá) e BR-230 (Transamazônica), no oeste paraense. O que observamos nesse enunciado foi mais uma formação discursiva jornalística de memória lacunar, que produziu um deslocamento do foco do “caso Sefer” para dar lugar a enunciados outros, gerando mais um esquecimento em relação ao acontecimento jornalístico. Novamente, não foi publicada nenhuma linha de repercussão das denúncias contra Sefer.

Em compensação, o concorrente *Diário do Pará* ainda publicou naquele mês outras três notícias importantes sobre os rumos que o caso estava tomando. Uma delas fora publicada dois dias depois, no dia 20 (Figura 30), na página A3 da editoria “Política” e teve como manchete: “Senador ouvirá menina em depoimento”. Em nossa análise, observamos que nesse enunciado jornalístico é dado destaque, mais uma vez, à repercussão nacional do “caso Sefer”. A reportagem informa que o presidente da CPI da Pedofilia do Senado, senador Magno Malta (PR-ES) viria a Belém para ouvir o depoimento do ex-deputado e da menina que acusava Sefer de abuso sexual e que foi retirada da casa de Sefer por ordem do juiz da Infância e Juventude, José Maria Teixeira do Rosário.

Figura 30:



Diário do Pará, 20, dez. 2008, p. A3.
 Foto: Avelina Oliveira de Castro.
 Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

A notícia também informa que o crime teria sido praticado no período em que a criança viveu e trabalhou na casa do ex-deputado, entre os 9 e 12 anos. Além disso, a reportagem é assinada pela *Agência Estado* (AE), por meio do correspondente em Belém, o que pode ser confirmado pela inscrição, logo abaixo do nome da agência de notícias do grupo *O Estado de S. Paulo*, que diz “De Belém”. Ou seja, a notícia também foi publicada, nacionalmente.

Em um outro trecho do enunciado jornalístico, o senador Magno Malta diz que “as notícias que chegam a Brasília sobre o caso do Pará são preocupantes e exigem providências”. E, ao final, o jornal arremata, por meio do enunciado, a produção de efeito de sentido de culpa do ex-deputado, dando ênfase às contradições nos pronunciamentos do ex-parlamentar do DEM, nos dias anteriores:

Sefer disse, em pronunciamento na segunda-feira (15), estar sendo vítima de “linchamento” por setores da imprensa paraense. Negou também que estivesse sendo investigado por abuso sexual, mas no dia seguinte, terça-feira (16), o Ministério Público divulgou nota confirmando a acusação feita pela criança (DIÁRIO DO PARÁ, 20 dez. 2008, p. A3).

Conforme observamos em nossa análise, o *Diário do Pará* seguiu acompanhando os acontecimentos e publicando notícias do caso. No dia 23 de

dezembro estampou uma notícia anunciando que Sefer estava fora da CPI da Pedofilia da ALEPA, de onde foi suplente por poucos dias (Figura 31). A manchete fazia referência também ao depoimento do bispo do Marajó, Dom Luiz Azcona, autor das denúncias que resultaram na implantação da CPI, da qual também se tornou um dos símbolos.

Figura 31:



Diário do Pará, 23, dez. 2008, p. A3.

Foto: Avelina Oliveira de Castro

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Mais uma vez, observamos uma construção de enunciados que produzem efeitos de sentido de culpa do deputado, como no trecho que diz que “o deputado é acusado de ter violentado uma menina de 12 anos, e que sua presença na CPI ‘causaria constrangimento’ tanto para os seus colegas deputados quanto para ele próprio”. Notemos que Foucault (2005, p. 118) atenta para o fato de que “o enunciado não deve ser tratado como um acontecimento que se teria produzido em um tempo e lugar determinados”. O enunciado pode ser, portanto, repetido e irromper em momentos diferentes e ser atualizado.

Essa materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa faz aparecer o enunciado como um objeto específico e paradoxal, mas também como um objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem, eventualmente destroem (FOUCAULT, 2005, p. 118).

Assim, a estratégia discursiva do *Diário do Pará* de manipular os enunciados, repetindo e atualizando a produção de sentidos de culpabilidade de Sefer se segue ao longo das edições de dezembro de 2008 sobre o caso. Conforme já analisamos, a estratégia discursiva – usada com frequência pela imprensa em enunciados de “infames” – é a de empregar ao longo dos enunciados jornalísticos adjetivos para qualificar pejorativamente a ação criminosa dos acusados. Essa também foi a estratégia usada pelo jornal do senador Jader Barbalho (PMDB) para atingir o ex-parlamentar e opositor político, embora utilizando termos mais sutis para colocar luz na culpabilidade do “célebre” político:

Deputados que já tiveram acesso ao inquérito, porém, dizem que o caso parece “muito feio” para o parlamentar. Se tudo o que a garota disse ao Conselho Tutelar que a está protegendo for verdade, Sefer pode até perder o mandato (DIÁRIO DO PARÁ, 23 dez. 2008, p. A3).

O termo “muito feio” não tem a conotação pejorativa da etiquetagem discursiva de “tarado” e “anormal”, mas enfatiza a gravidade das denúncias, o que é ressaltado em seguida, no mesmo parágrafo do texto, que diz que o ex-parlamentar pode perder o mandato. A estratégia enunciativa vai ao encontro do que já assinalamos em nossa análise: é o atravessamento de redes de poderes político-partidárias que objetivaram a produção de sentidos dos enunciados durante a CPI da Pedofilia. Portanto, o objetivo não é “criminalizar”, simplesmente, o acusado, mas produzir sentidos discursivos que afetem a imagem do opositor político do jornal do senador Jader Barbalho. Destacamos também que a saída do parlamentar da CPI, o que é um acontecimento importante sobre o caso, não foi noticiado por *O Liberal*, aliado político de Sefer. Nada foi publicado sobre o fato.

Encerrando o primeiro mês de publicações sobre o caso, mais uma vez *O Liberal* produziu um apagamento discursivo sobre o “caso Sefer”, deixando de publicar a notícia de que o ex-parlamentar renunciou, por meio de carta emitida à direção regional do DEM, à posição de líder do partido na ALEPA e à vaga na CPI da Pedofilia. Já o

Diário do Pará publicou uma matéria na véspera do Natal, em 24 de dezembro, em que anunciou: “Sefer perde liderança do partido na AL” (Figura 32).

Figura 32:



Diário do Pará, 24, dez. 2008, p. A3.
Foto: Avelina Oliveira de Castro
Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

O enunciado dá a ver, mais uma vez, que o “caso Sefer” estava repercutindo nacionalmente e que, como foi dito em outras reportagens do periódico, “o cerco estava se fechando” para o ex-parlamentar, que acabou renunciando a duas posições que ocupava no parlamento paraense.

O deputado paraense Luiz Afonso Sefer (DEM), acusado de abuso sexual contra uma menina que na época tinha nove anos e que ficou até os 13 anos na casa dele, encaminhou carta à direção regional de seu partido renunciando a condição de líder na Assembleia Legislativa e também a de integrante da CPI da Pedofilia, da qual era suplente. Ele tomou a decisão para não ser expulso do partido pela direção nacional do DEM. “Me afasto até que se prove minha inocência nesse caso em que sou vítima de absurdas e infundadas acusações”, afirma Sefer na carta entregue ao presidente do DEM no Estado, o deputado federal Vic Pires Franco (DIÁRIO DO PARÁ, 24 dez. 2008, p. A3).

Essa notícia também foi produzida e publicada pela *Agência Estado* (AE), conforme consta na assinatura ao final da matéria “(BELÉM/AE)”. O texto também inicia fazendo referência ao “deputado paraense”. No entanto, mesmo com toda a repercussão nacional do caso, a renúncia do ex-parlamentar a duas posições importantes no parlamento estadual e todos os encaminhamentos que estavam sendo dados ao caso,

como a informação da vinda do senador Magno Malta (PR-ES), foram silenciadas pelo jornal *O Liberal*. Mas os apagamentos, vazios e deslocamentos discursivos jornalísticos não foram possíveis por muito tempo e a estratégia acabou tendo que mudar e voltou a ser utilizada a tática de defesa do aliado político do periódico da família Maiorana.

Essa mudança de estratégia discursiva foi observada, principalmente, nas publicações de março de 2009, ocasião em que o senador Magno Malta (PR-ES) esteve em Belém para ouvir os depoimentos do deputado, de vítimas e de diversas testemunhas.

3.5 – O DISCURSO DOS “CÉLEBRES”: VOZES E ESTRATÉGIAS

A vinda do senador Magno Malta (PR-ES) teve ampla cobertura da imprensa local e nacional. O Pará foi palco nacional da exposição de diversos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, sobretudo envolvendo pessoas de prestígio e com poder institucional na sociedade paraense. O presidente da CPI do Senado esteve, em Belém, nos dias 5 e 6 de março de 2009.

As edições de *O Liberal* e do *Diário do Pará* do dia 7 de março trouxeram reportagens sobre a oitava de depoimentos pela CPI da Pedofilia do Senado, com muitas semelhanças textuais. Porém, mais uma vez, observamos que a relação de apoio do primeiro em relação à Sefer é atualizada nos enunciados daquele periódico (Figura 33).

A matéria de capa do caderno Poder, intitulada “MP pede prisão de Sefer” - assim como a do jornal concorrente - informa sobre o pedido de prisão preventiva do ex-parlamentar, feito pelo Ministério Público Estadual. Mas, também traz em seu *lead* a informação de que “À tarde, Luiz Sefer deu entrevista a O LIBERAL, na qual se defende das acusações”. A entrevista (Figura 33) foi dada pelo ex-parlamentar ao jornal aliado, com exclusividade, já que no *Diário do Pará* verificamos que houve apenas o registro de uma nota que foi enviada por Sefer à redação do periódico, com alguns argumentos de defesa.

A entrevista de Sefer a *O Liberal* foi publicada na página 2 do caderno Poder (Figura 33) sob a manchete “Deputado se diz vítima de ‘julgamento político’ e acredita na justiça”.

Figura 33:

Deputado se diz vítima de “julgamento político” e acredita na Justiça

A CPI da Pedofilia chegou a Belém com uma ideia pré-concebida e já fazendo um verdadeiro “julgamento político”. É dessa forma que o deputado estadual Luiz Afonso Sefer analisou, ontem, o pedido de prisão e até mesmo o comportamento dos membros da comissão do Senado.

Afirmado incisivamente que é inocente, Sefer garante não haver qualquer prova no inquérito policial de 800 páginas que comprove os crimes a ele atribuídos. Acrescenta que todos os 50 depoimentos lhe são favoráveis. Ele relata que a sua vida sofreu uma verdadeira devassa e que permanece com a consciência tranquila, acreditando que a Justiça sabrá interpretar o que é excesso e

o que é verdade.

Para Luiz Sefer, os senadores da CPI anteciparam o resultado do processo investigatório ao adotar uma postura marcada pelo juízo de valor pré-concebido. O posicionamento dos parlamentares deveria ocorrer com isenção máxima durante o interrogatório a que foi submetido na última quinta-feira, 5. “Apesar de tudo isso, não vou esmorecer diante do compromisso com a minha família e com o povo. Esse compromisso é muito maior do que toda essa campanha difamatória”, disse, ressaltando que o deputado estadual há cinco mandatos e que, ao longo desses 20 anos, sempre esteve entre os mais votados do Pará.

As contradições apontadas pelos membros da CPI no depoimento de Luiz Afonso Sefer, de acordo com ele próprio, não se sustentam pela fragilidade que apresentam diante dos fatos e das circunstâncias apuradas no inquérito policial, já em mãos do Ministério Público Estadual. Esclarece que os seus três filhos estudaram, sim, parte da vida escolar em estabelecimento público de ensino, da mesma forma que a menor que estava sob sua tutela, isto em resposta à suposição de que a garota não era tratada adequadamente.

O deputado explicou, durante a entrevista, que existe um costume que faz parte da cultura paraense e até da população da região Norte do

país, em acolher menores do interior na capital. Ele ressaltou que há inúmeros casos que podem ser comprovados em centenas de famílias de Belém, inclusive de seus familiares, que oferecem oportunidade de estudo e melhoria de vida a jovens do interior. “Eu reafirmo com todas as minhas forças, com toda a veemência e indignação, que sou inocente e que confio na Justiça do Estado”, reforçou.

COMPANHIA

Sobre a contradição apontada por Malta de que havia uma diferença de idade de sete anos entre a filha e a menor, ele afirma que a intenção foi unicamente de oferecer companhia à sua filha nos

dias em que estava em Belém. Isso não é contradição, acredita o deputado.

Outro ponto citado pelo parlamentar foi a negativa de que seu depoimento ocorresse reservadamente, o que foi pedido com a preocupação de preservar a menor. Essa mesma solicitação foi deferida às duas delegadas que depuseram na CPI.

Ele ressaltou ter estranhado o fato de não lhe ter sido permitido apontar e mostrar trecho de depoimento feito pela avó de um garoto de seis anos, que teria sido molestado pela menor, machucando, inclusive, a genitália do menino. “Reafirmo que este depoimento consta no inquérito e não me foi permitido apontá-lo”, diz Sefer.

Os 51 depoimentos foram cuidadosamente lidos e analisados por Luiz Sefer e seu advogado. Ambos afirmam que não há, entre os relatos, nada que dê suporte a versão da garota e, ao contrário, seriam provas a seu favor. A mudança de comportamento da menor aconteceu depois que Sefer intensificou a cobrança de seus resultados escolares e impôs limites rígidos de horário, impedindo seus retornos para casa em altas horas da madrugada.

Sefer encerrou renovando o desafio de que lhe mostrem uma única página do inquérito que sustente as denúncias da menor. Disse ainda continuar na posse e em pleno exercício de sua honra, que é seu bem maior.

O Liberal, 7, mar. 2009, p. 2.

Fonte: www.orm.com.br

Ao longo do texto, o político – acompanhado de seu advogado – rebateu uma a uma as acusações que pesavam contra ele e reafirmou, em vários trechos, que era inocente e que acreditava na justiça. Além disso, admitiu que a menina fora uma “cria de família” (MOTTA-MAUÉS, 2009), situação que ele reconheceu como um costume da região:

O deputado explicou, durante a entrevista, que existe um costume que faz parte da cultura paraense, e até da região Norte do país, em acolher menores do interior na capital. Ele ressaltou que há inúmeros casos que podem ser comprovados em centenas de famílias de Belém, inclusive de seus familiares, que oferecem oportunidade de estudo e melhoria de vida a jovens do interior. “Eu reafirmo com todas as minhas forças, com toda a veemência e indignação, que sou inocente e que confio na justiça do Estado”, reforçou (O LIBERAL, 7 mar. 2009, Caderno Poder, p. 2).

O jornal *O Liberal* abriu um importante espaço para Sefer e seu advogado exporem seus argumentos de defesa. A estratégia discursiva do jornal, de construir enunciados que produzissem sentidos de defesa do ex-parlamentar, foi aprofundada durante a cobertura da visita da CPI do Senado, como observamos nesse outro trecho:

Os 51 depoimentos foram cuidadosamente lidos e analisados por Luiz Sefer e seu advogado. Ambos afirmam que não há, entre os relatos, nada que dê suporte à versão da garota e, ao contrário, seriam provas a

seu favor (...). Sefer encerrou renovando o desafio de que lhe mostrem uma única página do inquérito que sustente as denúncias da menor. Disse ainda continuar na posse e em pleno exercício de sua honra, que é seu bem maior (O LIBERAL, 7 mar. 2009, p. 2).

O *Diário do Pará* também manteve a estratégia discursiva que vinha adotando desde que iniciou a publicação de denúncias contra o ex-parlamentar e rival político do PMDB de Jader Barbalho, proprietário do periódico. A nota de Sefer enviada à redação foi publicada, mas no final da página A4 e em um pequeno espaço. Porém, o que observamos como mais contundente na produção de sentidos de culpabilidade do ex-parlamentar do DEM foi o *lead* da reportagem intitulada “Ministério pede prisão preventiva de deputado”, que informa sobre o pedido de prisão preventiva feito pelo MP e que foi noticiado de forma burocrática por *O Liberal*:

A denúncia do Ministério Público sobre o caso do deputado Luiz Sefer (DEM) e o pedido de prisão preventiva do parlamentar foram anunciados por Magno Malta durante a sessão da CPI. A notícia foi recebida com aplausos pelo público presente (DIÁRIO DO PARÁ, 7 mar. 2009, p. A4).

O enunciado dá a ver logo no *lead* – texto de abertura da reportagem – que houve aplausos do público, em sinal de comemoração à denúncia e o pedido de prisão preventiva do deputado pelo MP. A ênfase a esses aplausos atualiza a estratégia discursiva do *Diário do Pará* de produzir sentidos de culpabilidade a Sefer em seus enunciados jornalísticos, destacando o apelo popular para a punição do parlamentar.

Dos enunciados jornalísticos analisados no mês de março de 2009, período marcado pela vinda de membros da CPI do Senado a Belém, observamos que foi no dia 10 daquele mês que o confronto político entre os dois jornais paraenses esteve presente de forma mais contundente nos textos jornalísticos. Nessa data foram publicadas reportagens sobre a decisão do judiciário paraense de negar a prisão preventiva pedida pelo MP (noticiada na edição do dia 7 e analisada, anteriormente). O jornal *O Liberal* dedicou uma página inteira (Figura 34) – a capa do caderno “Poder” - a enunciados que deram destaque à decisão judicial.

Observamos que a primeira matéria da página, intitulada “Negada a prisão de Sefer” (Figura 34), ressaltou, em vários trechos, que a decisão foi pautada na Constituição Federal, o que a tornaria legítima e incontestável. O reforço a essa ideia foi

produzido no subtítulo que veio logo abaixo da manchete - com a palavra “Pedofilia” em destaque - e que dizia: “Desembargador menciona a Constituição para negar pedido do MP”.

A legenda da foto do juiz João Maroja também compõe a estratégia discursiva, ao dizer: “João Maroja: dispositivos constitucionais amparam a decisão de negar o pedido do Ministério Público contra Sefer”. E para fechar os realces da primeira matéria, um enunciado – com a palavra “Imunidade” em destaque - diz: “parlamentar só admite prisão em casos de flagrante”.

Figura 34:

BELEM, TERÇA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2009

podar@oliberal.com.br • Tel. 3264-4022

PODER
POLÍTICA • DINHEIRO • BASTIDORES

Protógenes na alta de mira
CPI investiga possível envolvimento do deputado em esquema de corrupção

Pedro define mais detalhes
Folha investiga denúncia de deputado

PORTAL
Passo pelo PORTAL (http://portal.oliberal.com.br) 061.3222-4777

CARGAS

OLIBERAL

Negada a prisão de Sefer

PEDOFILIA
Desembargador menciona a Constituição para negar pedido do MP

João Maroja, desembargador constituinte, ampara a decisão de negar o pedido do Ministério Público contra Luis Sefer

Imunidade parlamentar só admite prisão em casos de flagrante

Desembargador João Maroja negou pedido de prisão preventiva do deputado em relação ao deputado Luis Sefer, acusado de pedofilia. O desembargador afirmou que não há elementos suficientes para justificar a prisão de Sefer, que está em liberdade provisória. Maroja afirmou que o deputado não possui antecedentes criminais e que a prisão preventiva não é necessária para assegurar a ordem pública. A decisão foi dada em uma sessão do Tribunal de Justiça do Pará, em Belém, no dia 9 de março.

O Ministério Público (MP) havia solicitado a prisão preventiva de Sefer, alegando que ele teria cometido o crime de pedofilia. O MP afirmou que Sefer teria mantido relações sexuais com menores de idade durante sua permanência em uma escola. Sefer, por sua vez, alega que não possui antecedentes criminais e que a prisão preventiva não é necessária para assegurar a ordem pública.

O desembargador João Maroja afirmou que a prisão preventiva não é necessária para assegurar a ordem pública, pois Sefer não possui antecedentes criminais e que a prisão preventiva não é necessária para assegurar a ordem pública. Maroja afirmou que a prisão preventiva não é necessária para assegurar a ordem pública, pois Sefer não possui antecedentes criminais e que a prisão preventiva não é necessária para assegurar a ordem pública.

MANDATO
O promotor Rinaldo Albuquerque ofereceu uma denúncia contra o deputado Luis Sefer, acusado de pedofilia. O MP afirmou que Sefer teria mantido relações sexuais com menores de idade durante sua permanência em uma escola.

LAÍDAS
Nos folhos 614 e 617 do inquérito, o juiz afirmou que não há elementos suficientes para justificar a prisão de Sefer. O juiz afirmou que Sefer não possui antecedentes criminais e que a prisão preventiva não é necessária para assegurar a ordem pública.

CONTRADIÇÕES DA MENOR QUE CONSTAM DO INQUÉRITO SÃO TRUNFOS DO DEPUTADO

O promotor afirma que Sefer teria cometido o crime de pedofilia durante sua permanência em uma escola. O MP afirmou que Sefer teria mantido relações sexuais com menores de idade durante sua permanência em uma escola.

DEFESA INFORMA QUE POSSE DE DOIS CELULARES TAMBÉM NÃO FOI ESCLARECIDA

Os dois celulares pertencem ao deputado Luis Sefer. A defesa afirmou que os celulares foram encontrados durante uma busca pessoal realizada em sua residência. A defesa afirmou que os celulares não contêm nenhuma prova que possa comprovar a acusação.

AMEPA DIZ EM NOTA QUE CPI NÃO PODE QUESTIONAR JUIZ SOBRE PROCEDIMENTO

A Associação dos Deputados Constituintes (AMEPA) afirmou que a Comissão de Inquérito não pode questionar a decisão do juiz João Maroja. A AMEPA afirmou que a decisão do juiz é baseada em fundamentos legais e que a Comissão de Inquérito não tem o poder de questionar a decisão do juiz.

O Liberal, 10, mar. 2009, p. 1.
Fonte: www.orm.com.br

Destacamos que a segunda reportagem da página, que teve a manchete “Contradições da menor que constam do inquérito são trunfos do deputado”, se somou à primeira na estratégia discursiva, entretanto, com enunciados que produziram sentidos

mais contundentes na defesa de Sefer. O texto jornalístico ressaltou, logo no *lead*, ter conseguido acesso, “com exclusividade”, ao inquérito policial, e passou a apontar, ao longo da narrativa, que haveria várias contradições nos depoimentos da menina, que denunciou Luiz Sefer pelo crime de abuso sexual.

Observamos que o enunciado jornalístico produz um deslocamento de sentido, ao tirar do foco da denúncia o crime de abuso sexual, para destacar o comportamento da menina, que seria inadequado, por ela passar noites fora da casa do deputado e só retornar de madrugada, como fora observado no seguinte trecho, cujo subtítulo foi “Saídas”:

Nas folhas 474 e 475 do inquérito que possui mais de 800 páginas, José Maria Franco, um dos porteiros do prédio onde o deputado mora, confirma que “a menor saía com muita frequência, a partir de agosto de 2008”, ficando na rua “das 23hs até 3 da manhã e havendo dias em que chegava em torno das 5 da manhã” (O LIBERAL, 10 mar. 2009, p. 1).

O enunciado foi usado para destacar que a menina não vivia sob cárcere privado, como teria denunciado ao juizado da Infância e Juventude, além de lançar dúvidas sobre a sua conduta e, conseqüentemente, sobre a veracidade do que ela denunciara sobre o ex-parlamentar. Em um outro trecho do texto jornalístico, observamos a estratégia discursiva do jornal de negação do poder que um político como Sefer – que na ocasião estava no seu quinto mandato (quase 20 anos no parlamento estadual) – exerce junto a outros órgãos e esferas de poder do Estado, como o sistema judiciário e o Conselho Tutelar.

As versões para as fugas, na análise dos depoimentos da menor no inquérito, são igualmente contraditórias. Em relato ao Juizado da 1ª Infância e da Juventude a menor disse que nunca conseguiu sair do apartamento para denunciar à polícia. Já em depoimento ao Ministério Público, na folha 444, ela declarou que tentou fugir três vezes, e “que nessas duas vezes o senhor Luiz Afonso Sefer não soube que ela fugiu, pois ela tinha a chave de casa” (...). E, na segunda vez, foi encontrada às proximidades do Bar Açáí Biruta, às 2h30. Encontrada pelo conselheiro tutelar, no bar, e questionada sobre o desperdício da oportunidade de denunciar o deputado naquele momento, a menor disse que não podia confiar nele, exatamente um conselheiro tutelar, preparado para atendimento a menores em situação de risco (O LIBERAL, 10 mar. 2009, p1).

Notemos que o jornal afirma, logo na primeira linha do enunciado, ter feito uma “análise” dos depoimentos da menina. Apreendemos desse enunciado que *O Liberal* usa em sua estratégia discursiva a seleção de dois trechos do inquérito que afirma ser contraditório. Em um deles a menina – que acusou o ex-deputado de cárcere privado – teria dito que tem a chave da casa. E no outro a vítima teria sido questionada sobre “o desperdício da oportunidade de denunciar o deputado” ao conselheiro tutelar, no momento em que ele a encontrou em um bar. Para finalizar a produção de efeitos de sentido de “inocência” do ex-parlamentar do DEM e deslocando o sentido de culpabilidade para a menina, o jornal prossegue - após a vítima dizer que não podia confiar no conselheiro -, afirmando: “exatamente um conselheiro tutelar, preparado para atendimento a menores em situação de risco”.

No enunciado, *O Liberal* deslocou a produção de efeitos de sentido de culpa de Sefer para a menina, ao “analisar” que ela estaria entrando em “contradições” em suas denúncias contra o político. A partir de Foucault (2012, p.54), notamos que ao fazer esses deslocamentos de sentido, o jornal está manipulando a verdade, o que é explicado como “jogo de verdade”:

A verdade está centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem; ela é permanentemente difundida, tanto por meio das instituições de ensino quanto pela informação; ela é produzida e transmitida sob o controle dominante de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos (universidades, mídias, escrita, forças armadas); ela é o motivo de um embate social e de um embate político violento, sob a forma de “lutas ideológicas”. Assim sendo, o problema parece ser, para Foucault, investigar os jogos de verdade (REVEL, 2011, p. 149).

Por verdade, Foucault entende que é “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 2012, p. 54). Ou seja, a verdade está ligada a “sistemas de poder”, que produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem: um “regime de verdade”. Sendo assim, o jornal *O Liberal* é um desses aparelhos políticos, uma dessas instituições produtoras de verdade e essa produção está envolta em “lutas ideológicas”, como podemos perceber nos enunciados que foram analisados por nós no período de vigência da CPI da Pedofilia da ALEPA.

Além disso, destacamos que no enunciado jornalístico intitulado “Contradições da menor que constam do inquerito são trunfos do deputado”, é possível apreender que o jornal da família Maiorana também desqualificou o fato da adolescente não confiar em um conselheiro tutelar para denunciar o político. Ou seja, como já destacamos, anteriormente, o jornal usa uma estratégia discursiva que ignora as relações de poder que atravessam um mandato parlamentar. No caso de Sefer, na ocasião, ressaltamos, ele já estava em seu quinto mandato. Sobre relações de poder, Foucault (1988) destaca:

As relações de poder não estão em posição de superestrutura (...) não há no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma posição binária e global entre os dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social (FOUCAULT, 1988, p. 90).

Nesse sentido, observamos que o poder político de Sefer está inserido em uma série de relações que atravessam o corpo social. E são essas relações de poder que explicam o fato de uma adolescente não confiar em um conselheiro tutelar para denunciar um crime tão grave contra um político e perder a “oportunidade” da denúncia, como destaca *O Liberal* no enunciado. Além disso, destacamos que os especialistas em direitos da infância e adolescência ressaltam o quanto é difícil para uma vítima denunciar o crime, por ele estar investido de medo, tabu e também de relações de poder:

Sem compreender inteiramente a própria sexualidade, incapaz de identificar o limite entre o carinho e a agressão, envergonhada por estar envolvida naquela situação, a criança pode levar meses, ou mesmo anos, para revelar o fato. Difícilmente o faz antes de alcançar a adolescência (VIVARTA, 2003, p. 52).

O autor também destaca que a violência sexual contra crianças e adolescentes “está intimamente ligado ao poder exercido pelo adulto sobre a vítima e à imagem distorcida que normalmente se tem da infância” (VIVARTA, 2003, p. 53-54). As crianças são vistas como “incompetentes” e “incapazes” e acabam tornando-se propriedades dos adultos que se sentem no direito de impor-lhes vontades. Segundo o autor (2003, p. 55), “essa relação ‘adultocêntrica’ cria cenários propícios para o

desenvolvimento da pedofilia ao permitir a confusão entre os interesses do adulto e os da criança”.

Naquele dia 10 de março de 2009, uma terceira reportagem deu sequência à estratégia discursiva de *O Liberal* de produzir efeitos de sentido de defesa de Sefer, destacando mais “contradições” na “análise” feita pelo jornal sobre o depoimento da menina que constava no inquérito policial. Com o título “Defesa informa que posse de dois celulares também não foi esclarecida”, o enunciado afirmou haver mais uma lacuna nas informações prestadas pela vítima. Uma delas seria o fato dela ter dois aparelhos celulares, e não apenas um, como havia falado em um de seus depoimentos. Ao longo da narrativa, a “análise” do jornal diz que há esse e outros pontos “confusos” no depoimento.

A quarta e última matéria da página apresentou uma nota da Associação dos Magistrados do Estado do Pará (AMEPA) que desqualificou a CPI da Pedofilia por criticar decisões judiciais. Chamou a nossa atenção também o fato de que, embora a página inteira fosse de enunciados sobre o “caso Sefer”, com o nome dele, inclusive, na manchete principal, não foi publicada nenhuma foto do ex-deputado do DEM, o que nos faz apreender desse conjunto de enunciados que houve mais um apagamento, só que dessa vez, não só textual – como tantos outros produzidos pelo periódico –, mas também imagético. No entanto, no *Diário do Pará*, observamos que a foto do político (Figura 35) foi publicada em destaque. Aliás, a imagem de Sefer foi publicada pelo jornal, várias vezes, ao longo do caso.

Conforme observamos, a notícia de que a justiça negou o pedido de prisão de Sefer – que ganhou destaque de página inteira em *O Liberal* -, no concorrente *Diário do Pará* teve um espaço menor, ficando distribuído em quatro colunas incompletas (Figura 35), já que foi colocado um anúncio no final da página. Além disso, não foram publicadas várias reportagens em favor do ex-parlamentar, verificamos apenas uma pequena matéria com os argumentos do advogado de defesa e um pequeno registro da nota da AMEPA, criticando a postura da CPI.

No entanto, a foto publicada na página A4 (Figura 35) foi o que nos chamou mais atenção. Enquanto *O Liberal* produziu o apagamento da imagem de Sefer em seu enunciado, o *Diário do Pará* trouxe uma foto que, como observamos, mostra o político com uma das mãos no pescoço, pouco acima da gola da camisa de colarinho branco, cabelos desalinhados, com o olhar para o horizonte e uma expressão de tensão, de incômodo. Do enunciado imagético podemos apreender que ele propõe o sentido de que

3.6 – INTERICONICIDADE: DISCURSO E CORPO NAS PÁGINAS DE *O LIBERAL* E *DIÁRIO DO PARÁ*

Ao analisarmos as imagens publicadas nas reportagens dos dois jornais paraenses, observamos o quanto esses enunciados imagéticos são manipulados, deslocados e combinados para atualizar uma rede de memória, que vem sendo construída pelos dois periódicos ao longo de suas existências, em uma guerra discursiva de disputa por poder com seus adversários políticos. A produção discursiva a partir das imagens se constitui em uma poderosa estratégia nesse confronto ideológico, pois, segundo Milanez (2006), na atualidade, as imagens se sobrepõem a escrita nessa trama discursiva:

Na nossa sociedade midiática, a imagem vence a luta com as letras e se impõe no cotidiano das ruas e das leituras, possibilitando a recitação de temas e figuras do passado, construindo a memória do presente e instaurando-os na atualidade. A imagem desvenda discursos adormecidos, desperta discursos não antes sonhados, constitui a nossa história cotidiana, desmontando-a aqui e recriando-a ali nos espaços em branco ocupados pelo sujeito, que exerce sua resistência e firma sua subjetividade diante do já-dito (MILANEZ, 2006, p. 147).

Nesse sentido, analisamos que as fotografias publicadas pela imprensa paraense durante a CPI da Pedofilia recitam temas do passado e constroem a memória do presente. Nossa análise partiu da observação das imagens das vítimas e testemunhas que prestaram depoimentos nas audiências da Comissão (Figuras 36 e 37), sobretudo durante a vinda do presidente da CPI da Pedofilia do Senado, senador Magno Malta (PR-ES). Nessas ocasiões, os depoentes estavam encapuzados e vestindo paletó, independente do gênero (Figura 36).

As imagens, em essência, têm a capacidade de nos causar emoções, como alegria, saudade, tristeza e diversos outros sentimentos. Com efeito, observamos que no enunciado imagético das pessoas que depuseram na CPI da Pedofilia da ALEPA, o sentimento causado é de certa repulsa, incômodo ou susto. A imagem do capuz está muito associada à ideia de esconder a identidade, pois nos remetem a uma série de outras imagens.

Figura 36:



O Liberal, 07, mar. 2009, capa.
 Fonte: www.orm.com.br

Figura 37:



Diário do Pará, 07, mar. 2009, p.A4
 Fonte: www.dol.com.br

No enunciado do *Diário do Pará*, a reportagem “Mãe de menor relata as situações de abuso sofridas pela filha” faz referência, logo no *lead*, à sensação causada pela imagem da mulher encapuzada que prestou depoimento:

A entrada de uma senhora encapuzada e coberta por um paletó masculino no auditório João Batista da Assembleia Legislativa (AL) foi um dos momentos mais fortes da rodada de depoimentos de ontem pela CPI da Pedofilia do Senado Federal. Se tratava da mãe da menina que afirmou ter sido abusada sexualmente pelo irmão da governadora Ana Júlia Carepa, João Carlos de Vasconcelos Carepa. Ela preferiu não se identificar, nem mostrar o rosto, mas falou publicamente sobre o caso. (...) Ela é prima muito próxima da esposa do acusado (DIÁRIO DO PARÁ, 7 mar. 2009, p. A4).

Notemos que, paradoxalmente, nesse jogo de “proteger a identidade”, ao longo do enunciado foi informado que a testemunha era prima da mulher do acusado, que, por sua vez, é irmão da governadora – um “célebre” na sociedade paraense. A tentativa de “proteger” acabou mostrando e “identificando” bastante a mãe da adolescente. Como o enunciado mesmo destaca, uma das coisas que contribuiu para esse acontecimento ter sido considerado como “um dos momentos mais fortes” foi o fato descrito de que uma mulher, “uma senhora” estava encapuzada e “coberta por um paletó masculino”.

Nesse sentido, observamos que a estratégia usada de “proteger a imagem da mãe da vítima” promoveu um apagamento identitário, de gênero, encobrindo o corpo da mulher, que ficou escondido por trás de um capuz e uma roupa masculina. Tal imagem nos remeteu à imagem de mulheres usando burcas (Figura 38).

Figura 38:



Mulheres usando burca

Fonte: www.topicos.estadao.com.br

Essa ideia de que uma imagem nos leva a lembrar de outra imagem é o que Courtine (2011) chama de intericonicidade.

A noção de intericonicidade é assim uma noção complexa, porque ela supõe a relação entre imagens externas, mas também entre imagens internas, as imagens da lembrança, as imagens da rememoração, as imagens das impressões visuais armazenadas pelo indivíduo (COURTINE, 2011, p. 159-160).

É, portanto, a partir dessa noção de intericonicidade, explicada no fato de que “não há imagem que não faça ressurgir em nós outras imagens” (COURTINE, 2011, p. 160), que apreendemos das imagens das figuras (Figuras 36 e 37) que elas nos remetem a uma série de outras imagens (Figuras 38, 40 e 41), que atualizam uma rede de memória, com sentidos que não estão visíveis na superfície discursiva. As testemunhas com capuzes, como o namorado de uma vítima (Figura 39), também nos remete à imagem de super-heróis, como o Batman (Figura 40), que usam capuzes e máscaras para esconderem a sua identidade.

Figura 39:



Namorado de vítima de crime contra corrupção de menores prestou depoimento contra conselheiro tutelar

Diário do Pará, 26, mar. 2009, p. A4.

Fonte: www.dol.com.br

Figura 40:



Batman

Fonte: www.exame.abril.com.br

Cecília Barros-Cairo (2012), ao analisar a imagem do “menor infrator” na mídia impressa e televisiva nacional, destaca a aproximação que existe entre o apagamento da imagem do adolescente em conflito com a lei e os super-heróis, ambos com o *status* de preservação de suas identidades.

Notamos que os rostos escondidos evidenciam as identidades secretas tanto do sujeito da infração, quanto dos super heróis. Sobre esses últimos, sabemos que suas histórias, em geral, apresentam relações com algum fenômeno adverso (como o contato com alguma substância químico-radioativa, traumas na infância, fobias) que lhes conferiu super poderes para lidar com o caos social e a injustiça. Movidos por sentimentos como vingança ou desejo de superação, o super herói age sobre todas as normas sociais e naturais para alcançar seus objetivos.(...) Assim, a sua identidade é preservada pelas máscaras que, na verdade, o revelam (BARROS-CAIRO, 2012, p. 121).

Notamos que, assim como os super heróis protegem suas identidades e suas atitudes são movidas por sentimentos de vingança ou justiça, as testemunhas também ocupam esse espaço discursivo ao denunciarem os acusados de crimes de abuso e exploração sexual. No entanto, paradoxalmente, essa imagem de herói também fica “marginalizada”, causando-nos horror, ao ver uma pessoa usando um capuz, coberta por

um paletó, nos remetendo também à imagem clássica de assaltantes e bandidos, que usam capuzes (Figura 41) para não serem identificados e presos.

Figura 41:



Ilustração do quadrinho “Tex”, Editora Vecchi.

Essa produção de efeitos de sentido de “marginalização” que notamos nas testemunhas encapuzadas que prestaram depoimento à CPI da Pedofilia do Senado atualiza uma rede de memória de criminalização também das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual (Figura 42), que em meados do século XX, antes de entrar em vigor a Lei Federal 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), tinham suas fotos publicadas nos jornais de todo o país com tarjas nos rostos. O jornal *O Liberal* – o mais antigo e funcionamento do Estado – também usou essa prática (Figura 42) que, segundo especialistas, se configura como uma violência:

As tarjas pretas, comumente utilizadas nas imagens de crianças e adolescentes no vídeo e nas fotografias, são extremamente violentas. Em alguns municípios, inclusive, juízes da Infância e Juventude proibiram a veiculação de imagens de crianças e adolescentes com esse tipo de tarja (VIVARTA, 2003, p. 38).

Notemos que o enunciado com a análise e alerta de Veet Vivarta (2003) foi publicado no ano de 2003, ou seja, já no século XXI e bem depois de entrar em vigor o ECA. Além disso, não há no enunciado referência a essa prática como algo do passado, pois o autor afirma (à época) que as tarjas pretas são “comumente utilizadas”.

Figura 42:



O Liberal, 17, Nov. 1958, capa.
Foto: Avelina Oliveira de Castro.
Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Nesse enunciado, observamos que a tarja, que já foi bastante usada na mídia impressa em fotografias de adolescentes que cometeram atos infracionais, também foi usada para cobrir os rostos de crianças abusadas sexualmente. Atualmente, a estratégia discursiva usada pela mídia, inclusive a televisão, é a de “borrar”, “distorcer” a imagem do rosto do “menor infrator” (BARROS-CAIRO, 2012). Essa estratégia funciona como “um dispositivo que, ao mesmo tempo, configura e desfigura o sujeito do enunciado, revelando-o em uma deformidade característica da monstruosidade” (BARROS-CAIRO, 2012, p. 115).

A estratégia discursiva de produzir um efeito de sentido de “monstruosidade”, nesse caso para crianças que foram vítimas de abuso sexual pelo pai, insere-se naquilo que Foucault (1996) chamou de “interdição” e “rejeição”, que são procedimentos de exclusão:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Assim, apreendemos que nesse enunciado em que as meninas são vítimas de abuso sexual pelo pai, a estratégia discursiva de interditar a imagem delas acabou criando uma imagem “marginalizada”. Além disso, a tentativa de “interdito” da imagem das crianças, paradoxalmente, atraiu a atenção para a imagem delas e fez com que as suas identidades se revelassem.

Observamos que o pai também tem a sua imagem revelada, claramente, sem interditos, e com enunciados textuais que se somam em uma estratégia discursiva de produzir sentidos de “monstruosidade” a ele. O que, por fim, observamos como conflitos discursivos entre as duas imagens, uma vez que acusado e vítima, ou seja, os “infames” desse acontecimento jornalístico, têm seus corpos representados imagetivamente na notícia com uma produção de efeitos de sentido semelhante, marginalizada, que gera uma exclusão desses corpos de nossa sociedade.

Assim, observamos que a imprensa paraense – e nacional também – ao fazer o (ab)uso de estratégias discursivas de “apagar” a imagem do rosto com “tarjas” acaba cometendo mais um “abuso” contra crianças e adolescentes que já foram vítimas de abuso e exploração sexual. O mesmo raciocínio vale para o uso de expressões carregadas de estigma e marginalização, como “menor”, atribuído às vítimas, e “tarados” e “anormais” para os acusados. E, por fim, ainda destacamos o ab(uso) de poder dos jornais ao produzirem seus discursos objetivando efeitos de sentido de acordo com as relações de poder em que os periódicos estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos e análises que fizemos ao longo do processo de produção desta dissertação nos possibilitaram chegar a várias percepções. A primeira delas foi obtida, logo no início de nossos estudos, quando nos fez enxergar a complexidade do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, temática dos enunciados jornalísticos que nós analisamos. Por meio da leitura de autores e especialistas em direitos da criança e do adolescente, observamos como essa questão estava envolta em uma série de atravessamentos, que vão desde o tabu, o medo e outros aspectos psicológicos e sociais, como também relações de poder acerca da sexualidade e da compreensão da infância e adolescência enquanto categoria e etapa de desenvolvimento da vida humana.

Aprofundando um pouco mais nossos estudos sobre a temática chegamos a outra percepção importante: a de que o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes na Amazônia possui outras dinâmicas histórica, cultural e política. Ou seja, analisar essa questão na região amazônica é diferente de fazê-la em outra região do país, como o Sul e o Sudeste, que possuem outras peculiaridades. Aqui, na parte de cima do mapa do Brasil, os inúmeros rios que cortam a região (e estradas) registram a circulação de meninas e meninos, que deixam suas casas no interior do Estado para serem “crias de família” (MOTTA-MAUÉS, 2008), ou seja, para vir “morar” e “estudar” junto a famílias alheias as suas. A partir daí, sucede-se uma série de abusos, que começam com a exploração do trabalho infantil e, em muitos casos, pode terminar com o registro de abusos sexuais.

Nosso percurso de pesquisa nos possibilitou perceber, mais atentamente, a complexidade de nossa região, onde coexistem vários “Parás” e “Amazônias”. Uma dessas percepções foi possível ao lançarmos nosso olhar sobre o arquipélago do Marajó, região que foi denunciada pelo bispo do Marajó, Dom Luiz Azcona, na CPI da Pedofilia pela existência de uma forte rede de exploração sexual de crianças e adolescentes na região. Como assinalamos em nosso primeiro capítulo, a região é pobre e reúne alguns dos municípios que registram o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Além disso, podemos destacá-la como um bom exemplo da diversidade da região, pois congrega 16 municípios (dos 144 do Estado do Pará), e nela é possível observar a coexistência de dois “Marajós”: o “Marajó dos Campos” e o “Marajó das Florestas” (PACHECO, 2009). As diferenças estão para além de geográficas, do ponto de vista

físico, uma vez que são atravessadas por questões históricas, culturais, políticas e sociais.

A ampliação de nossos estudos sobre Foucault nos permitiu perceber que uma das discussões centrais do autor está relacionada à historicidade, caracterizada pela descontinuidade e pela crítica à história geral, contada a partir dos grandes vultos, das pessoas com poder institucional, “os célebres”. Para Foucault (2005), é necessário que a história lance luz sobre os homens comuns, “os infames”. E foi a partir da compreensão dessa visão de história do autor, que pudemos perceber que no episódio da CPI da Pedofilia da ALEPA (2008-2010), a imprensa paraense seguiu a tendência da história geral, pois o noticiário foi dominado por publicações de notícias sobre o “célebre” Sefer, em detrimento dos casos envolvendo “infames”. Outro “célebre” que também ganhou destaque na cobertura jornalística local foi o irmão da ex-governadora Ana Júlia Carepa (PT), o servidor público João Carlos Carepa, conhecido e identificado nas reportagens como “Caíca”.

Entendendo a imprensa como dispositivo de produção discursiva da “história do presente” (NAVARRO-BARBOSA, 2003), observamos que, ao publicar mais enunciados jornalísticos sobre os “célebres” do que sobre os “infames”, no período da CPI da Pedofilia da ALEPA, a imprensa paraense estava seguindo a orientação de questões que estão para além dos “valores-notícia”, que regem o jornalismo (TRAQUINA, 2005a). Ou seja, a produção discursiva do episódio estava permeada de atravessamentos de “relações de poder” (FOUCAULT, 2012) que precisavam ser analisadas, pois “o que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha”, pois segundo o autor (FOUCAULT, 2012, p. 41) a historicidade que nos domina “é belicosa e não linguística”.

Ao analisarmos de forma mais aprofundada essas “relações de poder” que atravessavam os enunciados jornalísticos daquele período, percebemos que elas estavam inscritas em uma “rede de memória” que foi sendo atualizada ao longo da história dos dois periódicos paraenses, *O Liberal* e o *Diário do Pará*. Desde que foram criados, estiveram envolvidos com interesses político-partidários divergentes. No entanto, como já observamos em nossas análises, essa oposição ideológica - que tem gerado uma verdadeira “guerra discursiva” entre os dois impressos -, também resultou na produção de efeitos de sentido contrários nos enunciados jornalísticos publicados pelos impressos

sobre o “caso Sefer”. Na ocasião em que esses acontecimentos irromperam, o ex-parlamentar Luiz Sefer (DEM-PA) era aliado político de *O Liberal* e oposição ao PMDB do Senador Jáder Barbalho (PMDB-PA), proprietário do *Diário do Pará*.

Nossa análise permitiu observar que os enunciados analisados no *corpus* selecionado, em sua maioria, são de casos de abuso e exploração sexual contra meninas, o que também ficou evidenciado na análise de nosso *corpus*. Tal percepção é destacada por autores e especialistas que foram estudados por nós e que chamam a atenção para o fato de que “a violência sexual contra esse segmento social tem origem nas relações desiguais de poder entre os personagens do crime” (VIVARTA, 2003, p. 44). Ou seja, o autor destaca que esses crimes são resultados de uma “visão machista da sexualidade”, pois ainda hoje há uma predominância na sociedade da ideia de que a mulher é o ser “frágil” e “submisso”, de que a mulher é a “presa” e o homem é o indivíduo “viril”, o “caçador” (VIVARTA, 2003, p. 50).

Segundo o especialista (2003), quando essas ideias se cristalizam na cultura de uma população, “formam-se condições favoráveis para o surgimento, ampliação e manutenção de todo e qualquer tipo de violência e exploração de mulheres, sejam crianças e adolescentes ou adultas” (VIVARTA, 2003, p. 50). Nos enunciados jornalísticos que analisamos, percebemos que essas ideias estavam discursivamente “cristalizadas”, atravessando-os, em especial naqueles que deram a ver sentidos de que o abuso sexual teria sido um ato de “sedução”, o que produz a atualização discursiva dessa visão machista em relação à sexualidade, como foi observado no segundo capítulo.

Retomando a ideia apresentada em nossa análise, da mídia como “produtora de identidades (NAVARRO-BARBOSA, 2003, p. 113), foi possível percebermos que a imprensa paraense se utilizou de estratégias discursivas para legitimar – e até defender – atitudes de uma autoridade política, como fez *O Liberal* em relação a Sefer, mas também para, em outros momentos, conferir tratamento pejorativo às vítimas, criando, assim, “mocinhos” e “bandidos”, afinal, a “prática jornalística se caracteriza pelo emprego de estratégias que promovem uma construção da realidade no e pelo discurso” (NAVARRO-BARBOSA, 2003, p. 113).

Por falar em “mocinhos” e “bandidos”, outra de nossas percepções obtidas nas análises que fizemos é que o tratamento discursivo dado pelos jornais paraenses na

cobertura de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, em vários enunciados, utiliza estratégias discursivas que dão a ver tanto “acusados” quanto “vítimas” de uma forma “marginalizante”. Um exemplo disso são os efeitos de sentido pejorativos observados nos enunciados que utilizam as expressões “tarados” e “anormais”, para acusados, e “menor”, para crianças e adolescentes.

Em nossa análise, nos chamou bastante atenção também os deslocamentos e apagamentos discursivos e as possibilidades de sentido produzidas pelos enunciados jornalísticos sobre o tema. Nesse sentido, marcou-nos, fortemente, a percepção de que da forma de agir de vários acusados – descrita em diversos enunciados jornalísticos por nós analisados – poderíamos apreender que esses enunciados atualizavam uma rede de memória onde também estava inscrito o conto de fadas Chapeuzinho Vermelho. Ou seja, o ato dos acusados de abordar as crianças e adolescentes, na Região Metropolitana de Belém (RMB), e levá-las para uma área de mato para violentá-las sexualmente é muito semelhante à abordagem que o Lobo Mau do conto de fadas fez no bosque para comer a Chapeuzinho Vermelho. Podemos, portanto, apreender dessa análise – que conecta passado e presente – que em nossa sociedade ainda há muitos “lobos maus” abordando e “comendo” crianças, acontecimentos esses que são publicados, cotidianamente, pela imprensa paraense, nas páginas policiais, que é o espaço destinado de forma preferencial pelos jornais à cobertura dessa temática.

Por fim, destacamos que nossa análise dos discursos jornalísticos de *O Liberal* e do *Diário do Pará* nos permitiu constatar que a cobertura da imprensa paraense ainda é muito incipiente sobre a temática do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, pois os enunciados deram a ver que a produção discursiva jornalística é atravessada fortemente por relações de poder, sobretudo nos casos que envolvem os “célebres” da sociedade paraense, enquanto nos casos envolvendo “infames”, prevalece o uso de uma estratégia discursiva que produz sentidos pejorativos e poucas vozes. A polícia predomina como fonte nessas notícias, que são publicadas nas páginas policiais, pois na imprensa paraense, diferentemente de vários outros estados brasileiros, como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, ainda permanecem existindo as editorias de “Polícia”.

Temos consciência que nossa análise não esgota – e nem tem essa pretensão – as possibilidades de refletir sobre a cobertura da imprensa paraense sobre casos de abuso e

exploração sexual, pois, como destaca Foucault (2005, p. 31), “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”. Por essa razão, segundo o autor (2005, p. 33) “fora de cogitação, entretanto, está o fato de se poder descrever, sem limites, todas as relações que possam, assim aparecer” nos acontecimentos.

No entanto, com nosso trabalho, esperamos poder ter contribuído para uma melhor percepção dos (ab)usos discursivos da imprensa paraense na cobertura de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, pois nosso sonho é o de que essa dissertação possibilite uma reflexão sobre a atuação da imprensa na Amazônia, em especial no Pará, uma vez que acreditamos na importância do jornalismo para a construção de um olhar mais crítico sobre o tema e também para a construção de um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- AZEVEDO, Maria Amélia (Org.); GUERRA, Viviane N. de A. (Org.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 6ª ed, 2011.
- BARROS-CAIRO, Cecília. **Percursos discursivos do “menor infrator” na mídia brasileira impressa e televisiva: história, memória e corpo**. 2011. Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Memória – Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, 2011.
- BELÉM (PA). **Relatório da CPI da Pedofilia da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - Alepa sobre os crimes de pedofilia**. Belém - PA, 2010.
- BENETTI, Márcia; FONSECA; Virgínia P. da Silveira (Org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.
- BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2ª ed, 2008.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais Paraóaras: catálogo**. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 16ª ed, 2012.
- BRAGA, José Luiz. **Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação [Congresso], São Paulo, 2004.
- BRANDÃO, Helena, H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10644726/artigo-227-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 04 dez. 2013.
- CASTRO, Avelina Oliveira de; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. **História, discursos e relações de poder nas páginas de O Liberal**. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto. Ouro Preto, MG: Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia; Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.
- COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822**. Belém: CEJUP, 1993.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. **Discurso e imagens**: para uma arqueologia do imaginário. In: PIOVEZANI, Carlos (Org.); CURCINO, Luzmara (Org.); SARGENTINI, Vanice (Org.). **Discurso, semilogia e história**. (p. 145-162). São Carlos: Claraluz, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DONOS DA MÍDIA. Disponível em: <<http://www.donosdamidia.com.br>>. Acessado em: 01/08/2013, às 21h.

DUNAIGRE, Patrice. **O ato pedófilo na História da Sexualidade Humana**. In: WERTHEIN, Jorge; GREGORI, José (Org.). **Inocência em Perigo**: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

DUTRA, Manuel José Sena. **A natureza da TV**: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta... Belém: NAEA/UFPA, 2005.

DUTRA, Maria Zuila Lima. **Meninas domésticas, infâncias destruídas**: legislação e realidade social no Pará. São Paulo: LTR, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2ª. Ed. ver. Aum. 23ª. reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª ed, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. **Paradigmas da comunicação**: conhecer o que? Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação [Congresso], São Paulo, 2002.

FREUD, Sigmund. **Um caso de histeria**: três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos. Volume VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Discurso, História e a Produção de Identidades na Mídia**. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição (Org.), POSSENTI, Sírio (Org.). **Mídia e Rede de Memória**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise (Org.); BARONAS, Roberto (Org.). **Análise do discurso**: as materialidades do sentido. São Carlos: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

HELENO, Camila Teixeira (Org.), RIBEIRO, Simone Monteiro (Org.). **Criança e Adolescente: sujeitos de direitos**: Belo Horizonte: 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria**. São Paulo: Paulus, 2009.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O princípio da razão durante: diálogo, poder e interfaces sociais da comunicação**. Nova Teoria da Comunicação III – Tomo IV. São Paulo: Paulus, 2011.

MASSARANI, Luisa ; SEIXAS, Netúlia Silva dos Anjos ; [CARVALHO, Vanessa Brasil de](#) . **La ciencia en O Liberal: estudio de uno de los principales diarios de la Amazonía brasileña**. Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui, v. 1, p. 82, 2013.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. **A construção da noção de abuso sexual infantil**. Belém: EDUFPA, 2006.

MENESES, Adélia Bezerra de. **Vermelho, verde e amarelo: tudo era uma vez**. São Paulo: Estud. av., 2010.

MILANEZ, Nilton (Org.). **Estudos do discurso: diálogos entre Nietzsche e Foucault**. João Pessoa: Marca da Fantasia, 2010.

MILANEZ, Nilton. **O nó discursivo entre corpo e imagem**. Intericonicidade e Brasilidade. In: TFOUNI, Leda Verdiani; CHIARETTI, Paula; MONTE-SERRAT, Dionéia Motta. (Org.). *A Análise do Discurso e suas Interfaces*. 1ed.São Carlos: Pedro & João, 2011, v. 1, p. 147-.

MILANEZ, Nilton. **Mídia e História: deslocamentos do corpo, do sexo e da memória**. In: I Seminário de Pesquisa em Análise do Discurso: sujeito, memória e identidade, 2004, Uberlândia. *Análise do Discurso: objetos literários e midiáticos*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2004. v. 1. p. 147-161.

MOTT, Luiz. **Pedofilia e pederastia no Brasil antigo**. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1996.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **Uma mãe leva a outra (?): práticas informais (mas nem tanto) de "circulação de crianças" na Amazônia**. In: MAUÉS, R. Heraldo (Org.); MACIEL, Maria Eunice (Org.). **Diálogos Antropológicos: diversidades, patrimônios, memórias**. 1ed.Belém: L&A Editora, 2012, v. 1, p. 285-315.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **Uma vez "Cria" sempre "Cria" (?): adoção, Gênero e geração na Amazônia**. In: LEITÃO, Wilma Marques (Org.); MAUÉS, R. Heraldo. (Org.). **Nortes Antropológicos: trajetos, trajetórias**. 1ed.Belém: EDUFPA, 2008, v. , p. 157-170.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MOVIMENTO REPUBLICA DE EMAÚS. **Sobre nós**. 2012. Disponível em: <http://www.movimentodeemaus.org/pagina/?id_conteudo=17>. Acesso em: 14 jan. 2014.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro. **O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente**. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 111-124.

NEVES, Ivânia. **A invenção do índio e as narrativas orais Tupi**. 2009. Tese (doutorado - Lingüística). Universidade de Campinas (Unicamp), 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Escritório Regional para América Latina e Caribe. **Pesquisa Trabalho Infantil Doméstico em Casa de Terceiros em Belém do Pará – Brasil**. Lima: SIRTI, 2001. Disponível em: <http://www.movimentodeemaus.org>. Acesso em 04. mar. 2013.

PACHECO, Agenor Sarraf. **En el corazón de la Amazônia: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoaras**. 2009. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social) Pontífca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

PARÁ. Assembleia Legislativa. **Comissão parlamentar de inquérito: que apurou práticas de violência sexual contra crianças e adolescentes no Pará**. Belém: [s. n.], 2010.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, vol. 2, nº 3. 1989.

PINTO, Lúcio Flávio. **Jornal Pessoal: a agenda amazônica de Lúcio Flávio Pinto**. Disponível em: <<http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=603>>. Acessado em: 20/04/2013, às 22h30.

_____. **Observatório da Imprensa: você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/diario_do_para_o_novo_liberal>. Acessado em: 21/04/2013, às 23h30.

_____. **Observatório da Imprensa: você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito**. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed760_os_jornais_fraudados. Acesso em: 18, dez. 2013.

PRIORE, Mary del (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1996.

PROJETO DONOS DA MÍDIA. Os grupos regionais. Brasília, DF, [2013]. Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br/grupos/regionais#>>. Acesso em: 26 out. 2013.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

RIBEIRO, Expedito Leal. **Um jornal de campanha**. Campinas: Komedi, 2007.

RISSI, Márcia Maria Silva. **Don Juan: um estudo do mito e a sua configuração em Don Juan (narrado por ele mesmo), de Peter Handke.** 2010. Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Letras – Leitura e cognição). Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Catarina, 2010.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sobre o regime da escravidão.** Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. **A trajetória da imprensa no Pará.** Projeto de pesquisa, Edital Universal MCT/CNPq N° 14/2012 - Faixa A. Belém: UFPA, 2012.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. **A trajetória da imprensa no Pará.** Projeto de pesquisa CNPq, Edital MCT/CNPq N ° 14/2012 - Universal - Faixa A. Belém: UFPA, 2012.

_____. **Panorama da imprensa em Belém:** os jornais de 1822 a 1860. In: MALCHER, Maria Ataíde; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; LIMA, Regina Lúcia Alves de; AMARAL FILHO, Otacílio (Orgs.). **Comunicação midiaticizada na e da Amazônia.** Belém: FADESP. 2011, p. 225-248.

_____. **Jornais Paraóaras:** percurso da mídia impressa em Belém no século XIX. Projeto de pesquisa CNPq Edital MCT/CNPq/ MEC/CAPES N.º 02/2010 (concluído). Belém: UFPA, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005a.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis. Insular, 2005b.

VELOSO, Maria do Socorro F. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007).** 2008. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VIVARTA, Veet. (Coord.). **O grito dos inocentes:** os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Cortez, 2003. (Série Mídia e Mobilização Social). Vol. 5.

JORNAIS ANALISADOS

ALICIADORA será deportada. **O Liberal.** Belém, 2 mai. 1958. Capa, p. 1.

ASSEMBLEIA aprova projeto do ZEE na área de influência de rodovias. **O Liberal.** Belém, 18 dez. 2008, Política, p. 12.

CAMPOS, Bruna. Sefer chega hoje à noite em Belém e segue para o PEM 3. **Diário do Pará.** Belém, 28 mai. 2009, Política, p. A3.

CARDOSO, Vera. O broto Elza Santos é juventude no esplendor de seus 15 anos. **O Liberal**. Belém, 5 nov. 1966, p. 5.

CARDOSO, Vera. Luíza de Fátima Sabóia é um brotinho que promete sucesso em nossa sociedade. **O Liberal**. Belém, 12 dez. 1966, p. 5.

DEPUTADO se diz vítima de “julgamento político” e acredita na justiça. **O Liberal**. Belém, 7 mar. 2009, Poder, p. 2.

DEPUTADO nega acusações na Assembleia. **O Liberal**. Belém, 16 dez. 2008, Poder, p. 9.

FLÁVIO, Luiz; SOARES, Antonio José. **Diário do Pará**. Belém, 13 dez. 2008, Política, p. A3.

FOI ao interior para seduzir menores. **O Liberal**. Belém, 22 mai. 1958, p. 6.

ÍNDIO tarado escapou de linchamento. **O Liberal**. Belém, 29 mai. 1958, p. 4.

LIMA, Bruna. Menina corajosa ajuda polícia a prender tarado. **Diário do Pará**. Belém, 13 nov. 2013, Polícia, p. 4.

MACHADO, Ismael; VIEIRA, Aletheia. Sefer se contradiz em depoimento à CPI. **Diário do Pará**. Belém, 6 mar. 2009, Política, p. A4.

MACIEL, Roberta. Tarado pedófilo é preso em Cotijuba. **Diário do Pará**. Belém.

NEGADA a prisão de Sefer. **O Liberal**. Belém, 10 mar. 2009, Poder, p. 1.

NOSSO propósito. **Diário do Pará**. Belém, 22 ago. 1982, Capa, p.1.

O NOSSO objetivo. **O Liberal**. Belém, 15 nov. 1946, Capa, p.1.

O RATO sai do porão. E dizima a verdade. **O Liberal**. Belém, 16 fev. 2013, Capa, p.1.

PAI tarado: violentou. **O Liberal**. Belém, 17 nov. 1958, capa, p.1.

REPÓRTER diário. **Diário do Pará**. Belém, 17 fev. 2013, Política, p. A3.

TARADO forçava menor de dez anos. **O Liberal**. Belém, 22 mai. 1958, p.5.

TARADO desaparece após abusar de menor na Terra Firme. **Diário do Pará**. Belém, 16 nov. 2009, Polícia, p. 10.

TARADO perseguidor atrás das grades. **O Liberal**. Belém, 31, mar. 2009, Polícia, p. 5.

TARADO à solta semeia pânico. **O Liberal**. Belém, 27 ago. 1982, p. 3.

SEDUZIU a menor prometendo casamento. **O Liberal**. Belém, 6 mai. 1958, p. 8.

SEFER perde liderança do partido na AL. *Diário do Pará*. Belém, 24 dez. 2008, Política, p. A3.

SENADOR ouvirá menina em depoimento. **Diário do Pará**. Belém, 20 dez, 2008, Política, p. A3.

SOARES, Antonio José. Promotoria pede abertura de inquérito. **Diário do Pará**. Belém, 16 dez. 2008, Política, A4.

SOARES, Antonio José. Presidente da CPI convoca deputado Luiz Sefer para prestar depoimento. **Diário do Pará**. Belém, 17 dez. 2008, Política, p. A3.

SOARES, Antonio José. Sefer pode ser cassado se ficar provado envolvimento. **Diário do Pará**. Belém, 18 dez. 2008, Política, p. A3.

SOARES, Antonio José. Dom Azcona depõe no dia 14. Sefer está fora de comissão. **Diário do Pará**. Belém, 23 dez. 2008, Política, p. A3.

SOARES, Antonio José; SIQUEIRA, Frank. Desembargador nega pedido de prisão de Sefer. **O Liberal**. Belém, 10 mar. 2009, Polícia, p. A4.

TUCANO preside CPI na Assembleia. **O Liberal**. Belém, 17 dez. 2008, Poder, p. 9.